



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO**

NATAN BARBOZA DE OLIVEIRA

A FORMAÇÃO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DO SERIDÓ-PB: PROCESSOS HISTÓRICOS, AGENTES DE PRODUÇÃO E TENDÊNCIAS SOCIOESPACIAIS

**JOÃO PESSOA-PB
2025**

NATAN BARBOZA DE OLIVEIRA

A FORMAÇÃO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DO SERIDÓ-PB: PROCESSOS HISTÓRICOS, AGENTES DE PRODUÇÃO E TENDÊNCIAS SOCIOESPACIAIS

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Centro de Ciências Exatas e da Natureza da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Território, trabalho e ambiente.

Linha de pesquisa: Cidade e campo: espaço e trabalho.

Orientador: Prof. Dr. Anieres Barbosa da Silva

JOÃO PESSOA-PB

2025

**Catalogação na publicação
Seção de Catalogação e Classificação**

048f Oliveira, Natan Barboza de.
A formação territorial do município de São Vicente do Seridó- PB : processos históricos, agentes de produção e tendências socioespaciais / Natan Barboza de Oliveira. - João Pessoa, 2025.
200 f. : il.

Orientação: Anieres Barbosa da Silva.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCEN.

1. Cidades pequenas - São Vicente do Seridó. 2. Interiorização territorial - Paraíba. 3. Agentes de produção - São Vicente do Seridó. I. Silva, Anieres Barbosa da. II. Título.

UFPB/BC

CDU 711.435(043)

A FORMAÇÃO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DO SERIDÓ-PB: PROCESSOS HISTÓRICOS, AGENTES DE PRODUÇÃO E TENDÊNCIAS SOCIOESPACIAIS

por

Natan Barboza de Oliveira

Dissertação de Mestrado apresentada ao Corpo Docente do Programa de Pós-graduação em Geografia do CCEN-UFPB, como requisito total para obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Território, trabalho e Ambiente. Aprovado
por:

Documento assinado digitalmente
 ANIERES BARBOSA DA SILVA
Data: 25/02/2025 17:15:20-0300
Verifique em <https://validar.itd.gov.br>

Prof. Dr. Anieres Barbosa da Silva
Orientador

Documento assinado digitalmente
 ALEXANDRE SABINO DO NASCIMENTO
Data: 28/02/2025 11:46:22-0300
Verifique em <https://validar.itd.gov.br>

Prof. Dr. Dr. (a) Alexandre Sabino do Nascimento
Examinador interno

Documento assinado digitalmente
 LINCOLN DA SILVA DINIZ
Data: 25/02/2025 18:21:18-0300
Verifique em <https://validar.itd.gov.br>

Prof. Dr. Dr (a) Lincoln da Silva Diniz.
Examinador externo

**Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Exatas e da Natureza Programa de Pós-graduação em Geografia
Cursos de Mestrado e Doutorado em Geografia**

DEDICATÓRIA

Há todos aqueles que ainda partilham da esperança comum por uma sociedade mais cidadã em seu sentido amplo do termo; sem deixar de mencionar todos os meus familiares, amigos e demais pessoas que estiveram comigo no decorrer desta desafiadora e encantadora trajetória,
DEDICO.

AGRADECIMENTOS

A etapa de agradecimento quando se tem a somativa de um determinado feito na trajetória de vida é uma ação que entra em dissolução na atual sociedade, porém, ainda há exceções que vão de contra a essa conjuntura. Nesse sentido, parto com a maior clareza e reconhecimento da necessidade das minhas palavras de agradecimento; essas que não são capazes de expressar tudo que foi vivenciado ao longo destes últimos dois anos nesta etapa formativa da minha caminhada.

Em primeiro plano, antes de qualquer outra menção, agradeço a Deus pelo dom da vida, pois sem essa benção, pouco poderia imaginar vivenciar tal etapa da minha vida, caso não fosse agraciado ao longo destas quase três décadas, seria quase que pouco provável imaginar percorrer os caminhos que realizei.

Agradeço aos meus familiares que sempre estiveram a me apoiar nas mais diversas circunstâncias, e mesmo nas situações de desânimo ou mesmo decaimento na vontade de prosseguir; seguiam com suas falas, incentivos e momentos de afago, em que tudo isso contribuía para renovar essa vontade de prosseguir.

Além de tudo, não poderia deixar de mencionar os meus amigos, todos esses que em seus respectivos “*mundos*”, mas independente das circunstâncias, sempre que possível estavam ao meu lado, seja no incentivo ou na realização dos bons momentos de escapismos, mas posso dizer que eram na verdade semblante de alegria genuína. Então, desde: Wandin, Santiago, Ravelle, Júnior, Ranelson, Kayky entre outros. E, sem deixar de esquecer do Sr. Vamberto (popularmente conhecido por Vambinha), cujo promoveu momentos de acolhimento e boas risadas, que foram essenciais nas fases inquietas e reflexivas.

Agradeço também ao meu amigo e companheiro de profissão, o professor Joanito Buriti, pois como historiador local do município teve um papel fundamental nas orientações das fontes de pesquisa da memória da cidade, além da própria inspiração em querer avançar mais na compreensão da formação do município; foram muitos momentos de partilhas de reflexões e ideias que ainda se encontram cheias de vida, principalmente ao adentrar na sua batalha continua em trazer sentido para a História Local.

Sem deixar de mencionar as pessoas de Paulo Oliveira (atual secretário de educação do município), que foi meu professor no ensino fundamental, deixo meus sinceros agradecimentos, pois em muitos momentos toda à sua compreensão nessa fase de desenvolvimento da pesquisa foi essencial.

O meu agradecimento também é voltado para todos que indiretamente ou diretamente estiveram juntamente comigo nessa caminhada, pois mesmo não havendo uma proximidade comigo, porém, ajudaram-me em vários sentidos, logo deixo minha gratidão, pois tenho plena ciência da importância de tais pessoas. Ademais, aos meus companheiros de mestrado, deixo minhas saudações, pois mesmo havendo em muitas situações discussões acaloradas, no final todos partilhavam da mesma vontade comum, isto é, de todos realizarem seus sonhos.

Agradeço ao meu orientador Dr. Anieres Barbosa da Silva, pois mesmo no primeiro ano da nossa orientação tendo pouco contato, não foi capaz de suprimir toda à orientação nesse processo, falo no sentido da organização das ideias, dos objetivos, das metas e dos alcances; no entanto, sem deixar o olhar humano e da humildade se apagar, pois sempre sua brandura nas reuniões e encontros fica marcante no meu pensamento, muito obrigado por tudo, professor.

Alem do mais, não poderia de deixar de destacar os membros da banca, pois desde o momento de qualificação, pude ter uma série de contribuições essas que foram dando mais fôlego ao trabalho. Fora isso, trazendo esclarecimentos para uma melhor forma de entendimento de como estruturar o movimento de construção do trabalho em seu todo, sendo assim, meus agradecimentos sinceros aos docentes Dr. (a) Alexandre Sabino do Nascimento e Dr (a) Lincoln da Silva Diniz.

Por outro lado, não posso deixar de citar todo o quadro de professores da UFPB, pois no primeiro ano do programa de pós-graduação, tive uma série de aprendizagens essas que me marcaram enquanto pesquisador, aluno e cidadã; posso pontuar que minha visão de mundo se tornou outro com tudo que a instituição e todo os quadro de docentes me proporcionaram; afirmo que foi um grande salto para minha trajetória, portanto, levo todas às aprendizagens, os momentos e oportunidades com grande significado.

Por fim, todas às menções, falas, saudações e reconhecimentos que foram expressos ao longo das linhas anteriores, não apenas traduzem meu sentimento de

realização nesta etapa da minha existência, mas é também uma forma de não deixar de lado esse lado tão importante que é o contato com o outro no acontecimento do cotidiano, então, minhas palavras são o reflexo ou na verdade o produto desta oportunidade de partilha e aprender continuamente sem desprezar “o outro”.

RESUMO

O presente estudo parte do objetivo de compreensão das principais transformações socioespaciais da realidade histórico-territorial da cidade pequena de São Vicente do Seridó na microrregião do Seridó Oriental, Paraíba. No sentido de estabelecer os apontamentos dos processos históricos (do antigo Seridó colonial até o presente) dos agentes espaciais e das suas práticas na construção, produção e sua atual reprodução territorial na cidade (sede administrativa). Assim, partindo do seguinte questionamento: De que forma se constituíram os agentes de produção do espaço na formação socioespacial do município e quais práticas espaciais são postas na atualidade do território da cidade? Diante disso, o sentido do trabalho é mais de esforço de contribuir nos estudos cidades pequenas na dimensão urbano-regional e contribuir no entendimento histórico-territorial da realidade local. A metodologia parte de uma abordagem qualitativa, sendo completada através do tipo de pesquisa exploratória analítica, em uma perspectiva de método dialético como base para essa apreensão das transformações no espaço-tempo das forma-conteúdos e das transformações dos agentes e das suas práticas. Os procedimentos, partem do diálogo bibliográfico de fontes da Geografia e a História, a partir da discussão das cidades pequenas no Brasil e seus contrapontos teóricometodológicos; do processo de interiorização territorial da Paraíba; do mapeamento das organizações socioespaciais pré-contato; das novas territorialidades com o avanço colonial e da divisão territorial do trabalho. Assim, partindo para o espaço local, na verificação de escritos de divisões das antigas sesmarias, ou da ocupação da antiga região do Seridó colonial, em associação e contraposição da produção da História Local, e o uso de fontes orais por meio de entrevistas semiestruturadas, somadas com estudos sistemáticos em campo através de observações analíticas e o mapeamento das dinâmicas de crescimento (geoprocessamento). Os resultados da pesquisa se estruturam em três eixos, desde o esforço a priorístico da reflexão acerca das lacunas na definição das cidades pequenas na realidade territorial do Brasil, com ênfase na região Nordeste (rede urbana da Paraíba); e encaminhando-se para a discussão do processo de formação histórica e territorial do município, tendo em vista, o prosseguimento com a delimitação dos seus agentes no espaço-tempo, com suas diferentes práticas, ações, organizações, transformações e contradições. Por fim, deixando os indicativos das tendências de expansão da malha urbana, destacando às novas territorialidades, que integram o processo de reprodução socioespacial do município e suas principais problemáticas.

Palavras-chave: Cidades pequenas; Agentes de produção; São Vicente do Seridó.

ABSTRACT

The present study aims to understand the main socio-spatial transformations of the historical territorial reality of the small city of São Vicente do Seridó in the micro-region of Seridó Oriental, Paraíba. In order to establish notes on the historical processes (from the old colonial Seridó to the present) of spatial agents and their practices in construction, production and their current territorial reproduction in the city (administrative headquarters). Thus, starting with the following question: How were the agents of space production constituted in the socio-spatial formation of the municipality and what spatial practices are currently implemented in the city's territory? Given this, the meaning of the work is more of an effort to contribute to the studies of small cities in the urban-regional dimension and to contribute to the historical-territorial understanding of the local reality. The methodology starts from a qualitative approach, being completed through the type of analytical exploratory research, in a dialectical method perspective as a basis for this apprehension of the transformations in the space-time of form-content and the transformations of agents and their practices. The procedures start from the bibliographical dialogue of Geography and History sources, based on the discussion of small cities in Brazil and their theoretical-methodological counterpoints; the process of territorial interiorization of Paraíba; the mapping of pre-contact socio-spatial organizations; of the new territorialities with the colonial advance and the territorial division of labor. Thus, going to the local space, checking writings on the divisions of the old sesmarias, or the occupation of the old colonial Seridó region, in association and contrast with the production of Local History, and the use of oral sources through semi-structured interviews, combined with systematic studies in the field through analytical observations and the mapping of growth dynamics (geoprocessing). The research results are structured along three axes, from the prior effort to reflect on the gaps in the definition of small cities in the territorial reality of Brazil, with an emphasis on the Northeast region (urban network of Paraíba); and moving towards the discussion of the process of historical and territorial formation of the municipality, with a view to continuing with the delimitation of its agents in space-time, with their different practices, actions, organizations, transformations and contradictions. Finally, leaving the indications of the expansion trends of the urban network, highlighting the new territorialities, which are part of the socio-spatial reproduction process of the municipality and its main problems.

Keywords: Small cities; production agents; Saint Vincent of Seridó.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 - Localização do município de São Vicente do Seridó, Paraíba.....	46
Mapa 2 - Localização das Áreas Distritais do Município de São Vicente do Seridó, no Seridó Oriental.....	49
Mapa 3 - Localização da Macrorregião e Microrregião de São Vicente do Seridó-PB.....	51
Mapa 4 - Localização de trechos e córregos do Rio Seridó, em São Vicente do Seridó.....	80
Mapa 5 - Distribuição dos Estabelecimentos Comerciais no Centro.....	153
Mapa 6 - Comparativo do Crescimento do Perímetro Urbano do Município no Intervalo de 2010-2022.....	170
Mapa 7 - Delimitação das Principais Zonas de Crescimento do Perímetro Urbano em São Vicente do Seridó	173
Figura 1 - Proposta de Distribuição dos Grupos Indígenas da Paraíba nos Séculos.....	99
Figura 2 - Grupos Indígenas da Antiga Capitania do Rio Grande do Norte.....	100
Figura 3 - Distrito de Seridó (antigo povoado de Santo Antônio) na atualidade.....	108
Figura 4 - Antigo Mercado Público do Povoado de Santo Antônio (atual Seridó).....	113
Figura 5 - Primeira Sede Administrativa no Antigo Povoado de Santo Antônio (Atual Seridó).....	124
Figura 6 - Cemitério Municipal no Período da Década de 1970.....	125
Figuras 7 e 8 - A Escola Damião Zelo de Gouveia e as Casas de Conjunto na Atualidade.....	128
Figura 9 - Ginásio Esportivo na Área Central do Perímetro Urbano de São Vicente do Seridó.....	130
Figura 10 - A Avenida Senador Rui Carneiro na Atualidade.....	131

Figuras 11, 12 e 13 - Primeiro Conjunto de Casas e Novas Construções na Extensão da Avenida Rui Carneiro.....	132
Figuras 14, 15, 16 e 17 - Casas do Conjunto Aquários na Avenida S. Rui Carneiro nas Proximidades da Entrada da Cidade.....	134
Figuras 18, 19, 20 e 21 - UBS José Marcos Luís de Sousa e Demais Construções na Praça Central.....	135
Figuras 22 e 23 - Escolas Alzira Xavier e ECIT Cicero dos Anjos nas Proximidades da Entrada da Cidade.....	136-137
Figuras 24, 25, 26 e 27 - Construção e Expansões de Casas nas Proximidades do Campo Público “O Gonzagão”	139
Figuras 28 e 29 - Comparativo do Mercado Público no Período de 1960-2024.....	146
Figuras 30 e 31 - Lagoa Central nas Proximidades do Mercado Público.....	147
Figuras 32 e 33 - Resquícios e Manutenção das Ruralidades na Rua Pedro Xavier das Neves.....	148
Figuras 34, 35, 36 e 37 - Modificações das Ruralidades na Comunidade Jericó.....	149-150
Figuras 38, 39, 40 e 41 - Permanências e Rupturas do Rural na rua do Colégio Damião Zelo de Gouveia.....	151-152
Figuras 42, 43, 44 e 45 - A Praça Central e Suas Modificações Funcionais e Estruturais.....	156
Figuras 46, 47 e 48 - Expansão de Construções por Parte de Funcionários Públicos na Rua Martinho Pedro de Alcântara.....	158
Figuras 49, 50, 51 e 52 - Avanço do perímetro Urbano em Direção a Comunidade Rural “Pedra d’ Água das Flores.....	159
Figuras 53, 54, 55 e 56 - Valorização de Antigos Imóveis Comerciais e Residências no Centro da Cidade.....	160-161

Figuras 57 e 58 - Construção de Áreas de Lazer pelos Comerciantes Locais nas Zonas Periurbanas da Cidade.....	162
Figuras 59, 50, 61 e 62- Ampliação dos Estabelecimentos Comerciais na Área Central da Cidade.....	163
Figuras 63, 64, 65 & 66- Instalação de Torres Eólicas nos Limites de Pedra Lavrada e Seridó.....	165
Figuras 67, 68, 69 e 70 - Projetos Educacionais e Sociais da CTG Brasil na Comunidade Escolar da Damião Zelo de Gouveia.....	167
Figuras 71, 72, 73 e 74 - Extensão da Malha Urbana na Comunidade Pedra D'Água das Flores.....	173
Figuras 75, 76, 77 e 78 - Modificação da Antiga Estrada de Acesso à Comunidade Boa Vista em Prol do Avanço da Mancha Urbana.....	175
Figuras 79 e 80 - Ruas ou Construções de Indução de Crescimento no Sentido da Comunidade Rural de Boa Vista.....	173
Figuras 81 e 82 - Expansão da Cidade na Comunidade do Sítio Jericó.....	177
Figuras 83 e 84- Construção de Escola e Nova Sede da CAGEPA na Comunidade do “Sítio Jericó”	178
Figuras 85, 86, 87 e 88 Crescimento Urbano na rua “Leonardo Garcia da Silva” nas Proximidades da Avenida Senador Rui Carneiro.....	179

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Gráfico 1 - Evolução Demográfica do Município de São Vicente do Seridó, Paraíba (1970-2010)	66
Quadro 1 - Organização dos Atores Locais Entrevistados.....	37-38
Quadro 2 - Comparativo da Divisão Regional dos Municípios Paraibanos por Regiões Imediata-Intermediária e Macrorregião-e-Microrregião.....	53-55
Quadro 3 - Dinâmica demográfica do Município entre 1970-2020.....	64
Quadro 4 - Distribuição populacional de São Vicente no período de 1950-1960.....	65
Quadro 5 - Organização dos Pontos de Estabelecimentos de Fazendas ou Entreposto nas Antigas Ribeiras da Paraíba do Século XVIII.....	112

LISTA DE SIGLAS

CPRM – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.

FPM – Fundo de Participação dos Municípios.

P1MC – Programa um Milhão de Cisternas.

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento.

REGIC – Regiões de Influência das Cidades.

SIDRAS – Sistema IBGE de Recuperação Automática.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	19
Metodologia, Procedimentos e Método.....	26
O Método: Da fundamentação epistemológica ao Horizonte de Problematização.....	28
Procedimentos ou etapas da realização da pesquisa: Detalhamento, explicações e sintetizações.....	30
Análise das Tendências Espaciais.....	39
CAPÍTULO I	
1 CARACTERIZAÇÃO REGIONAL DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DO SERIDÓ-PB.....	43
1.1 Localização Geográfica e Configuração Territorial	45
1.2 Limites territoriais: divisas, vias de acessibilidades e fluxos.....	56
1.3 Acessibilidade Territorial: Rotas de Deslocamento dos Fluxos Municipais.....	58
1.4 Dinâmica demográfica e distribuição populacional por malha/setor espacial.....	63
1.5 Aspectos socioprodutivos e os seus reflexos na estrutura socioeconômica do município.....	67
1.6 Aspectos físico-naturais do sítio urbano de São Vicente do Seridó: Recursos e dinâmicos de usos territoriais.....	72
1.6.1 A Estrutura Geológica, os aspectos Geomorfológicos e Formações Pedológicas.....	73
1.6.2 Constituição Hidrográfica: bacias, rios, córregos e usos.....	78
CAPÍTULO II	
2 OS MOVIMENTOS HISTÓRICO-GEOGRÁFICOS DOS AGENTES DE (RE) PRODUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DO SERIDÓ.....	93

2.1 A cidade pequena de São Vicente do Seridó: Contexto histórico-geográfico dos agentes produtores do espaço.....	95
2.2 Aprofundando os Agentes da Formação Socioespacial do Município: Uma proposta de mapeamento histórico-espacial dos agentes.....	97
2. 2. 1 As Contribuições da Produção da História Local: Períodos, Historiadores e a Formação de uma Historiografia.....	102
2.3 O Modo e Organização Socioespacial Pré-contato no município de São Vicente do Seridó: Os gêneros de vida, os povos nativos e suas práticas/vivências espaciais.....	106
2.3.1 A Guerra dos Bárbaros na Paraíba: Motivações, estabelecimentos territoriais e os desdobramentos na organização do município.....	115
 CAPÍTULO III	
3 TRANSIÇÕES PARA MORDENIDADE: O FIM DO PERÍODO COLONIAL, NOVOS AGENTES, DEMANDAS TERRITORIAIS E CONSOLIDAÇÃO POLÍTICO ADMINISTRATIVA NO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DO SERIDÓ, PARAÍBA (1920-2020	125
3.1 Os Últimos Percursos no Final do Século XIX: Uma Transição na busca de novas ações, interconexões e territorializações.....	126
3.2 Uma análise da expansão política-territorial-e-administrativa (1960-2020): Agentes, agências e a reprodução da organização socioespacial do município.....	130
3. 2. 1 O comércio, a centralização e o poder político: Oligarquias locais e a guinada no crescimento da cidade (1960-2020)	131
3.3 A atual São Vicente do Seridó: Novos Agentes, territorialidades, relação campo e cidade e tendências de crescimento.....	151
3. 3.1 A relação campo-cidade na configuração socioespacial de uma cidade pequena na Paraíba.....	153
3.3.2 Novos agentes de produção dos espaços: demandas locais, intermunicipais e transnacionais.....	161
3.4 Tendência de expansão “do quadro urbano” da cidade pequena: Dos contrastes e contradições nas forma-contéudos.....	168
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	182
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	186

APÊNDICES A	196
APÊNDICES B	197
APÊNDICES C	201

1 INTRODUÇÃO

A discussão sobre as cidades pequenas no campo da geografia vem passando por uma série de avaliações, essas que mostram um certo ar de renovação sobre o entendimento do que realmente configura uma "formação socioespacial de dimensão considera reduzida". Ora, em muitos momentos, os estudos da manifestação do fenômeno urbano com suas particularidades nas distintas formações socioespaciais, esteve perpetrado por uma ótica *espacista* ou simplesmente a-espacial, tendendo para o numericamente apurado de uma representação rasa (exposta na forma da paisagem), sem um aprofundamento analítico do movimento de construção da dimensão socioespacial em seu contexto espaço-temporal (Santos, 2013).

Ainda mais se torna comum, quando se parte para o campo de discussão do cenário espacial das cidades pequenas, segundo Maia (2012), destaca-nos, acerca da presença de um certo perigo no procedimento dos estudos de caso sobre as cidades pequenas, que se validam através da *adjetivação quantitativista*, ou seja, de considerar uma formação urbana, como sinônimo de um dado puramente quantitativo (na maior parte dos casos o número de habitantes).

A cidade é a materialização do fenômeno urbano, incorpora no transcurso do tempo, os eventos históricos alterações em suas organizações e nos modos de reprodução da sua forma-conteúdo (relações sociais de produção). Nos últimos tempos com a reestruturação do sistema hierárquico da rede urbano, e todo o avanço da promoção da aceleração da interdependência entre as diferentes realidades geográficas (cidades), que reverbera em novas formas organizacionais sob a polarização dos núcleos urbanos densamente desenvolvidas, que alteraram por suas verticalidades as cidades de menor nível hierárquico (Santos, 1988).

Nos pontos dos núcleos urbanos definidos pelas suas diminutas localizações – as cidades pequenas – estão inseridos nesta estrutura de complexidade dos fluxos sistematizados nós das redes globais, contudo, passando para a definição ou caracterização destas unidades socioespaciais, se encontra em parte com uma defasada contemplação, no sentido das suas estruturações e mesmo apontamentos dos graus dos problemas territoriais nestes centros locais.

No próprio escopo da legislação brasileira, em que a ordenação do Estatuto da Cidade (lei nº 10.257), pouco se menciona os núcleos pequenos, ou se tem projetos que atendam ao planejamento territorial de modo a ponderar tal realidade urbana. Assim, reduzindo-os em muitas pesquisas por uma seleção euclidiana (forma geométrica ou puro formalismo), que pouco expressa o real sem eu movimento constitutivo, apenas trazendo índices de uma realidade posto em plano numéricoespacial.

Diante de tais reflexões, o seguinte trabalho parte do esforço de trazer dentro do campo dos estudos urbanos regionais e locais, uma compreensão que esteja para além deste entendimento quantitativo acerca das cidades pequenas. Na perspectiva de compreender o processo de formação regional do município de São Vicente do Seridó-Pb, considerando às transformações históricas, com suas práticas espaciais, seus agentes de produção e às atuais tendências sócio-territoriais de crescimento da cidade; delimitado o objetivo central do trabalho, parirmos para algumas das características da cidade pequena e do próprio município para mais a frente aprofundar a justificativa quando à sua delimitação de escala de pesquisa.

De antemão, a cidade do município integra na hierarquia das cidades como uma unidade típica de “*Centro Local*”, conforme, à regionalização por regiões de influência das cidades do REGIC, 2017. Em acréscimo, dispõe de uma área territorial de 262,751 km², que se encontra com uma baixa densidade ocupacional de 39,17 hab/km² (IBGE, 2022), logo não se trata de um município com pequena extensão territorial ao comparar com maiores partes dos municípios paraibanos, mas mantém o mesmo padrão de baixa densidade ocupacional.

No panorama regional, o município se encontra situado na região Geográfica Imediata e Intermediária de Campina Grande, essa inserção em tal quadro regional desenvolve praticamente toda base de fomento das dinâmicas dos fluxos que interseccionam na realidade territorial e urbana do município (REGIC, 2017).

Essa interdependência intermunicipal com Campina Grande, essa condição na/da realidade municipal decorre da maneira que se deu o encaminhamento do desenvolvimento econômico-territorial do núcleo urbano da localidade nos séculos XIX e XX, que marca os ciclos sequenciais do algodão e agave os quais trouxeram a base para a expansão do núcleo urbano (Dantas, 1994).

Essa polarização implica na consolidação dos agentes de produção que intermediaram por um século as relações de produção da unidade territorial, levando por meio de movimentos *transformativos* e contraditórios através das alterações de participação e intervenção dos agentes de produção do espaço urbano. Nas palavras de Corrêa (2006), as redes ao longo do tempo, passam por alterações que refletem nas diferenças das forma-conteúdo das unidades espaciais, pois as demandas relacionadas à consolidação e suas materializações dos fluxos de comunicação e polarização estão dentro de uma ótica histórico-geográfica.

A partir dos dados expostos acerca do município, cabe seguir para as primeiras questões frente ao que integra o âmago do esforço analítico da discussão do trabalho, em princípio destaca-se que não se resumimos ao simples tratado ou caminho da “*História do Urbano*” ou da “*Reprodução Morfológica Urbana*” ao longo da sucessão do cronológico de constituição do município. Volta-se aos fatores da construção da configuração territorial urbana intercalando com a contraposição dos principais agentes, grupos e/ou atores sociais, que estiveram frente a organização socioespacial e os quais se encontram na atualidade da realidade da unidade territorial.

Na esteira de desenvolvimento de uma investigação que verifica às dinâmicas das ações, intenções e construções na gênese do espaço municipal. Atentando-se também para as primeiras organizações produtivas do local e os processos de consolidação do espaço urbano, sem deixar de destacar os reflexos na organização socioespacial e nas configurações que se encontram no espaço municipal, assim traçando as seguintes indagações:

- Ao tratar da origem sócio-territorial do município é necessário partir dos antigos caminhos de povoamento do período colonial do Nordeste do Brasil?
- Quem foram os agentes de produção do espaço exerceram destaque na organização embrionário do município?
- De que forma foi dada as primeiras formas de organização espacial no município? Houve uma delimitação prévia ou simplesmente se fez de maneira espontânea?
- Uma vez formado o antigo povoado de Seridó quais eventos, condições/fatores fizeram emergir o povoado de São Vicente?

- Na atualidade quais são às práticas, estratégias ou resistências, que são utilizadas pelos atuais agentes de produção do espaço?

A realização, portanto, deste trabalho resulta da necessária ponderação quanto a abertura de investigação, reflexão, delimitação e exposição do movimento de construção-formação-reprodução das relações sociais e espaciais de produção do espaço urbano do município de São Vicente do Seridó-PB. No âmago das suas respectivas mudanças histórico-processuais, que reverbera organizações espaciais diferenciadas por suas funcionalidades e territorialidades, mediante os: fatores históricos, agentes produtivos, práticas e configurações socioespaciais, que refletem na organização e produção do espaço na contemporaneidade.

Ora, na própria realidade municipal, percebe-se – ainda limitada em uma compreensão prévia – a partir da análise de trabalhos referente a fragmentos da história política local no século XX e das descrições associativas com práticas do período colonial do Brasil e da Paraíba – que se situa à origem do primeiro núcleo de ocupação e dos seus agentes coloniais. Fora isto, atualmente havendo uma série de metamorfoses na unidade territorial, acumuladas no movimento histórico-formativo e, reverberando nas problemáticas sócio-territoriais, cujo foram se acentuando nas mais diversas instâncias – sociais, econômicas, políticas e ambientais.

Desdobrando uma série de problemáticas e os seus respectivos impasses são postos na realidade histórico e cotidiana do município mediante: a disposição irregular de materializações na espaço, a ocupação em áreas com níveis de precariedade, o processo de fragmentação de prosperidades rurais para transformação em lotes para uso urbano, à construção de padrões de valorização mobiliária, reconfigurações estruturais no centro da cidade, à inserção de novos estabelecimentos no centro da cidade, o processo de segregação nas áreas de franja urbana, intervenção ou investimento do poder político na valorização de zonas da cidade, as confluências das *ruralidades* e *urbanidades*, os fluxos de migração *intramunicipal* entre os distritos administrativos, as dificuldades em estabelecer políticas para a resolução dos impasses territoriais e das problemas *socioambientais*, o déficit de políticas de regularização da expansão e/ou organização da expansão do perímetro urbano e os

empreendimentos de agentes externos, em diversos setores, além de tudo as novas reconfigurações territoriais no espaço urbano da cidade.

Essas condições e suas organizações sócio-territoriais são normalizadas na realidade da configuração socioespacial do município, não havendo à compreensão ou concepção de um enfoque que se volte na análise destes processos, com suas mudanças e reproduções nas diferentes localidades do todo territorial, com suas funções e *territorialidades* na cidade pequena. Sem contar com o agenciamento (no sentido de ação ou posicionamentos dos agentes) das suas ações, materializações e representações; assim, perde-se a oportunidade de uma visão ampla dos movimentos de construção (re) organização no espaço urbano.

Indica Santos (1988, 2013), que o uso do método de análise da realidade socioespacial no entendimento da cidade, do urbano ou de determinada realidade geográfica; requer o esforço de desenvolver o resgate histórico por períodos na evolução no espaço é o mesmo de estar diante do agora, com vistas ao passado, isto é, requer um olhar na dialética das mudanças, supressões, renovações e acumulações.

No panorama da atual estrutura e/ou configuração territorial da cidade, refletem nos modos de materializações dos grupos/agentes que estão inseridos na realidade municipal, cujo é atrelada por uma série de determinantes, seja na razão das: heranças dos domínios das antigas oligarquias (primeiras elites agrárias e políticas), concentrações de capital comercial (por comerciantes locais), os movimentos de busca por alternativas externas (migração) ou da reprodução induzida via a precarização.

Esses processos não têm sua estruturação por uma via casuístico/determinista, mas sob as condições postas no processo de reprodução histórico-social na cidade, cujo são mediatizados pelas forças produtivas, que releva dominações e ações distintas dos agentes produtivas (Corrêa, 2006).

Circunstâncias essas que reforçam o caráter de um crescimento posto como relativa condição “espontânea”, isto é, de maneira “natural”, em razão do avanço da urbanização acelerada das cidades, e sem um modo de planejamento sócio-territorial. Ora, F. Villaça (1999), fala da pertinente condição de/nos centros ou áreas urbanos

brasileiros de apresentarem precárias infraestruturas e de acessibilidade e mobilidade defasadas, que reforçam formas de organização periféricas com funções e estruturas aquém da centralidade da cidade.

Isso nos remonta para o quadro das tendências de crescimento da área urbano da “*cidade pequena*” de São Vicentina do Seridó, decorrente do encontro ao movimento de uma certa regularidade da especulação do valor da terra, isto é, por ação ou mobilização dos agentes de produção. Em suas diversas atribuições (não apenas como promotores e em muitos momentos nem sendo) nos diferentes pontos do espaço urbano ou de locais ainda não incorporados na logística cidade (esta avaliação será melhor abordada nos estudos de campos).

Em razão da própria forma de organização socioeconômica do território, que não necessariamente esteve ou está estruturado por uma singularidade dos objetos/ações e dos agentes de maneira estática, mas de um campo de acumulação territorial e com constantes conflitos, interesses, sobreposições e entre os diferentes agentes e atores que fazem parte do movimento cumulativo.

Assim destacando uma análise do mapeamento dos interesses envolvidos e das tensões que são desdobradas em decorrência das práticas e estratégias do avanço da malha territorial urbana em e/no seu processo histórico-formativo. O que não demonstra propriamente uma ação isolada dos agentes políticos no “*planejamento*” urbano-territorial da cidade, ou/nem mesmo nos pontos relacionados as escalas reduzidas, mas toda alteração dos atores e agentes que fazem parte da organização do espaço urbano com as suas diferentes territorialidades, juntamente com as diferentes práticas e organizações espaciais na cidade.

A partir da alteração nas formas de organização socioprodutiva de uma unidade urbana, segue para uma maior clareza do (s) processo (s) formativo da cidade, com sua forma de organização e estrutura de funcionamento. Abre-se, portanto, os estreitos caminhos que são postos ao se voltar para a análise da gênese formativa de uma cidade, ou seja, das condições de produção das relações sociais de produção, o reforço ao questionamento frente as práticas espaciais e a visualização dos contrastes territoriais que antes pouco se eram observados, mas que passam a serem pertinentes em uma realidade social, que o urbano se complexificação de modo acelerado nos mais diversos locais e nas suas escalas de organização.

Por complemento, sabendo do risco de tal empreitada investigativa e de síntese dialética por não se tratar de um exercício de fácil concretização, pois ao partir em uma investigação que busca se debruçar no processo de formação de uma realidade político-territorial com especificidades nas suas atividades e/ou dinâmicas urbanas geográficas. Isso sem desconsiderar as influências que tal meio recebeu de fatores distintos, seja estes internos e externos, porém, garantindo toda a acuidade ao tratar deste mecanismo de formação que se dispõem ultrapassar achismos e se lançar para uma visão holística espaço-temporal.

No sentido de aproximação com rigor dialético de análise da realidade, isto é, de seguir com o movimento de abstração-transformação-síntese-exposição na realidade ao detalhar os agentes de produção do espaço do município, considerando as rupturas, renovações e permanências ou repositionamentos (no sentido de mudanças de ações no território).

Por essa condição, conforme, a síntese de apresentação, justificação, problematização, reflexão e indicativo de desenvolvimento da pesquisa, temos o trabalho organizado em seu todo *em três capítulos*. No primeiro capítulo, tratamos de uma regionalização do município objeto de estudo, não focando apenas nas descrições dos seus aspectos regionais, mas fazendo um exercício que parte da apresentação da situação socioespacial da realidade estudada, mas com indicações ou contextualizações históricas quanto a tais aspectos mencionados, principalmente na dimensão política, socioeconômica, demográfica, territorial e cultural.

No posterior capítulo, abrimos frente a algumas pontuações iniciais acerca de situar historicamente e territorialmente o município de São Vicente do Seridó, ou seja, trazendo um recorte prévio dos períodos históricos, mostrando os seus agentes de produção do espaço urbano da cidade, sem deixar de trazer análises quanto a constituição do espaço municipal. Além de tudo, trazendo um destaque, mesmo que de forma breve das limitações de estudos locais na compreensão da reprodução da realidade socioespacial, pois os trabalhos partiam de uma visão da história local, porém, havendo uma certa delimitação de análise das relações dos agentes ou por uma via mais descritiva dos recortes.

No terceiro e último capítulo, podemos pontuar que é o momento de maior aprofundamento quanto ao desenvolvimento da pesquisa, pois se volta ao enfoque do

desenvolvimento regional e territorial município, tendo em vista, os contextos, eventos, agentes, transformações, (re) configurações, re (estruturações) e seus processos que se desdobraram ao longo de praticamente três séculos. Assim, delimitando um panorama de três períodos: *pré-contato colonial*, *pós-contato* (até final do século XIX) e por fim, a análise da fase ou período de *emancipação administrativa territorial* municipal, na década de 1960, no entanto, havendo o prosseguindo até o período dos dias atuais, tendo em vista, a efetuação propriamente de uma análise voltada ao presente da organização territorial da cidade e das próprias disposições dos movimentos dos agentes e os avanços de crescimento da mancha urbana.

Esse movimento é mais um esforço de acompanhamento da organização dos agentes de produção, suas substituições e permanências, as dinâmicas internas e externas, novas formas de relacionamento entre campo e cidade, as próprias tendências de crescimento do perímetro urbano, com seus impasses, problemas e dificuldades; além de trazer indicativos para outros campos análises para estudos na realidade do quadro urbano regional que o município se encontra situado.

Diante dessa exposição, todos os capítulos que sucedem os múltiplos e diferentes desdobramentos na (re) organização socioespacial da centralidade da cidade e das novas atividades que emergem no atual contexto e do *quantum* tais ações refletem na própria (re) configuração e nas tensões dos diferentes movimentos de expansão nas manchas/áreas do espaço urbano da realidade da pequena cidade.

Por síntese, o trabalho em sua totalidade, não deixa de mencionar o significado de materialização e territorialidade postos pelas condições da materiais de produção dos sujeitos, ou seja, no percurso de apreensão das alterações dos agentes com suas práticas, razões, demandas, influências e tendências historicamente datadas. Assim postas como fundamentais na análise de entendimento da realidade em sua concreticidade, sem deixar de enfatizar todo o diálogo interdisciplinar que se evidencia na pesquisa.

Metodologia, Procedimentos e Método

O trabalho parte de uma abordagem com base da perspectiva qualitativa, não se pretendendo se fixar em sondagens exclusivamente numéricas ou por verificações

de dados estáticos de modo bruto, sem a relação a posteriori do entendimento críticoreflexivo dos processos/fenômenos sociais, ou seja, o escopo qualitativo parte da análise das transformações do objeto de estudo em sua dimensão histórica e as alterações dos próprios agentes em suas ações e representações (Lakatos, 2003).

Além de tudo, o encaminhamento da pesquisa é de um enfoque dialéticoprocessual do objeto de estudo, pontuando não apenas um horizonte de contestação sobre os fatores que levaram às distintas transformações na unidade espacial urbano do município. Mas pondera o caminho de sondagem das respectivas influências das condições macrossociais nos agentes de produção da realidade espacial.

Com isso tendo o destaque para as suas tensões na reprodução das relações sociais, pois não estamos tratando de uma mudança nas coisas, mas de situações opostas e contraditórias entre os indivíduos na realidade que os cercam.

De acordo com Maanen (1979) e Neves (1996), pontuam que o escopo qualitativo é permeado por uma responsabilidade de ônus sobre o empreendimento quantitativo, pois se dispõe a sondar, analisar, discutir, reavaliar, retomar e ampliar o entendimento das relações e transformações dos fenômenos sociais no decorrer das mudanças no tempo ou via os diferentes contextos

Por outro lado, o tipo da pesquisa adotada é de caráter exploratório, pois na própria delimitação temática essa tipologia de faz de maior viabilidade, buscando ou mesmo tendo por base o aprofundamento das avaliações sobre a problematização proposta; logo trata-se de um caminho que tem por finalidade a abertura do caminho incialmente avistado pelo pesquisador.

Nas palavras de Gil (2002), a pesquisa baseada na ótica “exploratória”, centrase no esforço de detalhar o alvo de estudo delimitado como objeto de pesquisa, construindo toda de informações, que oportuniza uma construção de analítica na finalidade de uma expandir o maior detalhamento da problemática do fenômeno em seu determinado contexto de ocorrência.

E, por consequência, leva à apreensão da dinamicidade das tensões que estão presentes no próprio fenômeno e favorecendo o andamento de diferentes prospecções acerca da reprodução no espaço-tempo da problemática, ou seja, não se restringe ao campo único da descrição, muito menos se volta para uma tarefa de realização do inventário dos elementos do objeto de estudo.

Partir de uma pesquisa de dimensão exploratória, não sem uma simples caminhada de observação no campo de análise da problemática, mas todo um aparato de mobilização de procedimentos e delimitações teóricas frente ao campo que se está analisando (Gil, 2002).

Aprofunda mais essa questão P. Demo (1994), pois retrata que no momento da delimitação de uma pesquisa o pensar da sua tipologia é primordial para o pesquisador, em razão de se trata da formação da base a primária das referências a serem seguidas, na medida que, projeta-se os horizontes das ações que podem ser desenvolvidas.

Logo, com a adoção do viés de um estudo exploratório na pesquisa científica, essa tarefa se torna ainda mais laboriosa, pois todo o enfoque está dado na busca dos acontecimentos ou dos processos que se encontram presentes nas minúcias dos detalhes das relações ou fenômenos que são delimitados.

Deste modo, tudo aquilo que se põe como *autoevidente* ou dado por fundamental no objeto de pesquisa ou pelos sujeitos participantes, durante à realização da investigação e, deve-se ter ainda um maior questionamento e constância de análise, pois do contrário pode apenas estabelecer uma visão descritiva dos fatos, fenômenos, fatores e processos.

O Método: Da fundamentação epistemológica ao Horizonte de Problematização

Em um breve destaque acerca do método propriamente de direção/concepção filosófica-explicativa-investigativa, seguimos por via da análise concreta do movimento histórico-formativo, ou seja, pelas vias de apreensão do materialismo histórico-dialético. Ou seja, parte da realidade na sua concretização e dinamicidade histórico-formativo, em um sentido de apreensão do movimento de construção, organização e condições de reprodução da realidade social com suas implicâncias/tensões.

O caminho de explicação e análise não se volta, em uma busca de uma simples descrição do objeto de estudo – o espaço urbano do município –, mas a compreensão do movimento do todo concreto, em meio às sucessões históricas que foram decorrentes na realidade do município, que se encontram na atualidade da organização do espaço/território.

Logo, o movimento dialético se faz presente, devido primeiramente situar um contexto que não é possível de entendimento senão dentro do movimento da história,

e além de tudo que traz consigo toda uma série de alterações que implica o próprio acompanhamento das condições econômicas, socioculturais, socioespaciais e técnico-produtivas.

Ademais, numa interseção da divisão social e territorial do trabalho, promovendo um acompanhamento das diferentes formas, forças e modos produtivos, que estiveram na totalidade do lugar em seu contexto espaço-temporal (Lefebvre, 1999). Ademais, considerando os próprios agentes históricos, que distintos e a própria relação com as possibilidades de alteração na estrutura de reprodução das relações sociais, conforme à contraposição das relações sociais preexistentes sob a pressão das novas demandas.

Nesse sentido, havendo também a ponderação para as contradições que são de pertinentes nestes processos, pois como é destacado por Netto (2011), o encaminhamento da análise de caráter materialista e dialética, não tem como partir por via exclusiva do campo superficial dos acontecimentos, mas há por ligação os problemas das diferentes participações dos agentes sociais, que na reprodução da realidade estão postos em posições desiguais.

Nessa direção, o método não parte de abstrações imediatas da realidade, ou como fora posto por seus principais formuladores, o método está para longe de se posicionar como uma visão de um futuro ou da sua definição abstrata, mas tem por ancoragem toda imersão nas realidades concretas de produção e reprodução das relações sociais. Todo o *constructo* parte de uma análise da realidade em sua modificação, alteração e acumulação. Assim, pode-se percorrer para a organização do plano das ideias, isto é, a partir da apreensão do objeto no concreto, na realidade e facticidade, e não da sua inversão do mental para o real.

Nas palavras de H. Lefebvre (2019), o entendimento do real que parte da noção de método enquanto expressão da realidade em movimento, é uma direção teórica que releva o próprio processo da (*re*) construção real da sociedade. Trata-se de um encaminhamento de como proceder frente ao andamento da problematização que se volta para a totalidade dos fenômenos no seu acontecer histórico, não se restringindo ao particular, mas tenta prosseguir numa tarefa de acompanhamento da transformação do todo concreto.

O método, portanto, tem o seu *constructo* lógico formal, mas sem se desvincular do acontecer real, pois assim como é posto no estruturalismo, um processo de

decomposição para recomposição, partimos na perspectiva dialética do acompanhamento da transformação do real, numa escala que parte da redução do todo, mas sem deixar de lado o movimento de construção da totalidade em sua reprodução permanente.

Ainda nas pontuações feitas por H. Lefebvre (2019), denota a partir da sua interpretação quanto às formulações desenvolvidas por Marx e Engels, que partir do real é entender que sua concretude é complexa, devido sua própria materialização diversa, plural, contraditória e mutável.

Por complemento, quando se postula o método com relação ao próprio entendimento da produção e reprodução do espaço, aponta Santos (1998), não se trata de uma descrição da paisagem, ou simplesmente uma redução das escalas, sem acompanhamento da *totalidade em sua totalização*, isto é, compreender o espaço da sociedade em seu dado contexto é realizar um esforço mental, teórico e metodológico de partir do local, sem perder de enfoque o alcance dos processos em sua mudança total.

Procedimentos ou etapas da realização da pesquisa: Detalhamento, explicações e sintetizações

Os procedimentos adotados para a análise, o andamento, à contraposição de ideias, à sistematização e sintetização da proposta dos objetivos traçados para o desenvolvimento da pesquisa em questão, houve o estabelecimento de diferentes caminhos e em muitos momentos estavam de maneira concomitante na sua realização. Esses que foram dando um certo encaminhamento para se aprender e apreender toda complexa mudança do acompanhamento da transformação do espaço urbano do município, mas antes de tudo dos seus próprios agentes, estando exemplificado nos pontos baixos:

- A princípio foi realizada à delimitação da problemática da pesquisa, que parte de uma inquietação de dupla dimensão. Uma de caráter pessoal, em razão da ausência de tal estudo na realidade local; a segundo é no campo dos estudos das cidades pequenas na Geografia, buscando trazer um enfoque urbano regional.

- Em um segundo momento, houve o ajustamento quanto aos objetivos da pesquisa, seguido da estrutura dos tópicos do corpo do trabalho, além do melhor enquadramento metodológico para o desenvolvimento da pesquisa, além de toda uma acuidade quanto ao movimento da interligação entre o método e o foco de análise da pesquisa.
- No terceiro percurso é centrado na construção da fundamentação teórica e dos dados primários acerca do município. Assim, em princípio foi feito um estudo regional da realidade municipal, sem deixar de problematizar os dados no espaço-tempo, que se soma ainda no primeiro ano do programa de pósgraduação, com a realização de estudos de sequência trimestral de leituras de obras dos processos *macrossociais*, como foco nas temáticas da “formação e interiorização territorial do Brasil e da Paraíba, revisões textuais, análise de conteúdo de monografias em história local.
- Posteriormente foi feito o processo de associação dos fundamentos teóricos com a escala de análise do trabalho, isto é, a realidade histórica formativa do município de São Vicente do Seridó, ou seja, *intercruzando* à produção acadêmica acerca da história do município – caráter mais restrito ao final do século XIX e o restante do século XX –, com a leitura macroescalar dos processos históricos de ocupação territorial do Brasil, das análises históricas regionais e seus indicativos para a realidade local.
- Por andamento houve a etapa da realização do corte temporal para o decênio do século XX, em razão da necessidade de entender o processo de constituição moderna do município, logo se utilizando de trabalhos ou fontes históricas aproximativas, e do estudo da memória da cidade, das fontes memorialistas vivas e oralidades.
- No penúltimo momento é dirigido através da construção de roteiros de entrevistas semiestruturadas, com uma amostragem de atores históricos, que vivenciaram o período de construção da identidade territorial do município. No sentido de apreender por meio da memória da cidade o conteúdo histórico e espacial de formação do município.
- No acréscimo para o procedimento anterior, busca-se deixar o indicativo das direções de ocupação do espaço urbano do município, ou seja, fomentando a etapa da realização da análise das tendências de expansão urbana através da

análise de campo e mapeamento cartográfico digital, como são dispostas na organização socioespacial do lugar.

- Na última etapa é dado o encaminhamento de síntese e indicativo de conclusão, dando abertura para outros alcances de pesquisas urbanoregionais na Geografia, principalmente ao tratar das cidades pequenas no contexto regional do Nordeste brasileiro

Diante da delimitação do objeto, da problematização, do método e das possíveis prospecções de pesquisa foi necessário partir para a construção da base acervo teórico, tendo por base o levantamento primário do material bibliográfico de fundamentação do estudo em questão para o entendimento do processo de delimitação construção da hierarquia/rede urbana na realidade territorial do Brasil.

E principalmente num percurso comparativo com “*o modelo atual*” de organização das unidades espaciais urbanas, que no caso da nossa análise de escala se encontram delimitadas como centros locais, sendo esses indicadores mediados pela *Região de Influências das Cidades* (REGIC, 2017), e das suas topologias urbanas, que se somam com os questionamentos frente ao processo de compreensão dos meios de organização socioespaciais e dos agentes de produção em *cidades pequenas*, isto é,

A partir deste encaminhamento teórico, segue com a sondagem referente as discussões dos conceitos: cidade, urbano, campo, rural, redes, escalas, globalização, paisagem urbano-rural, organização/práticas socioespaciais; Milton Santos (1988, 2006, 2012, 2013), Ana Fani (1997, 2012, 2020), Roberto Lobato Corrêa (2006, 2012), Manuel Castell (1983), Sposito (2020, 2007, 2010), Paul Singer (1980) etc.

Numa outra perspectiva, seguiu com as leituras em relação a problematização das escalas, tendo em vista, o caso dos núcleos urbanos das *Cidades Pequenas ou Pequenas Cidades* em aos Centros Locais, logo se buscando aproximações de definição para a realidade do Brasil, como é os casos de artigos de Tânia Maria Fresca (2001, 2010) e de Roberto Lobato Corrêa (2006), que trata mais do âmbito do cenário da reestruturação mundial e das dimensões regionais para a compreensão das cidades pequenas no contexto brasileiro, intercalando-se com a leitura de obras Maria Encarnação Beltrão Spósito (2006, 2007, 2010), retratando essa mudança na dinâmica regional frente a escala local.

Além da utilização do professor Milton Santos (1979), cujo parte de alguns *insights* sobre aquilo que se trata de “*centro locais*” no sentido *lato*, não tem mais um isolacionismo, mas uma interseção de situações e demandas que são colocadas e inaugura no espaço por outros agentes de produção, que especulam essa realidade, criando outras possibilidades para o seu entender-agir-transformar.

Numa segunda etapa, seguimos para o uso do material complementar, cujo em parte é de fundamental necessidade, pois traz o entendimento de grande parte do apanhado histórico e territorial da produção e (re) construção das relações do ruralurbano na região Nordeste colonial até o fim do século XIX, e em específico com foco na Paraíba, pois a partir da compreensão do processo de territorialização do espaço hoje da unidade federativa paraibana, pode-se efetuar os passos de interconexão com o município de São Vicente do Seridó.

Com isso, permitindo o entendimento das demais territorializações nas escalas menores, em específico quando se parte da fase determinada pelas campanhas ocupacionais das terras interiores dos “*Sertões*”, *na fase da divisão territorial do Brasil por Capitanias e outras divisões, que faziam parte das práticas espaciais do período*.

E, verificando que essa movimentação estava atrelada a necessidade de controle territorial via à formação dos primeiros núcleos territoriais e de caminhos de passagens para as áreas próximas dos pontos de ocupação. Tal andamento fomentou o processo de constituição das primeiras das redes urbanas, que serviram a delimitação das aldeias, vilas e cidades da Paraíba, em que algumas cresceram a ponto de consolidarem como pontos de concentração e outras pequenos adensamentos urbanos (pequenas cidades).

Contudo, por tratamos de uma proposta à qual pondera os agentes espaciais de produção, em específico para a realidade de uma pequena cidade (município de São Vicente do Seridó) era de necessidade trazer um mapeamento destes agentes e os seus indicativos dos principais reflexos nas organizações “*locais*”. Assim, utilizamos das contribuições de pensadores tanto do campo da história como da Geografia, em razão do balanço promovido por essas áreas acerca de um mesmo objeto de pesquisa, como também pela necessidade de uma vista que não fosse unicamente espacista, ou numa centralização ancorada na descrição historicista.

Por esse caminho, tivemos o uso de obras de autores como: Manuel Correia de Andrade (1997, 2003), Capistrano de Abreu (1988), Boris Fausto, Pedro Puntoni

(2002), Afonso de Escragnolle Taunay (1936), Eduardo Bueno (2020), em esses que partem de uma ênfase que se volta ao contexto da macro escala dos eventos históricos que explicitam o processo de ocupação ou dos movimentos de transição de uma organização de uma sociedade totalmente litorânea para terras mais interioranas.

Por outro enfoque, teve-se como meio de adentrar na análise da escala do enfoque estadual com intercalação ao núcleo de escala local, feita toda uma seleção de obras *clássicas* que retratam uma síntese geral do processo de formação territorial da Paraíba, tratando, desde: a divisão territorial histórica, o processo de avanço interiorano, às relações de trabalho, os sistemas produtivos, as primeiras organizações e delimitações socioespaciais que foram desdobradas; tendo por base às obras de: Irineu Joffily (1977), Elpídio de Almeida (1978), Celso Mariz (1994), Irineu Ferreira Pinto (1977), João de Lyra Tavares, José Octávio Arruda de Melo entre outros que se debruçaram na tentativa de reflexão acerca das diferentes dimensões históricas, sociais, políticas e territoriais da Paraíba.

No âmbito da escala da Paraíba, teve por utilização parte obras de caráter de temporalidade recente, ou seja, trazendo novas leituras dos materiais clássicos, mas com enfoques por área ou campo de conhecimento diferentes, como o caso do uso de monografias defendidas por pesquisadores das áreas tanto de Geografia, História, Arqueologia e mesmo na área de Arquitetura e Urbanismo, como é o caso de: Pedro Henrique Q. Guedes (2006), Maria Simone Morais Soares (2012); Chistiane Finizola Sarmento (2007); Juvandi de Souza Santos (2009), além de outros trabalhos, que destacam tal enfoque dos agentes e suas diferentes problemáticas e práticas no processo sócio formativos no estado.

Num outro momento, feito todo o aparato de construção da sondagem histórica dos agentes e suas diferentes espacialidades e formas de organização no espaço-tempo, é direcionada toda uma sistematização com a etapa de aplicação da entrevista semiestruturadas (Apêndices I e II), em relação ao processo de formação do espaço do município, pois tal procedimento é de sumidade para o trabalho devido a própria necessidade de apreensão dos processos sociais do século XX, que em sua grande parte está nas memórias e testemunhos daqueles que estiveram a vivenciar esse processo de constituição territorial do município.

Do contrário, não há uma possibilidade de um encaminhamento com maior apreensão dos diferentes agentes de produção do e para espaço da cidade, pois parte

das mudanças de maior magnitude, quando tratamos de desenvolvimento de técnicas ou referencial das formas de produção no espaço, tiveram sua efervescência na fase de emancipação, sendo esse período em que há um número de indivíduos ainda vivos para trazer essa memória social da cidade.

Ora, quanto ao acervo histórico do município e das próprias obras até o momento escritas, não há uma sistematização mais profunda sobre os diferentes processos de como se direcionou, estruturou e modificou à realidade socioespacial do município ou da sua malha urbana ao longo das etapas de produção e organização do espaço. Além disso, como destaque ao processo de restruturação da organização socioespacial da configuração territorial urbano do município.

Ademais, recorrendo em uma parte considerável a necessidade de entendimento da dimensão tanto conceitual como dá própria práxis da “memória da cidade”, partirmos por uma discussão complementar através do campo da história para entender propriamente a dimensão da memória e o seu contraponto no percurso da investigação dos eventos históricos, seja verificando as possibilidades dessa fonte de pesquisa por meio das contribuições de historiadores como: José de Assunção Barros, Jöel Candau, Jacques Le Goff, Pierre Nora, Paul Ricouer, Fernando Cartroga, Ulpiano Bezerra Meneses entre outros nomes que trazem essa discussão acerca do papel da história, memória e testemunho na construção da investigação dos processos sociais.

Nessa perspectiva, é necessário ter por base, que essa relação de uso da memória e do próprio testemunho, coloca-se através do uso das realizações de entrevistas com estes sujeitos que integram o campo de estudo. Ou seja, a cidade e em específico aqueles que estiveram na imersão dos processos e acompanharam suas diferentes mudanças no decorrer das sucessões sociais no lugar.

Hoje, em meio ao andamento da perca do elo comum apenas guardam as memórias que antes era de uma coletividade, pois partilhavam das mesmas ideias e concepções para/na organização da vida, mas que na sucessão do decorrer do tempo e esse em uma maior secularização, leva ao reforço da mudança do entendimento do significado no cotidiano, termina por levar ao seu gradativo desaparecimento das histórias e os seus processos que tiveram sua ocorrência e desdobramento no decorrer do processo histórico formativo (Candau, 2011).

Em decorrência do fato do não avivamento entre as relações sociais, que não mais materializa as mesmas relações de produção com suas ações e objetos e as próprias lógicas das práticas espaciais, portanto, tendo essa necessidade tal movimento de retorno a memória da cidade por meio dos agentes e atores que vivenciaram esses movimentos de transformação e reorganização do espaço urbano e da cidade.

Por outro lado, os sujeitos delimitados nesta etapa foram selecionados de modo previamente em um total de oito entrevistados. A razão de tal número ser em parte reduzido é devido o número de informações/questionários analisados na medida que o andamento das entrevistas está organizado por blocos de perguntas, e isso iria dificultar à análise caso se adotasse uma série de entrevistas, sem contar com o tempo em parte reduzido para um maior cruzamento de fontes orais.

E em outro ponto de reforço a tal justificativa, decorre dos círculos de vivências ou experiências do cotidiano de acessibilidade mais viável foram os entrevistados elencados, embora um deles necessitando de um deslocamento mais amplo.

Nesse sentido, tal direcionamento da seleção dos entrevistados, feito através da delimitação de moradores locais do próprio município em um número de nove participantes. Ademais, no decorrer da elaboração das entrevistas se cogitou por fontes orais a possibilidade de realização com moradores do município de Soledade, em específico por aqueles que acompanharam os processos de emancipação ou constituição do município de São Vicente do Seridó, no entanto, acabando não tendo êxito por conta da logística de pesquisa.

Além da tentativa de efetuar a entrevista com o antigo Juiz que acompanhou todo o processo legal do período de emancipação do município, na década de 1960. No entanto, em decorrência de atualmente reside em João Pessoa, e pelo fato de apresentar uma idade de mais de 90 anos fora problemas de saúde, não foi possível o desenvolvimento da realização da análise desta fonte.

Destacados tais pontos desta etapa da metodologia, tendo no geral que maior parte dos entrevistados/atores são antigos agricultores (maior parte reside atualmente na cidade), que estiveram inseridos na fase de ápice do desenvolvimento do núcleo urbano, principalmente no período de centralização do município e da sua importância na reprodução das demandas regionais do período. Sem deixar de enfatizar suas

contribuições quanto aos relatos dos seus antecedentes acerca da dinâmica do lugar em contextos que pouco se cogitava à formação socioespacial do município (Quadro 3).

Quadro 1. Organização dos Atores Locais Entrevistados.

Nº	Nome Fictício	Sexo	Idade	Local de Residência	Período Vivenciado
1	A	M	88	Zona rural	Período de constituição de São Vicente e da administração pública no período da década de 1980.
2	B	F	75	Zona urbana	Esteve inserida no contexto transição da
					importância de Seridó para São Vicente.
3	C	F	76	Zona urbana	Acompanhou parte do processo de organização do município, das atividades comerciais e da expansão da cidade.
4	D	M	85	Zona rural	Vivenciou o período do surto do agave e algodão e do crescimento do povoado de São Vicente.
6	F	M	88	Zona rural	Período de vivências das atividades comerciais do período e suas bases na área central.
7	G	M	92	Zona urbana	Antigo morador de Soledade cujo migrou por volta da 1960 para São Vicente, acompanhando todo o processo das mudanças socioespaciais na região, em específico a constituição da unidade territorial do município.
8	H	M	82	Zona rural	Morador do sítio boa vista em São Vicente, esteve inserido no período de emancipação política e do auge da produção do agave do município.

9	I	F	80	Zona rural	As informações do entrevistado anterior se equivalem ao mesmo contexto da entrevista feita com o ator delimitado em questão.
---	---	---	----	------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Elaboração do autor

Por esse enfoque, tal intenção da realização da série de entrevistas com os respectivos agentes históricos e espaciais, em seu sentido mais *stricto* do termo decorre do fato de justamente promover toda uma análise de como se deu o processo da construção da realidade socioespacial no período de organização político-territorial contemporânea. No caso como cidade e posteriormente unidade municipal teve o seu desdobramento formativo no espaço-tempo, com suas mudanças diferentes agentes e práticas.

Essas que levam em parte para também situar à contraposição com os diferentes sujeitos envolvidos nesses processos de mudanças da realidade urbanoterritorial durante os períodos citados.

E o fato de parte dos entrevistados, pertencem em sociais classes/ diferentes, ou seja, dispõem de uma perspectiva diferente em relação ao entendimento das articulações para construção territorial do município das ações que levaram ao desdobramento da diversificação de agentes, seja os grupos oligárquicos, os moradores locais da cidade e/ou zona rural e os demais agentes de participação menor que iam se emergindo no contexto do movimento das relações sociais.

Além de tudo é de pontuar que também o caso de um dos agentes, no caso o juiz, teve sua participação na avaliação desse é feito o prosseguimento para o movimento de sistematização teórica em consonância com os dados, informações, falar, visões e posições histórico sociais que foram e postos com a aplicação das entrevistas.

Os relatos das vivências dos períodos históricos e tanto às representações espaciais apresentadas são postas no processo de inter-diálogo contínuo com os fundamentos teóricos dentro da análise espaço-tempo e em seguida associando com os relatos e memórias daqueles que estiveram durante o processo das principais organizações do município e tanto na presença dos antigos agentes

A partir deste esforço, prosseguirá paga o direcionamento para escrita, embora esses seja esboçada ao longo da análise dos materiais e dando aberturas para uma maior sustentação e sistematização dos dados, como também do seu posicionamento de ser uma análise dentro do devir.

Análise das Tendências Espaciais:

Após a etapa ou/e fase de consolidação da caracterização histórico-social e regional do município, seguida da consolidação da base teórica que parte da problematização acerca das formas que são dadas às pesquisas socioespaciais das cidades pequenas no Brasil; e do movimento de ocupação territorial da Paraíba em ligação ao período da interiorização dos *Sertões*; das primeiras divisões dos agentes espaciais neste cenário espacialização colonial no Sertão, com os mais distintos reflexos territoriais na região do antigo Seridó Paraibano e próprio município; somando-se também via à intercalação de escalas dos eventos juntamente na consonância da postura analítico quanto ao conteúdo da historiografia local e suas contribuições na delimitação dos agentes, mesmo com parcialidades.

O outro panorama do desenvolvimento do trabalho se volta para o aprofundamento da sequência das análises frente atividades de observação, averiguação e confirmação do quadro de organização socioespacial atual, em campo. Ora, ao debruçar na tarefa de construir uma possível trilha de acompanhante das mudanças dos agentes de produção socioespacial do município, é de fundamento perspectiva ter por relação de aproximação à delimitação do enfoque analítico através do uso da *práxis*, ou seja, partir de um estudo que esteja interligado o campo das dimensões teórico-prático, sem perder de direção as bases concretas da reprodução das relações sociais, que somam com as análises teóricas de tais transformações.

Os estudos de campo, principalmente na base da observação da organização espacial promoveram a realização da sondagem na escala espaço-temporal das diferentes transformações, das distintas agências desenvolvidas no lugar e das suas organizações territoriais que se soma com a dimensão das relações interpessoais. E com isso, tendo efeito a apreensão do acompanhamento do desdobramento das transformações da forma, função e estrutura-processo (Santos, 2012); na atual realidade do espaço urbano na atual configuração territorial do município.

Assim, partindo da realidade do tempo presente da atual configuração da cidade no esforço de apreensão das diferentes dinâmicas de produção e organização socioespacial, além das rugosidades espaciais (permanência de antigas formas/objetos espaciais de períodos anteriores), dos modos de inserção e funcionalidade na atual dinâmica da organização do espaço e das próprias alterações dos agentes espaciais.

Esse processo acaba por reforçar o esforço da realização da síntese dialética quanto ao entendimento das modificações socioprodutivas do lugar; postulando o encaminhamento de compreensão das tendências espaciais de ocupação do espaço municipal.

Ademais, o prosseguimento dado frente à compreensão da expansão a priori da mancha urbana da cidade na conjuntura da atual configuração socioespacial do espaço urbano, é feita numa perspectiva de situar os momentos históricos e às razões para a criação, separação e instauração da condição de distrito da cidade, ou seja, sintetizando essa observação sem desconsiderar os sentidos históricos da formação territorial, mas com ênfase na atual tendência.

Assim, verificando os sentidos e as formas de expansão dispostas das organizações dos agentes ou/e sujeitos nos diferentes locais e como são as configurações ou características dos movimentos de ocupação, extensão, transformação e reprodução do espaço da cidade e dos próprios contrastes com as áreas delimitadas como rurais.

Por continuidade, foi delimitada em análise espacial em ambiente SIG as principais zonas ou direções de crescimento da cidade, pensou-se na estruturação de questionários semiestruturados como meio de trazer o maior detalhamento dos agentes de produção por parte daqueles que estão inseridos nos principais pontos ou zonas de crescimento da cidade (**Apêndices III**). No entanto, no decorrer do andamento da pesquisa não foi possível de aplicabilidade, sendo possível a logística de efetuação da observação sistemática da tendência de avanço em estudo de campo, e da dedução do perfil socioeconômico dos agentes ocupantes.

Além da análise em imagens de satélites (via Google Earth), como meio de melhor visualização e exposição das tendências de expansão da malha urbana e dos seus agentes de produção na atual organização socioespacial do município; foi necessário o uso baseada do mapeamento cartográfico digital, ou seja, exportação de

mapas por meio de ambiente SIG, trazendo a delimitação das áreas/zonas de maior expansão urbana na área do perímetro, das atividades desenvolvidas, das mudanças na centralidade da cidade e das comparações periódicas.

Essa etapa trata, portanto, do levantamento do conjunto das ações postas nos pontos do território e as suas tensões neste movimento de expansão e reestruturação do valor da terra, no entanto, havendo o destaque para o esclarecimento *quantum* as duas metodologias que foram projetadas na etapa de desenvolvimento da representação espacial das extensões das suas territorialidades e suas representações:

- A princípio pela demarcação dos pontos de expansão territorial da mancha urbana, em imagens de satélite, no ambiente do Google Earth, seguindo para a análise comparativa do período de 2010-2024 através da sobreposição nas imagens de arquivos vetoriais (do perímetro urbano no respectivo período destacado).
- No segundo momento houve a cogitação da possibilidade do uso da técnica de representação por dados pontuais em *Kernel (mapa de calor)*, como forma de ter um índice de onde há uma maior concentração de construções e ação dos agentes, no entanto, por razões de dificuldade com o tempo de coleta dos dados pontuais, não foi positivo.
- A etapa de verificação, deu-se por meio do estudo de campo, além de intercalar com o comparativo periódico obtido pelas imagens de satélite e arquivos vetoriais. Desse modo, essa dupla associação traz um teor de maior sustentação quanto às áreas delimitadas como pontos principais de expansão da cidade, fora o próprio entendimento dos padrões de construções e ações que são desenvolvidas nestas áreas de expansão.

Por conseguinte, esses procedimentos foram acompanhados por uma condução de exposição monitorada, no sentido de ir a campo para visualizar se de facto o movimento de expansão dos diferentes setores da área da cidade. Os contrapontos serão postos em campo, como forma de validar de modo mais preciso essas tendências de expansão, tendo em vista, os agentes participantes deste movimento de estruturação e reprodução do espaço urbano da cidade pequena.

De todo modo, não haveria razões diante de tais ações apenas se prender no plano abstrato ou da exposição da realização da representação cartográfica digital das principais áreas de expansão da mancha urbana do município. Havendo também o fundamento empírico, isto é, da vista *in locus*, trazendo com isso uma visão mais detalhada e dinâmico do movimento de intenção-extensão-ocupação que é desdobrado ao longo dos últimos anos no município.

CAPÍTULO I

1 CARACTERIZAÇÃO REGIONAL DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DO SERIDÓ-PB

A categoria região, é por vezes retratada no escopo da geografia com um certo delírio em razão da herança da sua primeira formulação na geração dos primeiros geógrafos naturalistas, isto é, do enfoque a região natural à qual era tida como uma unidade espacial dada por pronta (Santos, 2013). No entanto, com as mudanças de paradigmas e as novas compreensões para além da região-paisagem, tendo outras problematizações essas que envolvem a região não mais como dada ao geógrafo, mas como um produto de intencionalidades socioprodutivas essas que refletem na configuração regional na dinâmica entre a escala global-nacional-local.

Por esse sentido, muitas das descrições ou os estudos regionais, seguem pela visão ou de uma compreensão escalar focada na intermediação entre global e o nacional, logo não trazendo possibilidades para se compreender outras unidades socioespaciais que dispõe de particularidades regionais. O caso das cidades pequenas ou centros locais, que comumente são associadas pelas suas regiões de influência e não a suas dimensões, dinâmicas e consequentemente atividades na reprodução socioespacial.

A própria cidade, como discute Santos (1988), é por excelência uma confluência conceitual que parte do lugar e se volta para o regional, ou seja, a convergência íntima entre os conceitos de lugar e da região, em referência ao primeiro por ser o local do acontecer da vida cotidiana, isto é, das práticas socioeconômicas, políticas e dos conflitos sócio-territoriais, e no segundo por de diferenciar em termos produtivos e de interligação com outras cidades, logo posicionando-a em um hierarquia que favorece á sua posição por diferenciação e papel em uma escala regional, nacional ou internacional, isto é, de dependendo da organização técnicoprodutiva.

No quadro da configuração espacial das pequenas cidades, pouco é tratada uma análise que abrange à sua disposição regional de modo a compreender de fato sua dinâmica socioprodutiva dentro da escala regional, prossegue-se com o uso de

modelos e perfis acerca das atividades no espaço através da mensuração do quantitativo produtivo, e das suas relações com os cargos socioprofissionais, quando se pretende empreender um estudo do local. Um estudo de pretensão analítica frágil, pois faz o entendimento da reprodução socioespacial dos centros locais ou das cidades pequenas reduzidos em padrões numéricos (Fresca, 2010).

Por mais que se empregue bases de parâmetros meramente estatísticos, é de fundamental relevância situar a propósito à organização socioespacial do local, com suas particularidades e interligações com a dimensão entre escalas e região (Corrêa, 2006).

Por síntese, através das ideias expostas acima, o respectivo capítulo tem o seu enfoque analítico voltado para a realização de uma sondagem e caracterização regional do município de São Vicente do Seridó, ou como é indicado na classificação do REGIC (2017), como uma área de centralidade local. Assim, buscando compreender, desde às suas principais características sócio-territoriais, socioeconômicas e socioculturais e tanto situar elementos da própria disposição fisiográfica do sítio urbano-geográfico.

Logo, ponderando como estes aspectos e seus processos contribuem para o entendimento do contexto urbano regional que se insere o processo de formação do município. Além de trazer todo um aparato de reflexão acerca da própria dinâmica socioespacial de uma cidade pequena na realidade territorial e regional do Brasil, em como se reflete na realidade da cidade em questão.

Ademais, cabe salientar, que é e analisado com especificação nesses primeiros aspectos que vão, desde: *Localização Geográfica, Limites Territoriais, Vias de Acessibilidade, Classificação Regional, Aspectos Naturais, Dinâmica Demográfica, Formação Socioeconômica, Representações Culturais* e às *Dinâmicas Socioespaciais* como o todo. No sentido de partir de uma análise integrada do espaço, sem perder de vista ou por base de referência, o desenvolvimento dos processos históricos e dos seus diferentes desdobramentos territórios na realidade local e sua conexão ou influência no contexto regional.

1.1 Localização Geográfica e Configuração Territorial

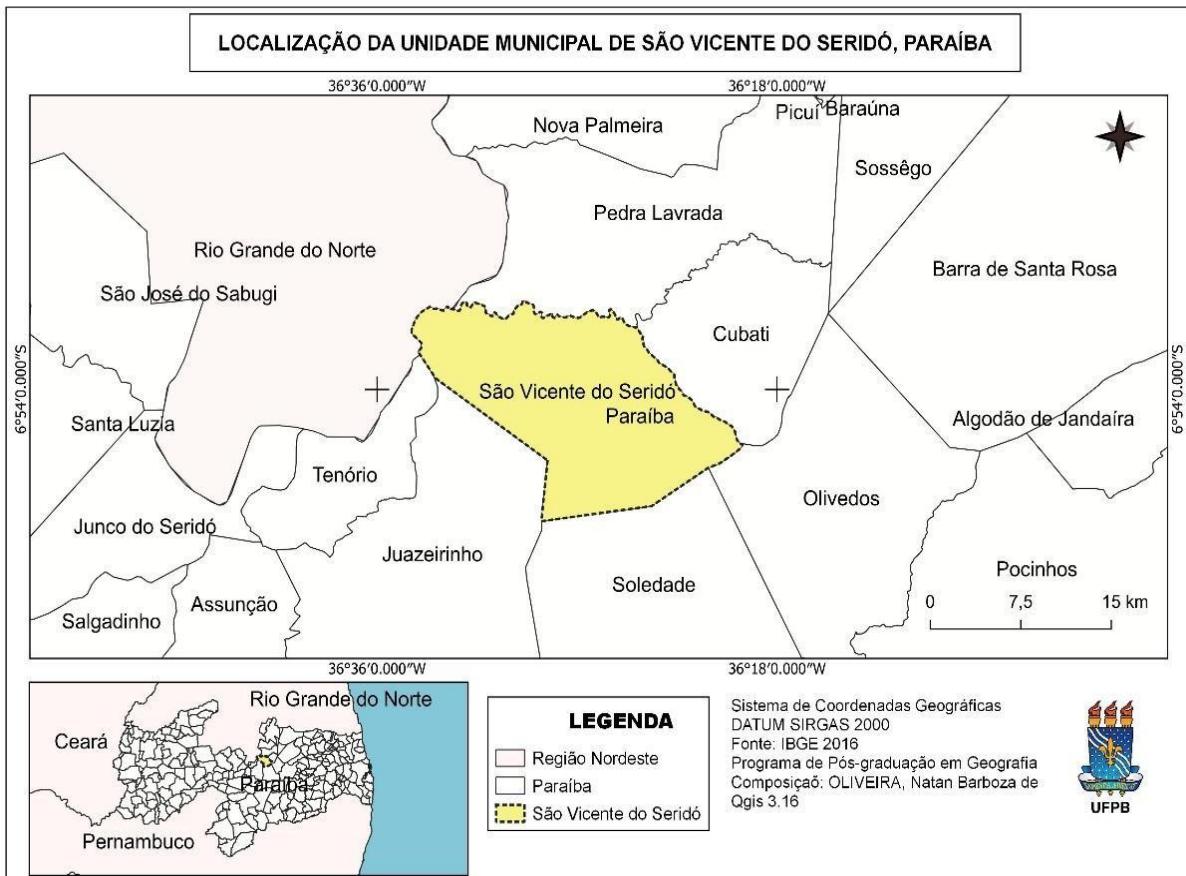
Neste primeiro momento, o destaque está para a delimitação da localização regional do município, ou seja, não há como partir de uma pesquisa espacial, sem haver esse foco ou compromisso com “o lugar”, não no sentido de uma delimitação unicamente escalar, mas de situar na estrutura da rede de interconexão a qual nível de organização socioespacial estamos tratando.

Isso em um movimento que parte na razão de entendimento dos papéis e influências dos agentes que integram o processo de (re) produção e territorialização do espaço urbano. Embora, sendo necessário de maneira a priori uma visualização em relação aos aspectos ou processos que compõe sua atual organização urbana, seja: os aspectos físicos, os limites territoriais, as práticas culturais, as atividades políticas sociais no espaço, as dinâmicas econômicas da organização socioespacial e as tendências e influências do município na rede urbana.

De antemão, o fato do município se tratar de uma dimensão urbana que se encontra definida na hierarquia urbana do Brasil como uma centralidade local; no entanto, há de se destacar que notaremos no decorrer da exposição e reflexão, notaremos uma presença acentuada de contrastes em relação a forma de organização socioespacial do município, no sentido de não está rigidamente definido por variáveis numéricas, mas uma série de aspectos e condições territoriais, que implicam em diferenças internas e no relacionamento com o seu entorno.

O município de São Vicente do Seridó é uma das partes da totalidade dos 223 municípios que integram a unidade territorial federativa do estado da Paraíba, e com maior especial especificação, temos o destaque a tal estado por ser uma das nove federações que compõem “*o bloco regional do Nordeste do Brasil*”. O estado está situado na limitação territorial da porção mais oriental do Estado brasileiro, embora o município de situe em uma área de transição (Agreste), e não necessariamente nas proximidades do litoral ou propriamente na sub-região do Sertão (Mapa 1).

Mapa 1. Localização do município de São Vicente do Seridó, Paraíba.



Fonte: Produção com base nos dados do IBGE 2016.

A dimensão territorial do espaço municipal é de 262,751 km², ou seja, pela sua extensão é uma área de dimensões relativamente grande isso em comparação aos municípios do estado, mas nas escalas por tamanho territorial em âmbito estadual e da sua própria região imediata, apresenta-se nas seguintes posições 74° e 20° (IBGE, 2020).

A densidade ocupacional é relativamente baixa com valor 39,17 hab/km² (isso inclui o fato histórico e territorial da ocupação por tipo de estrutura fundiária presente no município como na própria Paraíba). Da mesma forma, seguindo a comparação anterior das mencionadas acerca do tamanho territorial, temos quanto a densidade de ocupação territorial por número de habitantes nas esferas nacional, estadual e regional imediato estão distribuídas nas seguintes posições por nível de abrangência de escala: 1.883°, 115° e 26° (IBGE, 2020).

Isto é evidenciado não apenas, em seu destinar os posicionamentos simplórios do demonstrativo numérico da posição espacial em nível hierárquico, mas também deixa em destaque para a reflexão de como fora dado o processo de ocupação do espaço.

A classificação de definição da unidade municipal na tipologia da rede urbana da Paraíba e tanto em nível de referência da hierarquia Nacional, é definida como um núcleo urbano característico de uma cidade pequena, com atividades típicas da região do Agreste paraibano. Embora, numa classificação hierárquica urbana tem sua disposição como Centro Local, ou seja, o município está situado na base da hierarquia dos núcleos urbanos, isso em razão da sua rarefeita polarização nos centros nodais–cidades ou área urbanas – que se encontram nas proximidades (REGIC, 2017).

A partir disto, mediante às análises do REGIC (2017): *o domínio, o aspecto, à organização/atuação e a Influência espacial das suas atividades político-econômicas;* faz com que o município esteja numa situação a priori ou de imediata de se tratar de uma área de influência de espacialidade “particular” ou praticamente sem capacidade de grande polarização, quando se análise às áreas regionais.

Através dos critérios adotados nas análises espaciais por nível de influência da centralidade urbana, sua área de domínio se reduz praticamente em certa exclusividade a realidade *in loco* (local), não havendo projeções para além das áreas que excedam o território da unidade municipal, como também das suas próprias áreas de ocupação produtiva e populacional, isto é, dos espaços do campo e a cidade ou rural e o urbano.

Em adendo, pode-se pontuar ainda que os fluxos das atividades socioespaciais do município, não necessariamente se reduzem na própria realidade estreitamente local. Ora, ao adotar uma análise do critério técnico (no sentido das disposições dos objetos), ausenta outros fatores ou dimensões, que explicitam outros movimentos e dinâmicas, que não necessariamente correspondem a um núcleo tacanho como simples receptor de fluxos/meios, ou uma área de distribuição passiva para os demais lugares integrantes das áreas urbano-produtivos do município (Fresca, 2001).

A análise, entretanto, do/no perímetro urbano é atividades, que atraem parcelas de fluxos de parcelas populacionais de diversos setores da zona rural do município (essa com dezenas de setores) e das cidades pequenas circunvizinhas. Esses fluxos mesmo parcelados ou de ocorrência não tão densamente evidentes são ainda essenciais para *dinamicidade* do comércio local. Isso é ainda mais claro ao se analisar de maneira periódica os movimentos ou ações dos estabelecimentos comerciais ao se organizarem para o momento da feira livre – na quarta-feira –, em específico o aumento nos fluxos de capitais nos pontos comerciais dos setores de venda varejista e na área têxtil.

Essa influência de outras áreas no município é de decorrência do processo histórico da formação das redes urbanas da Paraíba, em se partia de determinados municípios com fluxos de direção a outras localidades, estabelecendo e reafirmando caminhos de deslocamento. E no caso do município, temos essa relação pela lógica do *tropeirismo* que se materializava nas próprias feiras semanais e o no comércio local, cujo tal atividade esteve como uma das práticas espaciais e econômicas de garantia da formação das primeiras orientações de redes de trocas essas que são fundamentais na compreensão dos principais agentes modernos (Pessoa, 2009,).

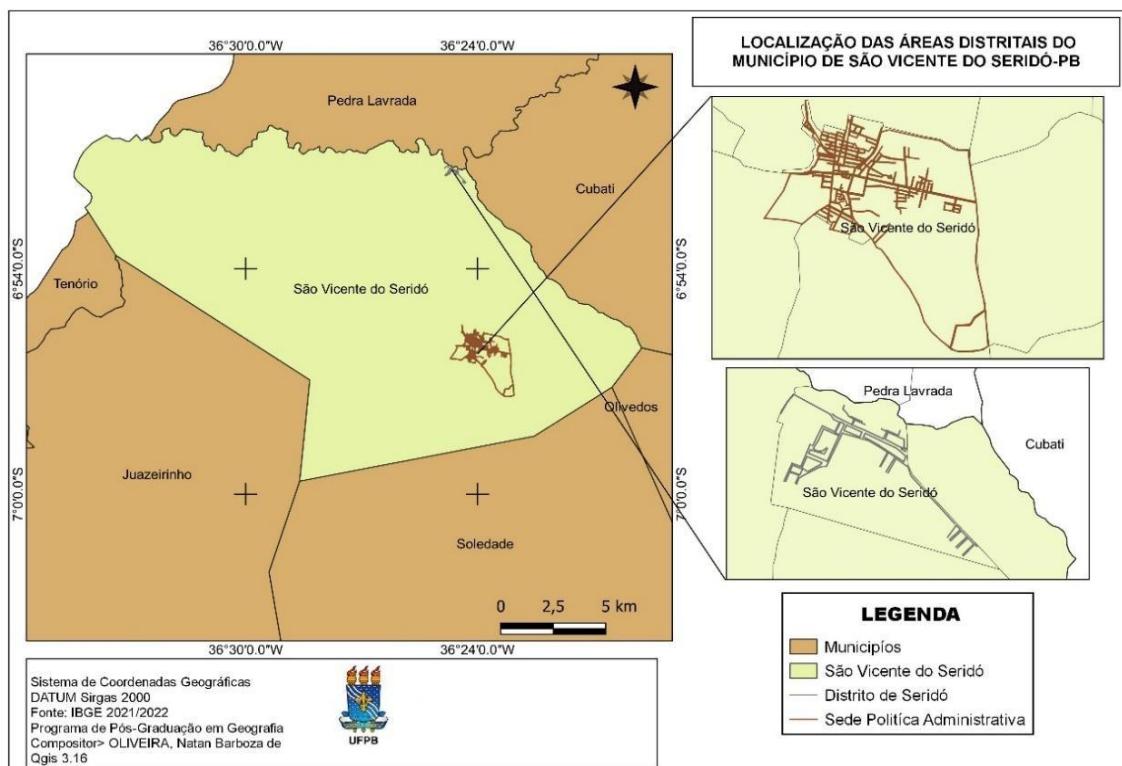
Por reforço, retomamos Roberto L. Corrêa (2011), o qual com precisão, diz-nos que os critérios que são usados na definição dos núcleos urbanos como centros locais são validados na maior parte dos casos por bases de dados estatísticas, que colocam de maneira imediata essas centralidades na base da hierarquia urbana. Assim fazendo com que haja à isenção ou exclusão da análise das complexidades particulares dos locais, isso em associação com as dinâmicas *extralocais*. Há, portanto, a necessidade de uma visualização que combine as atividades locais e aquelas trazidas ou/e incorporadas pelos agentes de uma outra realidade socioeconômica.

Com isso, permitindo que haja uma compreensão acerca de como é estruturada à totalidade da organização socioespacial ou do próprio todo da formação econômica, social e espacial do lugar (enfoque esse já proposto por Milton Santos, desde suas análises mais teóricas do urbano). Tal posicionamento é de importância crucial na análise geográfica, pois os modos de produtivos, às territorializações, suas relativas permanências, os papéis dos agentes e da ação de outros que vão emergindo são

alteradas no decorrer das alterações históricas, que necessitam esse olhar mais amplo ao lugar.

Por acréscimo, quando se trata da extensão da unidade urbana municipal, em específico na área do seu perímetro urbano essa dispõe de uma mancha ocupacional propriamente urbanizada de aproximadamente 1,66 km² (IBGE, 2022), pois há uma certa aproximação *quantum* ao real dimensionamento da extensão da terra que equivale à funcionalidade urbana. Ademais, torna-se diferenciada por não ser uma única mancha urbana de constituição contínua, mas em razão do fato do município apresentar na sua espacialidade urbana duas áreas distritais, que historicamente marcam os diferentes movimentos de ocupação (Mapa 2).

Mapa 2. Localização das Áreas Distritais do Município de São Vicente do Seridó, no Seridó Oriental.



Fonte: Produção com base nos dados do IBGE 2021/2022.

É destacável que uma das aglomerações urbanas corresponde a sede política administrativa – atual São Vicente do Seridó – e outra área Seridó, que fora o primeiro núcleo político-administrativo durante a fase de emancipação política do

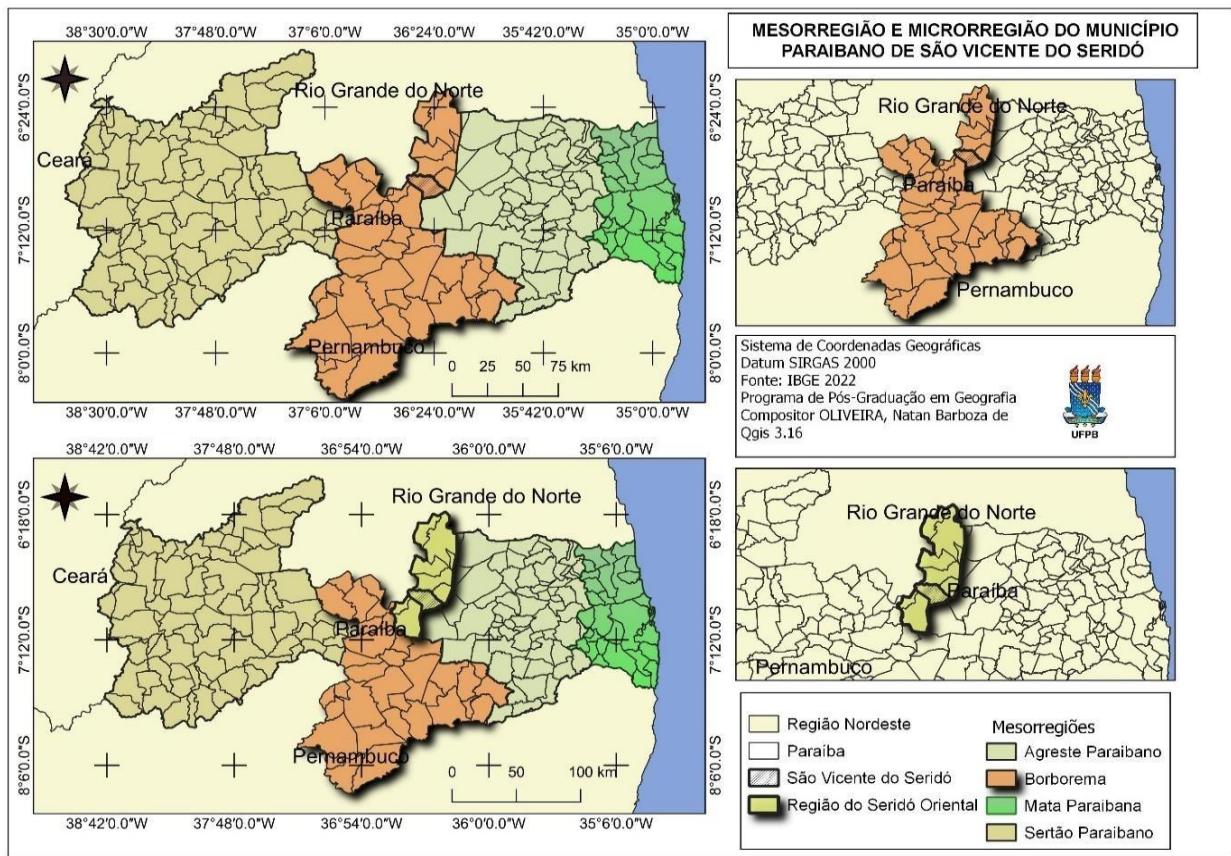
município – em 22 dezembro de 1961 –, e que hoje se encontra como uma extensão territorial na forma de distrito urbano.

Afora é de merecida demarcação para o fato histórico desta referida unidade espacial ter atuado como rota ou caminho para a gênese das primeiras ocupações, organizações urbanas e atividades sociopolíticas, partiram de Seridó. E dos próprios impulsos dos movimentos das ações – de princípio descontínuas – dos agentes produtivos para outras porções espaciais – no caso com maior ênfase para o povoado de São Vicente.

Por meio do referencial dos dados do IBGE (2010) do Censo Demográfico do primeiro decênio – 2010 –, o município, conforme o modelo da divisão regional por escala de atribuição Mesorregião e Microrregião, situa-se, no domínio regional das terras da Borborema e, em particular na delimitação microrregional está no domínio de ocupação da área de ocupação do Seridó Oriental (nas proximidades ao norte da porção da região do Seridó do Rio Grande do Norte).

Esse modelo de regionalização tem sua sistematização baseada no levantamento dos elementos e/ou características físico-naturais do espaço pela sua extensão de ocorrência na paisagem e antes de tudo pela própria situação/localização geográfica região. Além de tudo, contando com o destaque para o desenvolvimento das atividades socioeconômicas da abrangência regional (Mapa 3).

Mapa 3. Localização da Macrorregião e Microrregião de São Vicente do Seridó-PB.



Fonte: Produção a partir da base nos dados do IBGE 2022.

Na atual regionalização proposta pelo IBGE através das elaborações definidas no REGIC (2017), é estabelecida uma definição que vai de encontro com o ideário das zonas de influências regionais imediatas e intermediárias. Essas tendo por base referencial à retomada dos fundamentos da teoria dos lugares centrais de Walter Christaller, ou numa tradução dessa teoria na realidade brasileira da “*vidas de relações*” nas palavras do urbanista Michel Rochefort ou das delimitações das regiões das dinâmicas dos polos de desenvolvimento econômico de François Perroux, que traduzem a incorporação/definição regional através da delimitação de áreas de influências, ou seja, identificam zonas de abrangência espacial mediante o alcance das atividades/fluxos de bens ou serviços.

Assim, promovendo à delimitação dos núcleos ou regiões urbanas – leia-se cidades – *quantum* às suas influências, dispersões e centralizações dos fluxos econômicos-produtivos na rede urbana, ou seja, por meio da análise da circulação de

bens, serviços, capitais e pessoas, em diferentes escalas de influência, que transitam entre um alcance local-regional.

O município de São Vicente do Seridó está inserido nas respectivas regiões: Imediato e Intermediária de Campina Grande, ou seja, com toda uma dependência praticamente centralizada na mancha urbana campinense. O local, portanto, se encontra na órbita do polo da cidade média que por meio de todos os seus serviços de maior complexificação e tanto das rotas de acessibilidade de fluxo para outros locais (REGIC ,2017); pode-se ainda destacar que haja influência de outros estados, em razão da própria proximidade com áreas do Rio Grande do Norte, mas esse processo de fazer em nível menor.

No comparativo com os municípios que integram tais regiões que o município está inserido nessa delimitação de modelos urbanos regionais, leva a uma configuração de uma realidade que é integrada por unidades socioespaciais de caráter local, e que mesmo havendo diferenças de organização e trocas por proximidade dos espaços, não dissocia essa ligação ao núcleo de maior domínio de influência territorial, ou seja, a cidade média de Campina Grande, cujo historicamente teve sua organização como polo regional.

Ainda mais quando se realiza o ato de comparação com o modelo de anterior de *regionalização* – macro e microrregiões – é possível de fato observar que muitos dos municípios antes não integravam o mesmo domínio da unidade regional, porém, na medida que há o outro enfoque de regional por zonas de influências leva a promover alterações nas áreas dos limites influências, que também elevam ramificações mais complexas de atividades nas realidades locais.

Dito isso, numa tentativa de exemplificar essa alteração, observamos a seguir à distribuição dos municípios por regiões Geográficas imediata-intermediária e Mesorregião-Microrregião, conforme à inserção do município de São Vicente do Seridó, temos o destaque para o fato da necessidade de uma revisão ao entendimento da própria inserção do município e das suas atividades socioespaciais, pois a depender do critério regional, há certas indicações e abertura para outras problematizações (Quadro 2).

Quadro 2. Comparativo da Divisão Regional dos Municípios Paraibanos por Regiões Imediata-Intermediária e Macrorregião-e-Microrregião

Região Geográfica Imediata de Campina Grande	Região Geográfica Intermediária de Campina Grande	Mesorregião da Borborema	Microrregião do Seridó Oriental
Alagoa Grande	Região Geográfica Imediata de Campina Grande	Junco do Seridó	Baraúna
Alagoa Nova	Região Geográfica Imediata de Cuité-Nova Floresta	Santa Luzia	Cubati
Alcantil	Região Geográfica Imediata de Sumé	Salgadinho	Frei Martinho
Algodão de Jandaíra	Região Geográfica Imediata de Monteiro	São José do Sabugi	Juazeirinho
Areia		São Mamede	Nova Palmeira
Areial		Várzea	Pedra Lavrada
Aroeiras		São Vicente do Seridó	Picuí
Assunção		Pedra Lavrada	Tenório
Barra de Santana		Nova Palmeira	
Barra de São Miguel		Picuí	
Boa Vista		Frei Martinho	
Boqueirão		Baraúna	
Cabaceiras		Juazeirinho	
Campina Grande		Cubati	
Caraúbas		Tenório	
Caturité		Amparo	

Cubati		Assunção	
Esperança		Camalaú	
Fagundes		Congo	
Gado Bravo		Coxixola	
Gurjão		Livramento	
Ingá		Monteiro	
Itatuba		Ouro Velho	
Juazeirinho		Parari	
Junco do Seridó		Prata	
Lagoa Seca		São João do Tigre	
Massaranduba		São José dos Cordeiros	
Matinhas		São Sebastião do Umbuzeiro	
Montadas		Sumé	
Remígio		Taperoá	
Riachão de Bacamarte		Zabelê	
Riacho de Santo Antônio			
Santa Cecília			
Santo André			
São Domingos do Cariri			
São Sebastião de Lagoa de Roça			
São Vicente do Seridó			
Serra Redonda			
Soledade			
Taperoá			

Tenório			
Umbuzeiro			

Organização do Autor, 2024.

A maior parte das pequenas cidades tem um enquadramento que não necessariamente mostra sua inserção de facto na atual rede urbana, pois com o processo de maior expansão das atividades socioeconómicas nas redes de fluxos de trocas e produção entre as cidades, em ritmos cada vez mais céleres, faz com que haja um movimento de certas particularizações das realidades socioespaciais destas cidades (Corrêa, 2011).

Ora, vejamos por exemplo, em um breve deslocamento de escala, o caso particular do município da cidade pequena de Lagoa Seca, Paraíba, que mesmo estando na classificação como uma área urbana típica de um Centro Local, dispõe de uma série de particularidades na sua organização socioespacial, em razão dos agentes e diferentes práticas espaciais desenvolvidas.

Na área urbana, segundo estudo recente de Rocha (2016), a cidade apresenta serviços, mecanismos e práticas urbanas territoriais variáveis, como principal caso há o aumento gradativo de *condomínios fechados em paralelo com o aumento das práticas de segregação socioespacial, cujo os condomínios com padrões que apenas poderiam ser associados ao grandes núcleos urbanos, ou aqueles áreas de cidades médias, que além de um espaço de transição, dispõem de influência em certo nível regional.*

Desta forma, quando se trata do objeto de estudo alvo da problematização da pesquisa, é notável que há uma complexidade nos estudos de casos em cidades pequenas, pois se requer uma posição para além da definição da sua influência, pois como bem é mencionado pelo Corrêa (2011). Não há como reduzir ao padrão classificatório numérico, isto é, pela via os dados numéricos do lugar ou por medição da zona de influência das atividades urbanas do município, levando à promoção de uma análise restrita, sem haver um olhar acerca das particularidades, que nos mais diversos momentos excedem o critério da macro-análise comumente permeado por maiores generalizações.

1.2 Limites territoriais: divisas, vias de acessibilidades e fluxos

A partir do glossário de definições do IBGE (2010), os limites territoriais do município são definidos como as áreas de encontro ou de “*transição territorial máxima dos municípios*”, sendo demarcadas por zonas limítrofes com um ou mais unidades administrativas.

Ao tratar dos limites, estamos tratando das zonas de contato limite do e/no território municipal, que se encontra nas proximidades dos territórios de outras unidades administrativas municipais. Contudo, não havendo propriamente o pertencimento dos municípios em um raio de influência regional, pois os critérios desta definição estão mais centrados na relação dos polos de influência urbana – atualmente – ou anteriormente pelos critérios dos aspectos produtivos e **fisiográficas**.

O caso de São Vicente do Seridó, temos uma certa particularidade, pois dentro da atual regionalização, o município está em um ponto que denota um certo favorecimento como um ponto de circulação com acesso as principais vias de deslocamento para centros das proximidades ou com relativas distâncias, ou mesmo naqueles áreas – capitais – com maiores **dinamicidade** e concentração de atividades socioeconômicas do Estado da Paraíba (IBGE, 2017).

Embora, ao utilizarmos uma análise da zona de influência da microrregião do Seridó Oriental, teremos que muitos municípios não fazem parte desta delimitação, e quando se aprofunda para a análise dentro da classificação das áreas de influência por circulação, produção, consumo de bens e serviços está dentro da região Imediata de Campina Grande.

Essa visualização em parte reduzida, pois os núcleos de influências são reduzidos, porém, não descaracteriza o papel de centro de acesso para outras localidades que é exercido pelo município; principalmente quando formos analisar a sua construção colonial, que ainda mais reforçar essa condição.

Assim, quanto aos limites do município esses se encontram dispostos nas seguintes áreas: Soledade, Olivedos, Juazeirinho, Tenório, Cubati, Pedra Lavrada, além de ter uma pequena extensão para a região do Seridó do Rio Grande do Norte. Os limites, não dispõem de uma mesma dimensionalidade ou extensão em todos os municípios, ou seja, havendo áreas municipais de maior e/ou menor domínio limítrofe

com São Vicente do Seridó, e que em parte pode mesmo influenciar na organização de níveis de atividades das práticas espaciais mediante essa maior ou menor limitação territorial.

Outro ponto a se destacar é o caso das relações de limites com o município de Cubati, que recentemente incorporou na sua configuração territorial uma pequena área do município de São Vicente do Seridó (comunidade Santo Vieira), partindo da justificativa que o espaço anexado historicamente teve sua organização atrelada aos agentes de produção da unidade territorial do município limítrofe, pois exerce tanto o desenvolvimento de atividades típicas da localidade, como o fortalecimento da identidade espacial.

E independente das dimensões das áreas de um determinado localidade, seja um lugar de dinâmica reduzida em parte ao local ou áreas de comunidades como o todo, não se deixam perder esse processo de criação de identificação social e espacial no meio. Ora, das escala das nações aos mais íntimos agrupamentos se tem a existência de práticas sociais, que diferenciam à identidade espacial, em relação ao seu entorno ou o outro social.

Diante disso, pode-se notar que no Censo de 2010, a unidade municipal apresenta uma maior área territorial, quando se compara à configuração do espaço atual do município. Isso posto, nota-se que ao tratar da análise da configuração territorial do lugar, deve atentar aos movimentos de extensão ou regressão que são comuns quando se trata da formação histórica organização de uma unidade socioespacial (Santos, 1988).

Desse modo, pode-se ainda seguir com maior especificidade, que no caso do município de São Vicente do Seridó, associa-se ao movimento de formação do município, pois sua proximidade com os municípios citados, promoveu em determinados períodos movimentos de práticas territorialização. No sentido de anexação, emancipação ou de reformulação dos limites territoriais ou pontos espaciais que atuam na referenciamento dos limites; sendo essas ações bem frequentes, quando se traça um panorama nas relações internas do município quando ao nível intermunicipal.

1.3 Acessibilidade Territorial: Rotas de Deslocamento dos Fluxos Municipais

Ao tratar da acessibilidade do município essa se faz possível através da disposição de uma série de redes de infraestrutura por rodovias de trânsito de acesso federal, estadual e mesmo rodagens municipais. No entanto, além das recentes rodovias, temos uma marcante presença de vias, caminhos, estradas, passagens locais ou pontos referências, que compõe o todo do movimento de fluxos da cidade ao longo de sua constituição histórica-territorial.

Esses caminhos ou rotas como o todo tiveram na maior parte dos casos à sua distribuição e consequente formação ao longo dos movimentos de ocupação e organização da rede urbana nacional-estadual. Desde o período colonial há contribuições no estabelecimento dos caminhos de deslocamento espacial, e mesmo atualmente na atual configuração do município é comum ouvir dos moradores locais (entrevistados), trazendo diversos relatos dessas construções e suas respectivas funções.

Conforme, aponta Soares (2012), maior parte das vias da rede urbana da Paraíba ou estiveram como caminhos antigos dos próprios povos nativos ou tidos comumente por *tapuias* ou as estradas de passagem abertas pelos tráfegos dos caminhos de gados, com seus carroções que eram comuns para o deslocamento de produtos ou mesmo das reses de gado. A maior parte das rodovias ou caminhos de deslocamento que foram postos durante o processo de ocupação dos sertões da Paraíba, e que posteriormente se insere na ordem de fluxos entre diferentes pontos do estado (cidades paradas ou de entrepostos comerciais).

Por essa perspectiva, as principais rodovias que influem na dinâmica dos fluxos do município, com a principal rodovia de acesso a BR-230 ou *Transamazônica obra da herança do período do “Grande Brasil”*, que é hoje uma das principais vias de transição/tráfego do país em sentido Leste-Oeste pelos fluxos de bens, serviços e pessoas no país (Furtado, 1999) – e do próprio estado da Paraíba.

Essa rodovia transpassa horizontalmente o estado, sendo responsável por estruturar maior parte dos pontos de acesso entre o litoral e o sertão, e que maior parte das cidades próximas desta tiveram um certo favorecimento na organização comercial, e no crescimento urbano.

No caso de São Vicente se encontra em uma distância de aproximadamente 15 km, porém com o período de execução e construção desta obra, uma nova tendência é posta na ordem de organização do espaço da cidade ou do núcleo urbano que se formara ainda em parte prematuro. Essas modificações na cidade, seguem em razão desta proximidade exercer influência no deslocamento de mercadorias e pessoas, além do próprio movimento de estabelecimento dos fluxos da pequena cidade.

Contudo, não se pode perder de vista que essa atual distribuição/organização das rotas ou rodovias de acesso, dispõe de caminhos ou estradas de acesso bem anteriores, pois já se tinha percurso que permitiam o uso de rotas alternativas para se deslocar internamente e para outros municípios, como também para as cidades de influência regional – nesse caso Campina Grande (Pessoa, 2009).

Assim, pode-se distribuir à constituição das rotas de acessibilidade da constituição ou praticamente quase que total distribuição, através da combinação de três processos, que foram de matrizes para os direcionamentos dos demais percursos ou deslocamentos na realidade espacial do município.

Num primeiro momento, temos como plano de organização das primeiras orientações de rotas, uma explicação que vai ao encontro da análise aos primeiros modos de organização do espaço, isto é, daqueles caminhos, trilhas e nós, que foram realizadas pelos antigos povos nativos da região, ou seja, a comunidade indígenas atribuídos como *Tapuias* (*nome esse genérico*), *delimitado aos grupos indígenas não falantes do tupi*, e que estavam nos interiores dos sertões, isto é, *independente da sua organização tribal ou cultural, recebia essa denominação como uma forma de distinção* (Vainfas, 1995).

Nas distintas pontuações realizadas por Santos (2009), que não apenas foram os pioneiros das divisões de rotas ou caminhos de acesso nas grenhas da Caatinga, mas também foram os principais responsáveis por mostrar os modos de se viver em tal ambiente “anaecúmeno”, como era visto em princípio pelos povos europeus, em seus primeiros contatos.

Das estradas construídas pelos povos Tapuias, ou quando se trata da região do município em ênfase – Seridó – do povo tarairiú que exercia assídua presença

nessa região, que mesmo sendo uma formação tribal de caráter não sedentário, mas se tinha pontos e rotas comuns de deslocamento.

O segundo momento de organização das rotas de acesso no município, decorrem do movimento de subordinação, ocupação e domínio por parte da ação dos agentes propriamente coloniais, que tiveram papéis na delimitação dos novos caminhos e/ou em razão das necessidades fizeram parte deste movimento de expansão e fixação territorial.

Isso dando impulso para alargamento dos caminhos antes já trilhados, traços e materializados nas comunidades do período *pré-contato*, via o uso extensivo dos rebanhos de gado, que naturalmente abriam os caminhos de ocupação para os colonos recém-chegados. E por meio do desmatamento ou pelas ações das “*limpas*” dos terrenos de serventia na promoção de maior proximidade e contato com os campos de visibilidade imediata, ou seja, de desbravar ainda mais o cenário homogêneo da paisagem espinhosa da Caatinga.

Essa movimentação, acaba por seguir com relativa intensidade até meados do século XIX, pois mesmo com o fim dos embates aos gentios (povos nativos) que caracterizou o período da fase das campanhas de combate aos *bárbaros em diferentes frentes nas terras dos diferentes sertões que estavam no estado da Paraíba; não sendo suprimido antes em razão das condições de extrema rudeza no ambiente* (Santos, 2009).

Em meio de um ambiente territorial com técnicas não tão complexas, cujo pouco se tinha uma expressiva modificação da realidade local e tanto no seu entorno, não se tem um rápido processo de promoção de abertura e/ou encaminhamento de novas ocupações e, tampouco notas/frequências) ou de verificação do tempo hábil (Santos, 2006).

Após esse breve movimento de uma certa digressão acerca do período da fase de anexação, modificação, modernização no município, via o princípio das ações de promoção do avanço propriamente dos meios de comunicação e de transporte, que passou por diferentes modificações, desde o uso das realizações das rotas ou estabelecimento de pontos/arraias que passaram a fomentar como posto de maneira breve acima, os primeiros meios ou percursos nas vastas áreas dos sertões, que

posteriormente se modificam no sentido da introdução de outros meios de deslocamento como o caso dos muares, mas ainda mais no final do século XIX essa rede de deslocamento e comunicação, sofre influências das mais diversas agências e escalas às quais traçam um outra organização (Moraes, 2012).

De um início esteve praticamente sob a base de encaminhamento moroso do uso físico e animal da força ou do trabalho, em razão das próprias condições de modificação do período, que não traziam uma possibilidade da técnicas para além de modificações primárias ou que promoveram alterações de maneira que espaço e natureza ainda estavam imbricados na mesma organização socioespacial (Santos 2013). E quando se volta para a “natureza da organização e deslocamento socioespacial” nesse período, pode-se enfatizar que se trata de uma conjuntura *prétecnico*, no sentido que técnicas, trabalho e natureza se misturam.

O período técnico ou de modificação mais acentuada na paisagem e organização socioespacial como todo tempo sua incorporação apenas no período de meados do século XIX, que se começa uma política de estradas reais com alargamento dos grandes caminhos de ligação com o litoral. Segundo Aranha (1991), nessa fase dá organização o espaço campinense toma uma sobressalto de sua influência, já que o deslocamento até o ponto de entreposto é facilitado, como é o caso do estabelecimento de trechos com maior organização para se ter passagens mais livre ao Sertão.

Um dos pontos de passagem era à cidade ou no período a vila de SoledadePB, refletindo na própria ordem dos fluxos de deslocamento de outras áreas que tinham ou estavam num processo de crescimento de importância na produção do período, como o caso do povoado de São Vicente.

Através deste ritmo do progresso com a extensão mais continua dos projetos das estradas reais tem à sua persistência até o período de marco substituição dos meios de deslocamento em razão dos extensores da industrialização crescente, ou seja, a política das rodovias, não apenas se voltavam nas principais áreas nucleares do Brasil, mas mesmo com certas opacidade tomava outros espaços, nem que fosse para garantir uma reorganização na rede urbana como na própria hierarquia, ou seja, determinadas posições são mantidas ou ampliadas com outros sentidos, enquanto em

outros pontos são levados para um gradativo apagamento (como é o caso de maior parte das pequenas cidades do interior dos Sertões).

Nesta direção, leva consequentemente o processo de introdução de outros agentes na produção do espaço e nas organizações socioespaciais no município, que interferem na dinâmica anteriores, pois se traz uma certa renovação, porém, sem amplas ou largas transformações nas rotas de deslocamento. Embora, no caso das Cidades Pequenas no Brasil, em específico na região Nordeste, após o período da década perdida toda uma reconfiguração espacial e projetada, principalmente na fase de necessidade de transição comercial e acessibilidade de áreas estratégicas.

Esse reflexo se dá de maneira essencial, na realidade de São Vicente do Seridó, pois a partir da alteração das configurações dos fluxos e da própria renovação densidade técnica da infraestrutura territorial, temos toda uma guinada no crescimento das dinâmicas (*inter*) regionais e mesmo na escala de comércio local. Contudo, esse modificação no mercado ou comércio local, não dispõe de alcances não tão amplos ao quadro espacial da sua atuação, estando na maior parte na dependência com os polos de maior abrangência na região (Santos, 2013).

Assim, temos o avanço dos pequenos e médios estabelecimentos comerciais, além de outras diversificações de estabelecimentos comerciais de setores varejistas e de serviços com grau de espacialização técnica, que perpassa os mais diferentes segmentos.

A partir da introdução do sistema de rodovias, em substituição das antigas estradas de passagens ou dos antigos caminhos de gados, que atuavam como vias de ligação entre cidades e povoados, é de uma importância crucial para o desenvolvimento de toda à reconfiguração na organização na maior parte da *Rede Urbana Paraibana*.

Isso fomentando o encaminhamento do processo de diferentes novas territorializações, além das relativas permanências das formas-objetos de outrora e, que se soma ao surgimento de novos agentes espaciais diante da especulação e expansão dos setores produtivos; ao se tratar da realidade do município se torna bem evidente, principalmente na área comercial que permite à abertura para novas formas

de organização do espaço, e cujo vai favorecer ao avanço da mancha urbana, de maneira mais intensa na atualidade.

1.4 Dinâmica demográfica e distribuição populacional por malha/setor espacial

O percentual da dinâmica demográfica do município em sua população absoluta é de aproximadamente 10.291 habitantes dispostas na área territorial do município, conforme aponta os dados do último censo demográfico. Em relação aos dados dos demais níveis por escala de distribuição espacial da população sua posição está na 3004º em âmbito nacional, no estado Paraíba na 80º e no comparativo a sua região imediata a unidade municipal está na posição 21º, quando comparada com as demais áreas que são polarizadas pelo núcleo de Campina Grande.

No entanto, ao contrapor com os dados do Censo anterior, o município apresentou nos últimos dez anos um crescimento demográfico não significativo, ou seja, no ano de 2010 com sua população absoluta de 10.230 habitantes e sua densidade demográfico de no território. O quantitativo populacional nos setores censitários – campo e cidade – se encontra distribuído na seguinte proporção de um montante de 4.597 habitantes no perímetro urbano e de 5.633 habitantes na zona rural, ou seja, ainda mostrando-se com um sobressalto considerável da população do campo concerne a urbana.

Observando o crescimento populacional do município, percebe-se que praticamente, desde sua emancipação até a atualidade, o município esteve ligado a uma dinâmica rural, tendo o seu crescimento considerado do perímetro urbano apenas nos últimos três decênios. Segundo nos mostra Andrade (1997), que durante esse período a população da região do Nordeste, tinha na maior parte dos estados, dos seus municípios, aglomerados até então formados naquele período, estavam sob uma base de produtividade que tinha por predominância toda uma concentração da população absoluta nas zonas rurais, sendo os espaços tidos como urbanos sem extensivas densidades ou atividades típicas da cidade.

Essa situação é evidente nas áreas de povoados ou de vilas, cujo já tinham uma certa transição de formação de pequenos núcleos, cujo apresentavam uma relativa concentração, no entanto, ainda se faziam rarefeitos quando se comparava

aos sítios ou comunidades rurais, razão essa do campo no período ter e ser a base de toda subsistência, não apenas das comunidades, como do próprio motor da produção, que não se desvinculava do ambiente rural.

Essa condição do município é evidenciada de maneira mais precisa ao partir para a análise dos dados dos censos demográficos por setores censitários ao longo dos diferentes períodos históricos, disponibilizados pelo IBGE na plataforma SIDRAS. A disparidade populacional (entre campo e cidade) está associada à organização socioespacial no respectivo período de destaque, pois a depender do temporal do das relações sociais no lugar, temos formas distintas de (re) produção do lugar, ou seja, ***condições técnico-sociais, demandas produtivas regionais e formaconteúdos*** que refletem na dinâmica na população do local (Quadro 3).

Quadro 3 Dinâmica demográfica do Município entre 1970-2020

São Vicente do Seridó-PB	1970	1980	1991	2000	2010	2022
Pop rural	4534	5318	5497	5645	5633	---
Pop urbana	821	1212	2373	3461	4597	---
Pop total	5355	6530	7870	9106	10230	10291

Fonte: Adaptação dos dados da plataforma Sidras referente aos últimos censos demográficos do IBGE.

Este primeiro comparativo em relação à dinâmica populacional do município, pode ser ainda mais reforçado por meio dos de períodos anteriores entre os anos de 1950 e 1960 em que município ainda está distrito agregado de Soledade. Essas informações, na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros do Rio Grande Norte e da Paraíba, correspondem ao volume 18, organizado pelo IBGE sob a coordenação de Faissol. No entanto, durante esse período o município de São Vicente do Seridó era um distrito de Soledade, como também era o caso nos atuais municípios de Olivedos e Juazeirinho

Em que também estavam na órbita territorial, compondo um somativo populacional considerável para o período; mas, lembrando que pela própria dinâmica socioeconômica da época é de se projetar que os ambientes ou unidades espaciais praticamente estavam senão quase totalmente em um processo voltado para as atividades agropecuárias essas que atuavam na base da reprodução das demandas do mercado do município, e cujo atuava como base para um entendimento da própria lógica de produção do espaço e da ocupação populacional (Quadro 4).

Quadro 4. Distribuição populacional de São Vicente do Seridó (1950-1960).

DISTRITOS	POPULAÇÃO		
	Total	Urbana	Rural
Soledade	5103	819	4284
Juazeirinho	7617	1366	6241
Olivedos	1868	123	1745
Seridó	4198	172	4026
TOTAL	18786	12480	16306

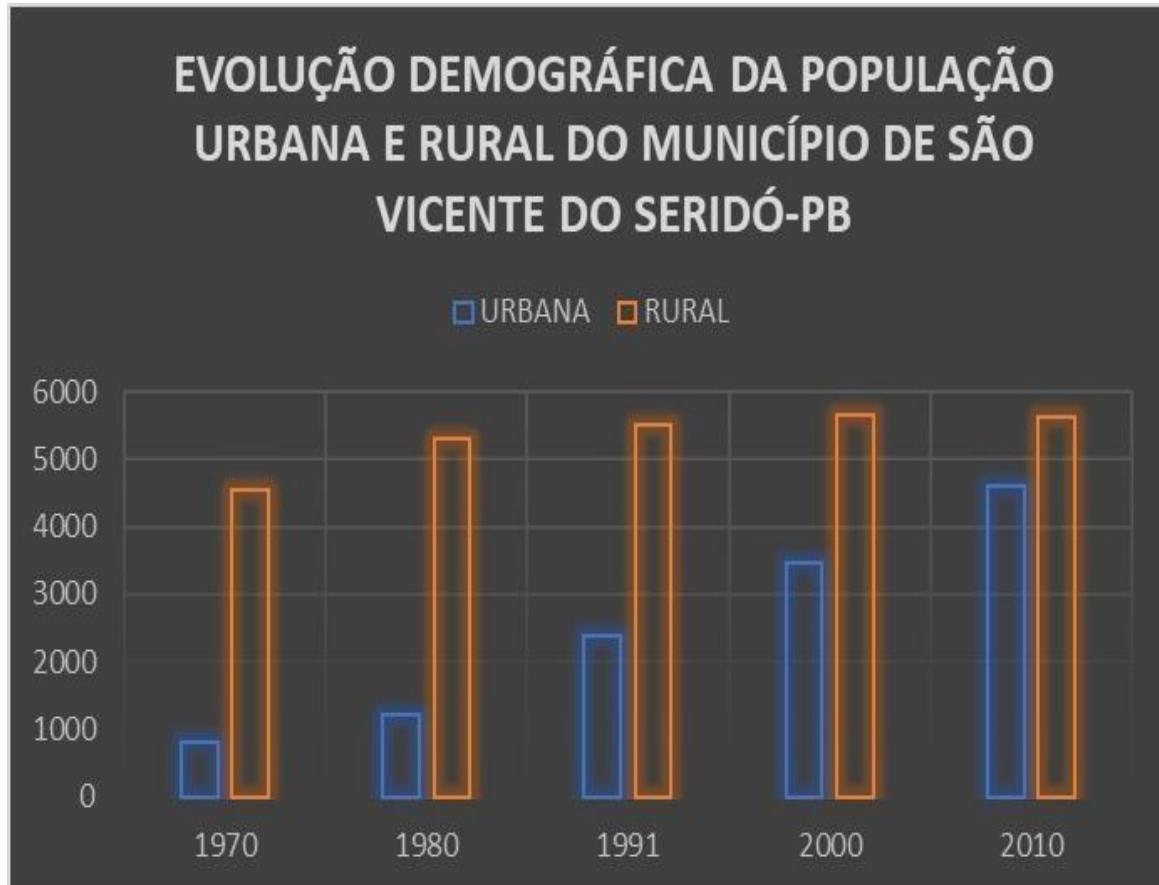
Fonte: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros de 1960.

Neste período o município era nomeado apenas como Seridó, em razão da não autonomia territorial e administrativa, estando integrado ao município de Soledade que exercia uma maior influência na região naquele momento histórico da Paraíba. Logo, não dispunha de um soldo de aglomeração urbana, reforçando o mesmo movimento das décadas posteriores, que levaram a mudanças de modo mais significativo, como veremos um pouco mais a frente, com à implementação de ações/estratégias políticas por partes dos grupos/agentes oligárquicos que vão se posicionar ao longo dos períodos.

É mencionável que no período em destaque se tinha por consideração o povoado de Seridó (antes sede do atual município) como núcleo de maior importância, devido ter ainda uma mancha de população considerável, porém, o espaço de São Vicente, não é pontuado como área de concentração populacional, mas diante do contexto do levantamento dos dados havia um certo desenvolvimento no povoado, cujo já vinha com um ritmo de crescimento mais célere mesmo num situação de ser tudo como uma agregação a Seridó.

Por esse sentido, não há como trazer por precisão o direcionamento de um enfoque centrado em São Vicente, no entanto, mediante um leitura aproximado e comparativa quanto ao período de organização e surgimento do povoado, dificilmente naquele cenário regional havia um núcleo complexo, pois nem mesmo o nível de organização do povoado de Seridó tinha ampla complexidade, praticamente estava no padrão da órbita da reprodução em prol do beneficiamento do algodão e a fibra do agave, com um certo prolongamento (Gráfico 1).

Gráfico 1. Evolução Demográfica do Município de São Vicente do Seridó, Paraíba (1970-2010)



Fonte: Adaptado das bases de dados Sidras, IBGE.

Por meio deste enfoque, com os dados obtidos da plataforma do IBGE, como foi detalhado nas pontuações anteriores, é de evidente destaque, que o acompanhamento do desenvolvimento populacional do município está em grande parte no acompanhamento das próprias mudanças das condições das formas de organização socioespacial. Isso reflete bem, conforme indica Santos (2013), quando se pretende analisar o perfil social populacional de um dado lugar/cidade se deve partir do seu contexto de organização socioespacial histórica, principalmente no cenário dos países subdesenvolvidos ou emergentes, como o caso do Brasil, que tiveram períodos econômicos variáveis a consideração ao contexto é imprescindível.

Dessa forma, numa perspectiva de amparo na ótica de avaliação dessas mudanças do perfil ou da própria distribuição socioespacial da população no espaço-tempo, no caso do município, reforçamos esse entrelaçamento. E quando partimos por uma análise dos diferentes períodos históricos, ou das próprias décadas em ênfase no gráfico, segue com o crescimento da área urbana mediante à transição de organização territorial do espaço, não só dá escala local, mas da própria totalidade regional como o todo.

Por essa vertente, encontra-se na atual configuração se encontra numa tendência crescente do aumento da população da área urbana, em decorrência do crescimento da próprio perímetro da espacialização dos serviços na área central, além disso, tendo o processo da sua materialidade por outras práticas socioespaciais na configuração territorial da unidade espacial.

1.5 Aspectos socioprodutivos e os seus reflexos na estrutura socioeconômica do município

Ao tratar da economia ou distribuição territorial da organização sócio-produtiva e socio-econômica de uma determinada cidade, faz-se necessário considerar o conjunto de fatores e condições que integra realidade socioespacial a ser investigada. Não se tratando de descrever simplesmente os objetos dispostos, que implica na definição imediata do local que ali se encontram.

Ainda menos, não se deve pontuar unicamente às atividades/funções do lugar limitando à compreensão da totalidade da organização do local, no entanto, considerando aquilo que Santos (2013), denominou como fatores essenciais na compreensão da cidade na rede urbana, isto é, os níveis de massas (ocupação trabalhista, profissionalização e renda), fluxos e a disposição técnica.

Na atual lógica da atual disposição da rede urbana se tem um enfoque à tendência de classificação dos classificação dos lugares ou/e núcleos urbanos, em razão do seu papel em nível de centralidade na hierarquia urbano. Utilizando da análise dos níveis de polarização por meio da disposição de formas/objetos e fluxos/serviços que configuram a cidade, e que estabelecem subordinações/dominâncias nas áreas arredores, e com isso excedendo a sua área territorial, e estabelecendo uma zona de influência do território nas diferentes territorialidades (Santos, 2013).

A partir destas perspectivas, quando se trata dos aspectos socioeconômicos do município, pode-se recorrer aos dados estatísticos do IBGE ou a via de análise das atividades do cotidiano do lugar. No primeiro caso, através de informações dispostas no IBGE (2020), a localidade tem o seu motor econômico, movido em certa parte pelas atividades rurais, ou seja, praticamente há um dinamismo de centralidade mais para a produção do campo, mas com limitações na sua caracterização da economia local, pois parte da produção e de subsistência.

Embora, em períodos das décadas 1960-2000, como é destacado pelo portal do SIDRA (Sistema IBGE de Recuperação Rápida), em seu acervo de pesquisas do PAM (produção agrícola municipal), houve um sobressalto relevante na produção local, em razão da sua maior direção para o mercado externo ao local, em razão da produção do algodão e agave. Essa transição se queda desta participação e consequentemente um avanço relativo para o setor de serviços tem seu encaminhamento durante o período da década de 1990-2000.

Por outra instância, segundo o IBGE (2022), o município tem por valor aproximado de PIB per capita 7.340,87 R\$, e quando comparado com os demais 223 municípios da Paraíba, São Vicente do Seridó, situa-se no último nível por posição de município na ordem de classificação do estado, ou seja, dispõe do menor valor no que concerne à distribuição de renda no âmbito da escala estadual, logo é a área das

unidades federativas municipais paraibanos com o indicador de menor rendimento por habitante.

O caso se torna ainda mais é agravado ainda mais, quando se compara também no panorama da Região Imediata – Campina Grande –, que evidência o município a posição de 47º no comparativo com os demais municípios. E com isto posto em evidência, tem-se com precisão que mesmo ao evocar o município nas receitas destinadas a esse, pode-se ainda tratá-lo por uma via totalmente ou quase que praticamente imersa em seu conjunto de normativas que integram os espaços, ou seja, através das próprias atividades que estão incorporadas nas distintas atividades comerciais.

Ora, não há como pensar uma paridade com os demais municípios mesmo que integrem uma mesma área regional, pois o olhar para dentro ou mesmo na superfície dos dados numéricos, temos em destaque uma extrema desigualdade de renda no espaço municipal. Uma via de maior possibilidade de entendimento para com este resultado ou interpretação dessa posição, segue pela base de análise com estabelecimento questionários ou pré-roteiros de coleta de informações em campo ou simplesmente via o olhar propriamente da divisão social da produção espacial (Santos, 2013)

Este dado, no entanto, destaca o quantum a organização socioespacial econômica da realidade local ou da pequena cidade, não dispõe de um avanço comparável aos centros ou núcleos de maiores portes ou de agregação de fluxos e sistemas produtivos. Havendo, portanto, para à organizações da economia uma maior concentração no setor terciário este com múltiplas atividades no local, mostrando toda uma diversidade nas formas ou meios de estruturação das interações/dinâmicas econômicas para o fomento econômico-territorial local do município local do município:

- Receitas públicas de caráter federal, como o FPM (Fundo de Participação Municipal) na garantia de gerência do município, que em parte é parte do eixo de funcionamento interno do município.

- Empregos públicos, em quadro efetivo ou via contrato temporário pela prestação de serviço pela prefeitura, e fora o papel recente também de empresas terceirizadas de serviços.
- Atividade de produção agrícola de lavouras sazonais/temporais de forma rudimentar e com direcionamento relativo para a subsistência familiar, cujo essa prática de encontra em visitas de redução, em decorrência da mudança das atividades no campo.
- Benefícios de seguridade social, que na maior parte dos casos se tratando de aposentados, cujo representam umas das parcelas dos fluxos de consumidores nos estabelecimentos.
- Comércio varejistas nos setores de alimentos (mercados de pequeno a médio porte), têxtil e calçados (lojas de roupas de portes médios e pequenos), cosméticos (pequenos estabelecimentos), padarias (essas com níveis de diversificações, quando no porte e nos produtos vendidos).
- Serviços nos ramos estéticos (salão, barbearia, manicure/pedicure), internet (estabelecimentos de empresas de foras), assistência técnica nos setores de informática, mecânica, elétrica e disponibilidade de clínicas (porte pequeno) para exames em áreas diversas.
- Cooperativas de produção de leite de produtos locais da zona rural, que são geridas por empresas de fora, como o caso da Betânia, que exerce essa organização na região do Seridó e Curimataú (embora, esse modo de organização de produção é de um período recente, cujo embora uma outra discussão acerca dos circuitos espaciais de produção).

Na análise em relação ao o IDHM do município, considerando o último indicativo disponível do decênio de 2010, temos uma acentuada disparidade, quando se faz o comparativo com os demais municípios pelo critério regional, das regiões que o município de São Vicente do Seridó está inserido. Apresenta um valor de 0,555 o qual revela um quadro da dimensão social de uma certa fragilidade nas relações socioespaciais de produção do município, e das suas diferenças nas formas de organização, nas posições dos agentes/classes que compõe ou influem na realidade local, e da dinâmica como o todo da reprodução da realidade socioeconômica.

Por acréscimo, ainda é de se mencionar que propriamente esse movimento de constituição social da camada divisões sociais no próprio processo de organização da sociedade, em sua totalidade. Basicamente em certa parte é influenciada por fatores externos ao município e mesmo do próprio estado, ou mesmo do país, que refletem em parte na organização destas condições no município, que trazem esses contrastes.

Assim, quando se parte de uma análise que tem por prioridade quantitativo da produção econômica através da sondagem dos estabelecimentos ou das próprias atividades que se manifestam de modo imediato no e para o local, não chagam a trazer por íntegra todo o processo de organização do espaço e a sua forma de reprodução ou mesmo dos meios de representação da sua totalidade, quando se trata das atividades econômicas do município, cujo estão envolvidas em um processo de interações que fogem da logística da distribuição superficial dos meios produtivos no local.

Por esse sentido, temos na realidade dos centros locais, em específico do Brasil toda uma dinâmica que expressa particularidades, mas que não se fazem possíveis de vista ou apreensão dado o posicionamento espacial das suas formas, sem haver o destaque para o desenvolvimento das relações sociais e espaciais de produção. Aponta essa condição Santos (1979), que os centros locais na realidade do Brasil não apenas são áreas presas ao seu particularismo das condições geográficas, mas estão dispostas em uma rede de fluxos, que implicam também na própria maneira que é dada à reprodução da realidade socioespacial, não necessariamente feita por si.

Destarte, considerando os apontamentos anteriores é evidente que partindo da análise da escala de um centro local, o processo de generalização tende a se afirmar, principalmente ao tratar de variáveis econômicas. No entanto, como salienta H. Lefebvre (2019), partir em direção ao entendimento da estrutura econômica de um local, não é possível ter uma visão total, caso parte de uma geografia dos estabelecimentos, balanços estatísticos ou da psicologia de consumo.

O cerne principal está na maneira ou da própria forma de como é reproduzida e organizada às relações sociais de produção, em seu tempo, espaço e resultado; ora, quando partimos de uma cidade pequena ou do município em destaque esse

acompanhamento é fundamental, pois descrever sem posicionar no espaço-tempo é mais uma forma de trazer dados, sem fundo de validação social.

1.6 Aspectos físico-naturais do sítio urbano de São Vicente do Seridó: Recursos e dinâmicos de usos territoriais

Na Geografia o sítio urbano exercia importância sacramentada, quando se partia para a compreensão dos movimentos formativos das áreas urbanas ou cidades como o todo. Era necessário em todos os estudos de origem das cidades, o domínio pleno dos aspectos do ambiente físico ao qual um dado grupo social ocupou para constituir uma aglomeração, isto é, praticamente reforçando a ideia da determinação das ações sociais através da natureza.

Essa interpretação de comum aceitação na análise da formação de uma cidade nos primeiros estudos urbanos, remetia automaticamente ao espaço físico-natural de surgimento da cidade, sendo a topografia o principal ponto de entendimento para se deduzir ou compreender o processo de ocupação do meio. Já que pela disposição do terreno/relevo, explica-se como às orientações do povoamento nas diferentes áreas do espaço são guiadas de maneira natural pelos quadros de disposição fisiográficas (Souza, 2020).

Contudo, partindo de uma perspectiva histórico-dialética, o uso do sítio urbano ou da descrição das características físicas do município na utilização do desenvolvimento do trabalho em questão, não se desprende da história. Não parte pela via explicativa dos determinismos biológico e geográfico, como uma maneira de simplesmente promover uma verdade imediata para o processo de ocupação, fixação, produção e organização no espaço; mas comprehende as condições físicas do ambiente como relativas determinações nas práticas espaciais, desde que considere os domínios técnicos do período de análise e tanto o próprio sentido de organização no lugar.

Por esse sentido, ao tratar da origem ou dos empreendimentos, das características do local de gênese ou referência de vetor de influência para a constituição da cidade pequena de São Vicente do Seridó (na sua atual sede administrativa), partimos da descrição do seu sítio urbano: relevo, estrutura geológica,

solo, hidrografia e vegetação; em razão da necessidade apreender o processo de uso, superação e transformação dos recursos ali dispostos para se chegar nos meios/condições que levaram à ocupação e organização socioespacial no local de gênese urbana da pequena cidade com os seus diferentes agentes produtores do espaço, sem perder de campo o processo contínuo do devir histórico transformativo no lugar.

1.6.1 A Estrutura Geológica, os aspectos de geomorfológicos e as formações pedológicas:

A partir de informações/dados da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (2005), empresa pública vinculada ao Ministério de Minas e Energia, além das contribuições por parte do Serviço Geológico do Brasil (oferece um vasto acervo de pesquisas e dados e, isso em consonância com os dados, descrições revisões e/ou estudos desenvolvidos por autores como Aziz Ab'saber, Antonio Christofeletti, Jurandyr Ross, Antonio José Teixeira Guerra etc, atuam na base de subsídio para exposição dos aspectos geomorfológicos e da litologia do território do município.

Por esse viés, nas linhas que sucedem uma apresentação geral sobre os aspectos físicos do município, não no sentido de uma simples descrição, mas dando encaminhamentos para se pensar os relativos determinismo que determinadas condições influíram na organização espacial da região do Seridó, como do próprio município de ênfase, mas sem deixar os fios da história de perderem no decorrer da exposição, porém, ao seguir por um direcionamento esse que intercala à análise “fisiográfica” com o processo de construção do histórico territorial.

Ao se destacar os aspectos referentes aos aspectos ou características das formações geológicas, geomorfológicas e pedológicas do município, não é possível sem uma ligação ou associação com as estruturas físicas do estado e ou em âmbito interestadual maior parte das suas formações estão em áreas além dos limites municipais.

Nas palavras de Souza e Xavier (2017), a potencialidade da *Geodiversidade* na região do Nordeste é de uma amplitude elevada, e isso que garante o seu particular caráter enriquecedor na composição dos minerais nas formações, dos afloramentos, dos processos erosivos e das intempéries; e nas próprias formas de ocupação dos

solos ou das formas de desenvolvimento de atividades produtivas/exploratórias nas áreas de predomínio das estruturas formativas.

E essa multiplicidade de nuances da paisagem se revela com clareza quando se volta para os domínios regionais das tratado da parte das terras dos Sertões e do Agreste Paraibano. E em especial quando se situa no período de indicadores pluviais positivos (inverno), em que se intensifica o movimento de desgaste/mudança das formações, levando assim a um verdadeiro contraste das comparações.

A formação Geomorfológica da região Nordeste do Brasil, pode-se partir por uma perspectiva que basicamente se mostra com diferentes formas terrestres, ou seja, com um quadro *morfocultural*, que não necessariamente está reduzido por planícies, depressões e planaltos. Havendo outras formações, que vão desde a presença de serras, morros, morrotes, colinas entre outras tantas formas que são comuns mediante as particularidades das escalas de análise das formas geomorfológicas.

Quanto ao relevo do município há o destaque para a presença de uma formação de relevo articulado, ou seja, na paisagem se mostra com variações em seus terrenos, mas com muitas movimentações nas formações (CPRM, 2005). Assim fazendo com que ao se explorar parte do município, nota-se diferenças quanto a altitude, aspectos físicos ou mesmo de presenças de locais úmidos, que explica em parte determinadas ocupações em certas áreas que em outras localidades do território do município, sendo verificado até os dias atuais.

Esse caráter ou pontuação do predomínio de um relevo movimentado, decorre das próprias características físicas dos ambientes, cujo há praticamente indicadores de baixa pluviosidade, que faz com que maior parte dos agentes de modulação da superfície (exógenos), tenham o maior destaque para o processo de *meteriorização* ou intemperismo físico (ação do vento, temperatura, amplitude térmica etc).

Além do mais, pode-se enfatizar à presença de estruturas em vales em determinados pontos do município, cujo apresenta profundidades relativamente altas. Nas análises de Ab'saber (2003), destaca que essa presença geralmente está associada em áreas de afloramento com certa influência de afluentes que vão esculpindo tais formações geomorfológicas.

Ainda com base nas informações da CPRM (2005), fora a presença de vales no município é possível notar formações de estreitos dissecados, em razão das

próprias condições do ambiente, promovendo determinadas formações, geralmente típicas de depressões, embora não podemos esquecer que o município está situada na áreas dos domínios das depressões intermontanas (Ab'Saber, 2012); sendo explicável também que parte destas formações são áreas de refúgio de criatórios nas fases de estiagem mais prolongadas.

Outra formação comum na realidade do município é a acentuada presença de formações de altitude residuais ou em outros termos formações de *inselberg's*, que como indica Ab'saber (2003), trata-se de *formas residuais de afloramento de relevo granítico ou gnaisse, cujo se encontram com protuberância em relação as áreas adjacentes (planícies)*.

Outro fator de explicação desta presença, segundo Antônio Cristofolleti na obra “*GEOMORFOLOGIA*”, decorre do processo de *pediplanação*, ou seja, dos ciclos de maturação do relevo terrestre. E nas áreas com do domínio de climas áridos ou semiáridos através do desgaste por corrosão e transporte dos sedimentos pelos agentes físicos, fazendo com que nas mãos diversas superfícies relativamente planas haja resquícios das estruturas de relevo de outrora em formas pontuais.

Na área há toda uma variação em relação à variação de altitude, além do mais das possíveis delimitações frente as áreas propícias para determinadas presença de formas de relevo.

Essa variação de altitude influí em parte no modo que foi direcionado o processo de organização de ocupação do espaço, que teve em áreas de certa planificação do terreno um direcionamento maior, quando se analisa os arredores, isso não no sentido de determinismo, mas como caminho de abertura para especulação de determinadas práticas espaciais que foram postas na realidade socioespacial do município.

A formação pedológica do município é um outro aspecto essencial quando se pondera analisar o sítio geográfico, principalmente quando se volta ao movimento de construção do município se tem essa necessidade de entendimento das formas de ocupação da terra. Em parte, teve suas orientações no decorrer da ocupação e formação territorial através das observações dos aspectos físicos das diferentes áreas do município.

De acordo com o antropólogo social Erick Wolf (1976), em sua obra “*Sociedade Camponesa*”, que a prática de realizar uma espécie de produção por tempo de

fixação seletiva e/ou de curta duração era de comum realização nas comunidades antigas (camponeses ou aqueles povos que tinham uma dupla atividade de comércio e plantio para garantir os seus fundos de manutenção social), e com isso mostrando diferentes possibilidades de materialização das atividades sociais.

Nesse sentido, é destaque primário que os aspectos das superfícies pedológicas que compõem o território do município, não é totalmente homogêneo, principalmente quando se pensa que em razão do clima teria uma formação única e geral para os diferentes pontos do espaço. Contudo, como é posto por Lepsch (2021), a formação do solo passa por uma série de diferentes formações ao longo de milhares de anos, com variações na quanto a sua superfície altimétrica, além das próprias composições dos materiais do afloramento de origem.

Em parte, um ponto de partida para o entendimento dos componentes principais para se projetar o processo de utilização do solo para os mais diversos fins, como destacaremos posteriormente as diferenças de solos/terrenos foram basilares para o próprio andamento da formação das duas aglomerações urbanas, ou mesmo da produção nas áreas rurais.

Em destaque abaixo, de acordo com o relatório realizado no início dos anos dois mil pelo Serviço Geológico do Brasil, pode-se destacar que mo território municipal dispõe de:

[...] superfícies suaves onduladas a onduladas, ocorrem os Planossolos, medianamente profundos, fortemente drenados, ácidos a moderadamente ácidos e fertilidade natural média e ainda os Podzólicos, que são profundos, textura argilosa, e fertilidade natural média à alta. Nas elevações ocorrem os solos Litólicos, rasos, textura argilosa e fertilidade natural média. Nos vales dos rios e riachos, ocorrem os Planossolos, medianamente profundos, imperfeitamente drenados, textura média/argilosa, moderadamente ácidos, fertilidade natural alta e problemas de sais (CPRM, 2005).

E como foi mencionado anteriormente, não há uma formação específica no município, sendo variável mediante o local de formação, ou seja, de acordo com as variações de altitude ou mesmo das ocorrências em áreas de passagem ou cursos de afluentes de rios. Logo, ao traçar o perfil histórico da materialização urbana de uma cidade, segundo Souza (2020), em parte requer das considerações dos aspectos físicos são necessárias, pois mesmo não havendo um determinismo, podemos

analisar como foi dada a ocupação organização no lugar em período de rusticidade técnica.

Dentro desta conjuntura, quando observamos acima, em diferentes locais com características particulares, dispõem de formações de solos distintas, e que são alvos de distintas atividades no decorrer da reprodução histórica da formação do município (nos tópicos posteriores é destacada e desenvolvida essa reflexão).

Antes de sintetizar essa explanação da distribuição dos tipos de solos que se encontram no território do município, é de destaque quê tal explicitação não se prende unicamente ao condicionante físico natural do ambiente, pois ao tratar da formação de um lugar outros critérios são postos.

Não apenas trazendo uma visão da variedade dos solos predominantes no local, mas também, abre toda uma discussão para se pensar como se encontram dispostas as formas/modos de uso do solo na realidade do município, ou seja de quais atividades produtivas integram a própria organização território do município, principalmente tratando das demandas que são postas.

Na relação da estrutura geológica do município, percebe-se uma presença de formações oriundas de antigos maciços cristalinos, ou seja, praticamente em toda área que compõe tanto a unidade territorial ou mesmo na sua extensão do espaço regional à qual o município se encontra inserido a composição rochosa é rochas de origem cristalina, seja essas ígneas (por afloramento) ou por metamorfismos.

Por esse sentido, a formação geológica, segundo as análises CPRM (2005), é composta por rochas delimitadas através de duas transições fundamentais no andamento da formação das estruturas litológicas do planeta e das suas várias repartições, sendo assim, apresenta materiais de datação do *paleoproterozóico* e do *neoproterozóico*, marcando distinções nas suas estruturas das de modo acentuado.

Essas eras geológicas têm por específico o fato de serem de sucessivas transformações que deixam diferentes marcas ou registros das eras, ou seja, no transcurso do tempo geológico da Terra, pode-se perceber heranças de processos de ambas as eras geológicas, que trazem marcas de fenômenos anteriores, ou de alterações de rochas e das condições climáticas e das condições do relevo e do próprio ambiente físico natural.

Nessas fases de transições e alterações nos deslocamentos das placas tectônicas junto aos tantos outros efeitos endógenos, que levaram às transformações do ambiente, e que se encontram hoje expressos nas paisagens.

Essas alterações nas eras geológicas, temos particularidades nas suas estruturações rochosas entre materiais ígneos e metamórficos, ou seja, mostrando uma certa variação dos compostos litológicos na configuração territorial do município, tendo desde a presença de minerais como: Biotita, Granito, Tonalito, Xisto, Quartzo, Granada, Migmatito entre outras formações mineralógicas, que dispõem de variações quando às suas composições, com minerais de elementos únicos outros resultantes de combinações.

Desta forma, ainda por acréscimo, temos que a maior parte da exploração desses recursos atende as diferentes demandas de exploração contemporânea da indústria de base da região, ou mesmo de áreas que extrapolam suas divisas regionais. Assim, é perceptível que há dentro do município o processo de exploração mineral, embora não sendo tão evidente discutido na realidade local, e tampouco se há um aprofundamento quanto aos processos de modificação da paisagem e seus impactos.

1.6.2 Constituição Hidrográfica: bacias, rios, córregos e atividades

A constituição da área de domínio hídrico em que está situado o município de São Vicente do Seridó, Paraíba; insere-se na escala de inserção do domínio da Bacia Hidrográfica do Rio Piranhas, mas como sua repartição ou inserção também na sua Sub-bacia do Rio Seridó, sendo um dos principais canais hídricos que corta o município, e às demais áreas nos arredores do limites territoriais, que é tanto contribuinte para outros afluentes, ou mesmo atua na formação de áreas de reservatório de abastecimento.

Essa região hidrográfica de drenagem hídrica com o seu conjunto de afluentes, estão inseridas em uma área de Clima Semiárido, em específico na área delimitadas pertencente ao polígono das secas, e que consequentemente se associa também ao padrão de vegetal da região, isto é, do domínio morfoclimático ou do Bioma da Caatinga.

O seu regime hídrico é intermitente, ou seja, durante o período ou o tempo de estiagem dos regimes de chuvas na região, passam a perder os seus volumes e chegando até mesmo secar por completo, em determinadas circunstâncias ou níveis de estiagens (CPRM, 2005); que corrobora para o processo de adaptação diante das condições das demandas locais.

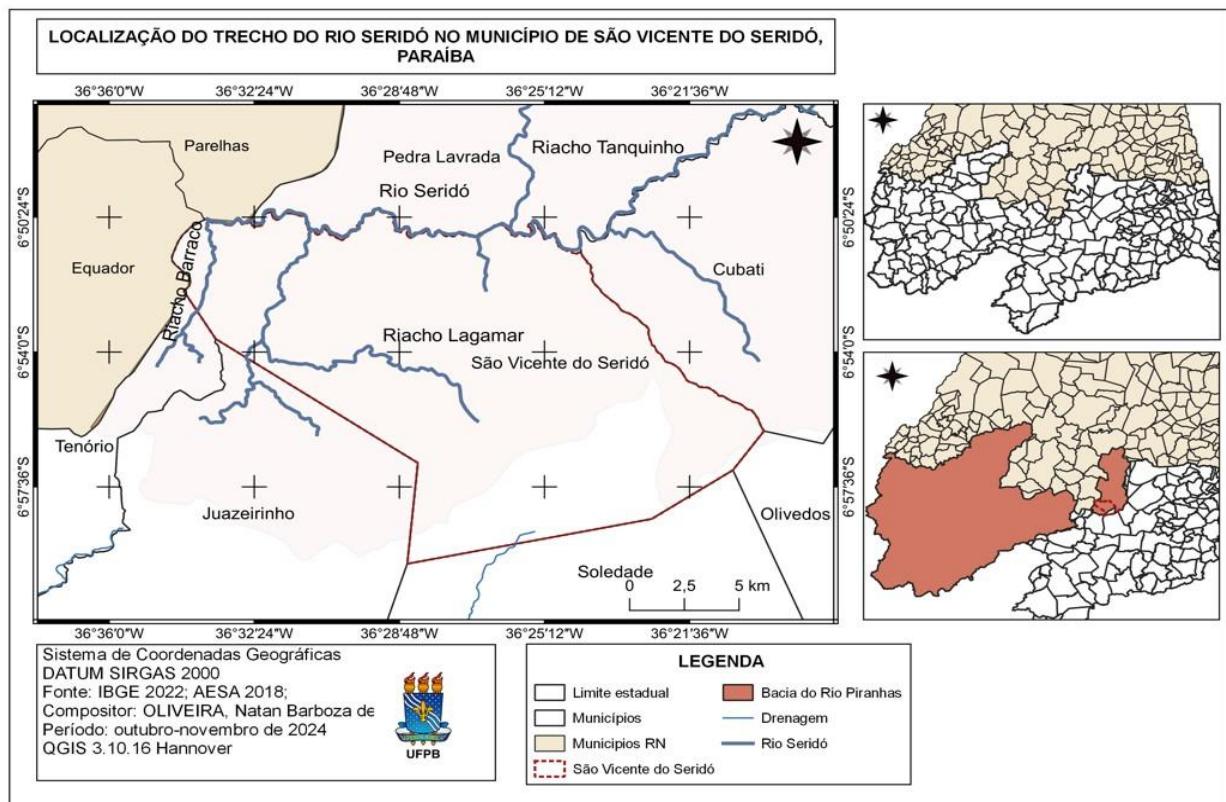
A configuração da drenagem das áreas corresponde às bacias em destaque é de padrão dendrítica (CPRM, 2005). O seu ordenamento dos canais/córregos distribuídos de forma não regular, tendo um canal principal e por série de ramificações se assemelhando com galhos de árvores, sendo essa configuração decorrente da própria estrutura geológica do terreno (dureza das rochas).

Esses condicionantes levam ao processo de promoção dessa disposição espacial; e em parte vai ser esses canais menores princípios de ordenamento de muitas áreas de ocupação do município.

Através da inserção hidrográfica que o município está inserido, pode-se destacar que em nível de escala da bacia do Rio Seridó é composta por um conjunto de diversos riachos, que vão se formando em áreas mais distante ou em outros casos ganhando maior volume através da influência do afluente principal.

Na região que está a unidade espacial do município, temos como os principais córregos ou afluentes os seguintes riachos: do Barraco, da Caraibeira, do Morcego, Lagamar, do Serrote Preto, da Serra Redonda, do Olho d'Água, da Cacimbinha, do Cubati e o do Espinheiro (Mapa 4).

Mapa 4. Localização de trechos e córregos do Rio Seridó, em São Vicente do Seridó.



Fonte: Produção com base nos dados do IBGE 2022 & AESA 2018.

A organização social no lugar diante de tal configuração hídrica adota uma série de atividades, cujo se centralizam no máximo aproveitamento destes recursos, principalmente quando se está tratando dos grupos sociais que ainda integram o espaço rural do município, pois mesmo havendo o abastecimento de água potável, ainda há na realidade local uma não abrangência de água encanada para toda à configuração territorial.

Ainda estando com maior abrangência nas áreas que integram a zona urbana ou naqueles espaços que estão dispostos na zona de transição da cidade, por isso, mesmo é de comum observação o uso de atividades de manutenção para o cotidiano do campo no sentido de minimizar os longos períodos de ausência de precipitação pluvial.

É nesse sentido, observamos na realidade dos sítios ou das áreas que tem uma assistência política de frequência irregular ou de saneamento com infraestrutura não capaz de trazer efetividade na rotina das atividades destes locais, o uso comum dos

córregos (riachos) esses para sanar a cede dos criatórios (na maior parte da pecuária bovina), e em uma parcele também ovinos, suínos e galinhas.

Outras funcionalidades estavam na garantia do abastecimento residencial, seja no uso para à lavagem de roupas, louças ou cômodos das casas etc.; na irrigação de pastagens de capins, que em certos sítios é comum essa utilização, como meio de garantir a pastagem na transição do período de estiagem.

Por adendo, pode-se também mencionar que quando não há à utilização direta dos córregos ou no popular atribuição dos *riachos* é de forma mais corriqueira o uso da técnica de captação de água, que em grande parte dos casos consegue garantir até mesmo o recurso para o consumo potável, dependendo da forma que é feito o tratamento da água. Esse procedimento de armazenamento ou estocagem de recursos hídricos é feito em tempos mais recente através do uso de cisternas, com capacidade de alto volume de água, tendo o seu maior desenvolvimento a partir das políticas que foram implementadas nas últimas duas décadas, principalmente o P1MC.

De todo todo, quando tratamos da caracterização hídrica do município, podemos associar esse aspecto em parte correlacionado com a discussão histórica da organização socioespacial do município, permite uma leitura que não está restrita ao simples ato descritivo do sítio urbano. Logo, uma vez abordado historicamente, podemos situar e associar outras conjunturas no município, em que o aproveitamento e armazenamento de água foram essenciais na manutenção da região produtora.

Deste modo, temos por síntese como se dava essa relação com os próprios agentes de produção do espaço, pois o uso de tal recurso e das suas principais áreas de domínio hídrico nos diferentes períodos da constituição territorial do município, releva formas diferentes das ações dos agentes e mesmo como eram dadas suas territorialidades.

CAPÍTULO II

2 OS MOVIMENTOS HISTÓRICOS-GEOGRÁFICOS DOS AGENTES DE (RE) PRODUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DO SERIDÓ

A compreensão da (re) produção da cidade no escopo da marcha histórica do tempo, é uma das principais dificuldades analíticas no estudo do urbano na abordagem da produção das cidades por agentes e atores, pois não se trata de uma avaliação de formas e datação das suas datas, menos ainda de um esforço de construção de uma narrativa linear dos eventos sincrônicos com resquícios de pinzeladas do passado.

No estudo histórico e geográfico da Cidade ou do espaço/organização do urbano, Santos (2013) destacara, em um breve escrito de requinte de profundidade, em sua obra “Técnica, Espaço, Tempo”, que não há possibilidade de apreensão da cidade e do urbano com as suas mudanças/organizações nas/das formas de organização, sem haver uma abordagem, que se situe no espaço-tempo, seguir um caminho contrário é reduzir a totalidade em parcelas da paisagens, e perdendo toda à construção da periodização do movimento concreto-reprodutivo das relações socioespaciais de produção.

Por este sentido, neste momento, parte da discussão e de uma certa tentativa de apreensão da formação do espaço urbano do município de São Vicente do Seridó, embora, devemos esclarecer que buscamos o movimento espaço-tempo ou tempoespaço da dinâmica de reprodução do socioespacial. Logo, não se trata de se enveredar pela ou para uma história urbana ou mesmo por uma descrição geo-história da cidade no transcurso ao longo do tempo, mas se encaminha por uma análise da relação da forma-conteúdo e dos fatores/ações, que se fizeram presentes no decorrer do devir de produção do espaço.

Nesta condição, encaminhar-se-ia na tentativa de compreensão dos agentes, sujeitos e atores da produção do espaço urbano do município de São Vicente do Seridó, que se torna unidade territorial administrativa via a lei estadual n. 2660, de 22 de dezembro de 1962; embora, permanecendo mesmo nos estudos ou escritos

históricos de áreas afins sobre o município, não contemplando o processo de sucessão sincrônica-diacrônico do movimento dialético histórico de como se deram os principais desdobramentos na organização socioespacial do urbano mediante as diferentes: demandas, tensões, relações, atividades, materializações, influências e confluências.

Essas que foram e continuam a ser postas na realidade do município através dos agentes/indivíduos que compuseram e ainda continuam a participar do sentido de construção da realidade territorial do município. No entanto, com suas motivações, ações, materializações, demandas e articulações, que foram se modificando no decurso do tempo.

Esses relevam os diferentes movimentos e estratégias, que ao longo dos desdobramentos históricos e territoriais, pois as mudanças estão e se dão na e/ou para disposição territorial dos agentes de produção do espaço do município, e bem como da própria unidade de centralidade urbano.

Deste modo, voltando para os processos histórico-territoriais, com os diferentes agentes produção, que foram atuando, organizando e reproduzindo à realidade socioespacial do município, ponderando suas práticas, estratégias, diferenças, divergências no decurso do desdobramento formativo do município. Na atual face do espaço geográfico, faz com que outras configurações espaciais surjam com maior interdependência (Santos, 2013), cujo repercute no plano da análise local, em um outro padrão/modo de apropriação e reorganização do solo urbano, das áreas de transição ou mesmo das próprias condições de interações além dos próprios limites territoriais.

Ademais, não havendo apenas uma definição de maneira restrita das posições históricas dos agentes no dado momento, isto é, ter um encaminhamento de uma sociologia dos campos sociais e dos seus distintos meios de representação no espaço social (Souza, 2013). Usamos de bases referenciais da história local ou com maior ênfase para um micro-história, porém, tendo o uso dos contrapontos frente à relação dos desdobramentos dos acontecimentos que podemos destacar na escala da “*Macro história*”.

Dessa forma, tendo uma construção que parte dos destaques para os eventos de ocorrência que ultrapassam as particularidades, que atuam na referência da história regional, sem deixar de dissociar os dois níveis de escalas de análise, ou mesmo tentando para uma generalização sem apreensão do movimento real das mudanças das formas e agências de produção do espaço municipal.

2.1 A cidade pequena de São Vicente do Seridó: Um olhar para o contexto histórico-geográfico dos agentes produtores do espaço

A discussão da formação do espaço urbano do município de São Vicente do Seridó-Pb (antes do aprofundamento posterior nos demais tópicos), situa-se em dois processos históricos – Fim da Ocupação Holandesa e a Guerra dos Bárbaros – os quais compuseram à formação de maior parte dos municípios brasileiros. Por outro lado, proporcionaram as condições também para o surgimento, firmamento, crescimento e desenvolvimento econômico-urbano (não homogêneo ou no mesmo ritmo e proporção) dos principais pontos territoriais da Paraíba, e que posteriormente foram a base na formação dos primeiros núcleos urbanos do território paraibano.

Esse empreendimento de expansão sócio-territorial é delimitado na historiografia do Brasil através das sucessivas campanhas para a interiorização rumo as terras do Sertão (essas tidas como todas as áreas ou terrenos que estavam para além da região da mata) durante as últimas duas décadas do período do seiscentos, que tem sua extensão com maior grau ou processo de consolidação nos primeiros decênios do século XVIII.

É nesse período que podemos situar o processo de criação da região do Seridó e do núcleo de povoamento que analisamos, pois era promovido todo o impulso para conglomeração intensiva dando à formação dos povoamentos. Uma vez que os obstáculos territoriais iam por gradativo sendo rompidos, ou seja, os povos bárbaros ou mesmo o não conhecimento das terras se encontravam não mais velados no imaginário como antes, em essas famílias iam aos poucos seguindo uma fixação promovida pela demanda por criatórios de abastecimento da mata litorânea (Medeiros, 1981).

Os desbravamentos dos primeiros processos de formação dos pontos ou núcleos voltados para as fixações territoriais nas áreas donde antes desconhecidas para todo o imaginário imagético dos agentes coloniais, que antes do período da inserção holandesa se aglomeravam nas áreas estreitamente nos limites das zonas costeiras de produção do beneficiamento do açúcar (Bueno, 2020).

Nessa fase praticamente não havia confirmações certas de quando haveria de se estabelecer nas áreas mais incultas das capitâncias, porém, com o seu encaminhamento apenas no período da transição do fim do domínio holandês.

As arrumações das primeiras territorializações nestes espaços dos sertões – de forma resumida – se fizeram possíveis mediante os estabelecimentos de áreas para criadouros de gados ou imensas áreas de sesmarias no sertão, que culmina na criação dos *caminhos do gado* nas vastas terras nordestinas, que transitavam tropas entre os diversos estados no sentido de abastecimento ou de retomada para os currais sertanistas nas ribeiras.

Em um sentido contínuo, como meio de estabelecer uma rota transversal entre o Sertão-Litoral, cujo teremos nesse processo um grande destaque para os caminhos de entrepostos que foram de organizando nas terras da Paraíba e com isso formando núcleos urbanos, vilas, povoados e mesmo depois de tempos cidades.

As terras brasileiras e do próprio estado da Paraíba (antiga porção das capitâncias de Pernambuco e Itamaracá) até o período destacado – os últimos decênios do século XVII – estava passando por um avanço de certa celeridade na promoção da desapropriação das áreas antes pouco sondados ou incorporadas de forma mais estável e concreta, isto é, pela maior ação de investimento populacional e de produção por parte dos diferentes agentes que integram a produção e organização do período colonial.

No entanto, tendo o papel da pecuária como o pivô de expansão territorial em um movimento de transição que cortara as terras e ao mesmo tempo dava abertura para formações de novos núcleos espaciais, ou mesmo de maiores concentrações de posses fundiárias, sendo fundamentais na garantia da manutenção do empreendimento da economia açucareira. De acordo com Andrade (1997), pouco era

imaginado uma outra atividade diferente da pecuária nos sertões, já que por tempos o gado era a base de funcionamento do litoral da mata.

Dantes essas terras, quando não havia o empreendimento da economia da pecuária era um espaço posto sem valor produtivo e com um entendimento reduzido por parte dos colonos e da própria coroa. Assim, nas áreas interiores daqueles espaços mais recôncavos pouco se havia uma ocupação, tendo apenas o conhecimento dos vastos sertões preenchidos por núcleos tribais indígenas que eram atribuídas como bárbaros.

Numa outra menção/visão esses povos nativos das áreas antes desconhecidas, foram definidos por uma outra atribuição a de *tapuias* (*nome genérico posto aos povos pelos europeus, como forma de simplificar as diferentes tribos do interior dos sertões*), no entanto, os povos com organizações distintas nãohomogêneas nos territórios do vasto e extensivo Sertão das terras de

Deste modo, promovendo distintas implicações acerca dos diferentes modos ou menos de *territorializações* que foram adotados, e com o acompanhamento de tensões que levaram a todo um misto de práticas espaciais, seja através das formas distintas de organização e reprodução da distintas áreas alvo de ocupação/territorialização, essas que foram basilares no processo de definição ou mesmo organização dos diferentes agentes de produção do espaço que foram de desenvolvendo ao longo do séculos após o movimento de interiorização, como bem veremos no tópico a seguir.

2.2 Aprofundando os Agentes da Formação Socioespacial do Município: Uma proposta de mapeamento histórico-espacial dos agentes

A formação territorial do município e do núcleo do atual território urbano da cidade é atrelado por uma série de movimentações socioespaciais às quais foram permeando e estruturando historicamente a organização conglomerados de ocupação, isto é, dos pequenos povoados que se formaram no decorrer da construção territorial do município. Esses que tiveram uma participação particular para constituir o que se entende atualmente por São Vicente do Seridó.

Ao tratar de “povoados” essa menção decorre pela particular situação histórica da formação territorial do município, pois não necessariamente teve à sua atual configuração apenas por um único sítio geográfico, mas sim duas unidades de organização socioespacial: Povoado de Santo Antônio (do período colonial) e o Povoado de São Vicente (início do século XX).

Assim, a partir de diferentes incentivos de práticas espaciais com o desenvolvimento em momentos distintos da história formativa do município, e que aparentemente pode parecer isoladas quando se analisa o movimento histórico de formação do município. Contudo, mantendo ao longo dos processos históricos de formação do município uma intrínseca relação de certa dinâmica de fluxos entre os dois locais, principalmente no período de constituição dos agentes do final do século XIX ao decorrer do XX (Gonçalves, 2014).

Por meio dos povoados, desdobra-se á articulações entre diferentes agentes para e no fomento das primeiras bases para a consolidação da unidade territorial do espaço urbano, em sua atual configuração e com suas diferentes organizações socioespaciais. No andamento de materialização das primeiras ocupações de dimensão e organização urbana, não há no caso do município a permanência no núcleo matriz, mas uma transição que mostra diferentes ritmos de crescimento e centralização.

Nesse sentido, o processo de formativo da organização espacial do município está relacionado com o desenvolvimento destas duas comunidades atreladas com atividades rurais e com relativo empreendimento comercial a princípio para o autoabastecimento. O primeiro povoado Santo Antônio (que revela notoriedade em meados do século XIX) e do povoado São Vicente (estima-se o seu surgimento aproximadamente no decênio de 1930), cujo mantiveram a uma certa interdependência, pois o surgimento do segundo leva a especulação por parte dos agentes da área da gênese territorial urbana.

Nesta perspectiva, se tem à formação da cidade como um produto histórico que é decorrente do movimento de formação de determinadas demandas das atividades sociais (Carlos, 2020); e que teve o seu surgimento o elemento da concentração espacial de atividades em sua maior parte não-rurais ou mesmo com lógicas urbanas.

Deste modo, ao delimitarmos o contexto da formação das primeiras organizações no espaço urbano de São Vicente do Seridó, situa-se na própria movimento formativo do território brasileiro, isto é, na divisão de três períodos históricos da organização territorial do Brasil: colonial, imperial e a da política administrativa contemporânea (ato de emancipação, ocorrido no dia 22 de 1961), cujo já vinha sob à influência de uma série de diferentes alterações na ordem de organização republicana e tanto do período de políticas territoriais, que vão modificar a rede urbana do território nacional.

Com isso, os diversos agentes têm atenções dentro das dinâmicas definidas na da divisão social do trabalho e das razões e fatores da estrutura material de produção. Isso implicando na organização e ajuste dos seus papéis nas formas de materializações às quais os agentes se organizaram e organizam no decorrer do espaço-tempo (Corrêa, 2012).

À visto disso, para uma esquematização da definição dos agentes produtores do espaço do município de São Vicente, pode-se enfatizar que mudanças ocorreram e foram se metamorfoseando até a atual configuração territorial, e que marca uma movimentação de substituição e reprodução de determinados agentes na produção e controle do espaço.

Essas inicialmente com ritmos e períodos distintos, que como bem destacamos se encontravam sob o jugo ou número de diferentes agentes de produção do espaço. E ao se voltar ao processo construtivo da organização socioespacial, em específico quando se tem uma vista de comparação com os diferentes processos que se desdobraram na história como o todo da ocupação dos sertões paraibanos.

A imersão a esses processos históricos de ocupação territorial, que marcaram as terras da capitania de Itamaracá (numa primeira nomeação com o início da repartição das capitâncias no Brasil), e que depois de tornara *Parayba*, cujo prosseguirá com uma série de modificações em uma sua unidade territorial, principalmente durante as fases de tomadas na união ibérica e posteriormente as entradas/bandeiras (Abreu, 1988), (Bueno, 2020)

Ao associarmos com a realidade histórica-política-econômica do município de São Vicente do Seridó, comprehende-se que houve mudanças e estas consequências

desdobradas na organização socioespacial do solo urbano e de seus agentes. Esses que podem ser delimitados de modo provisória ou em uma melhor colocação de forma aberta a novas contribuições ou modificações.

Visto que há uma importância do detalhamento histórico-processual formativo do espaço, no entanto, o curto tempo para a realização da pesquisa não se faz possível ter uma acurácia (no sentido de imersão com ampla ou máxima profundidade na temática), que leve a uma garantia com *certitude* absoluta, estamos tratando da análise do movimento concreto das transformações do espaço em seu devir, cujo consequentemente não reproduz de maneira totalmente exata todos os desdobramentos no espaço-tempo, mas acompanha às tendências de reprodução.

A delimitação, portanto, dos agentes históricos, no sentido de acompanhamento da construção da agência (conceito esse na leitura da análise propostas por *Anthony Giddens*), sem perder de vista o horizonte da síntese dialética histórica de formação e transformações da realidade espacial do município, com suas diferentes organizações e contradições que são postas mediante aos agentes, demandas e práticas socioespaciais. Logo, de maneira sintética, e com abertura para outras possibilidades de delimitação dos agentes históricos de construção e estruturação da realidade do espaço urbano do município, delimitar-se-á da seguinte forma:

- Agentes nativos: as primeiras organizações tribais dos povos indígenas que habitavam na região que o município se integra isso no período antes do avanço das entradas portuguesas no movimento de ocupação e apropriação.
- Agentes coloniais: A Coroa/Estado Português, entradistas/sertanistas, sesmeiros (primeiros grupos ou famílias), tropeiros, moradores, criadores-agregados e agregados, bolandeiras, capelães e forasteiros.
- Agentes modernos (meados do século XIX até o século XX): vaqueiros/sitiantes, tropeiros locais, feirantes-tropeiros, doutrinas clericais, oligarquia econômico, oligarquias político-econômicas políticos interlocais, grupos políticos locais e às empresas intermunicipais

(Sambra e Airton Clayton essas presentes no município durante a fase do período do apogeu do cílico da fibra do agave)

- Agentes contemporâneos (a partir do século XXI): “neo-oligarquia” política, funcionários públicos e privados, comerciantes varejistas locais, comerciantes imobiliários locais, herdeiros fundiários, grandes proprietários fundiários, grupos religiosos, imigrantes (pequenos empresários) com posse capital, grupos corporativos transnacionais e os grupos socialmente excluídos (nas mais diversas representações, manifestações e situações na reprodução da dinâmica socioespacial).

Deste modo, temos o estabelecimento dos principais agentes de produção do espacial do município, que partem desde as organizações sócio-territoriais mais remotas nos períodos denominados pré-contato. O caso dos povos indígenas das áreas aís interiores, genericamente denominados como *Tapuias*, com divisões entre *Cariris* e *Tarairiús*, sendo que os segundos estiveram na localização do espaço territorial do objeto de estudo.

Embora, lembrando que tinham um cenário territorial com diferentes tribos essas com ocupações e práticas espaciais distintas, não estando presos em práticas e modos de organização dados por homogêneos (Santos, 2009).

Em seguida, destacando os agentes coloniais, que estão distribuídos com uma variação mediante os indicativos das demandas produtivas do período nos Sertões, desde às drogas do Sertão, o estabelecimento dos currais de criadouros, o período do ouro algodoeiro, as atividades de subsistências dos sertanistas *seridoenses*, o avanço da integralização da rede urbana com o avanço da modernização industrial produtiva. Todo esse processo organizaram os primeiros pontos para as formações municipais, como também atuar na própria ocupação e formação populacional paraibana.

Ademais, dando toda a impulsividade de consolidação dos agentes modernos, no final do século XIX e todo o XX. Ora, o território nacional se inseria numa organização república, com novas reconfigurações nas *espacialidades*, que na realidade do município atuam na base para o encaminhamento da sua atual unidade

territorial; ou seja, se começa a ter todo um corpo político, administrativo, econômico e territorial nos moldes da atual organização socioespacial.

Entretanto, com ritmos de avanços, modificações e transformações distintas no espaço, pois na maior parte do século XX, o espaço urbano teve uma proporção de avanço em modificações lentas, ou seja, ainda muito preso em suas rugosidades formais-funcionais (Santos, 2006); tendo a partir da década de 1990 um movimento de aceleramento das transformações, que eleva novas ações, demandas e emergências de agentes em nível de esfera que extrapolam o referencial local regional, como é o caso do atual avanço transnacional e intersetorial.

2.2.1 As Contribuições da Produção da História Local: Períodos, Historiadores e a Formação de uma Historiografia

O breve esboço que se desenvolve no decorrer das linhas que se sucedem, prossegue no decorrer das linhas sucessivas é perceptível que na sucessão histórico processual distintos agentes múltiplos estiveram, exerceram e estruturaram por meio de diferentes ações e práticas no processo de construção e da organização do espaço urbano territorial. Essa condição está presente de modo mais recente, em trabalhos como do historiador local Hélio Cordeiro Gonçalves (2014), trazendo o foco nas principais estirpes (Gouveia e Cordeiro) dos principais grupos políticos e oligárquicos.

Uma outra contribuição se faz pelo amplo acervo de escritos ou fragmentos de episódios ou recortes de eventos que compõem a história política administrativa do município, sendo resultado das pesquisas de reconstituição da memória e patrimônio local por parte do historiador Joanito Buriti de Almeida, infelizmente não havendo nada publicado de modo formal.

Por continuidade ao voltar para as contribuições do historiador Hélio C. Gonçalves, o autor também destaca essa permanência que das primeiras mobilizações entre os agentes para à emancipação do município (final da década de 1950) até o momento da transição entre os decênios de 1980-1990, em que houve a alteração dos agentes individuais das primeiros representantes oligárquicos em razão de movimentos de ruptura dentro das famílias e do aparecimento de nomes de outras

famílias – como os Bertos – que foram alterando os rumos da organização político-administrativa do espaço.

Por acréscimo, é de mencionar o trabalho também na história local do professor/historiador, Marcos Sales de Alcântara (2008), realiza uma investigação uma visão geral sobre ás relações e/ou condições de trabalho no período da produção da fibra do agave no município, com enfoque no duplo elo entre atividades econômicas na realidade local e com maior aprofundamento para as relações de trabalho entre “patrão e funcionários” ou poderíamos colocar donos dos meios de produção e a massa de camponeses, pois praticamente todos eram agricultores, vivendo em sítios ou de agregados.

Contudo, o trabalho por si, não traz uma clarificante noção sobre o movimento de territorialização dos agentes de produção e das suas diferentes organizações e articulações para reprodução do socioespacial. Mas, retrata através do estudo das oralidades o movimento das relações sociais de trabalho, e como estas implicaram na vida destas pessoas (seriam os agentes) e, em parte não estando no caso no próprio município (o seu crescimento e mudanças de organização).

Isto posta, nota-se uma certa aproximação o sentido de análise dialético da transformação da realidade, mas se perde ou poderíamos afirmar não expande à análise, em razão de não pontuar as práticas territoriais ou mesmo em detalhar os agentes. Onde, podemos notar uma certa mistura ou alternância da história social (numa perspectiva do historiador Edward Pamer Thompson), com adendo com elementos do movimento de renovação das duas primeiras gerações dos *Annales*, *mas sem necessariamente ainda situada os agentes em suas diferentes posições na produção do território*.

Outro trabalho é do historiador Yuri Patrício cujo parte da valorização do *espírito comercial* é evidente em São Vicente do Seridó, desde o período das primeiras trocas e feiras, porém, mostrando com ênfase o papel das bodegas e suas dinâmicas nas articulações para a formação da importância comercial para o município. Sem haver na totalidade da proposta do trabalho um resgate de caráter intercalar no aprofundamento das relações as origens dessa prática comercial, que na maior parte do investimento da sua pesquisa, segue mediante à elaboração da retomada das memórias do comércio no local.

Assim, deixando escalar no andamento da análise da sua construção a base influência dos tempos dos antigos comboios de *tropeiros*, que cortavam *Sertões* com suas mercadorias, e que traziam suas cargas nos muares e, em muitas situações chegando há criar ou estabelecer pontos de fluxos de encontros os quais muitos viraram áreas de concentração (Goulart, 1961).

Embora, sem haver um aprofundamento quanto ao teor da dimensão de caráter espacial ou territorial, isto é, tendendo para mais uma perspectiva de uma “História Local”. No sentido da forma de direcionamento do seu trabalho, que parte de uma delimitação com certas particularismo das atividades do lugar, em seu dado corte de espaço-tempo (Goubert, 1988).

Entretanto, não levando para um decréscimo enquanto à produção da obra, pois apresenta à sua devida importância dentro da especificação e problemática delimitada, do mesmo modo como foi realizado pelo historiador Alcântara (2008), que pontuou uma das dimensões dos múltiplos agentes que compunha à organização socioespacial do município numa escala de análise de 40 anos (1950-1990).

A partir disso, temos que ambos os autores focam no destaque para a fase do apogeu do algodão e do agave, sendo uma fase centrada até o período que vai início das décadas de 1960 até aos últimos anos de 1990, cujo há uma parca produção de tais materiais (Aranha, 1991).

E sem deixar de mencionar o papel do historiador Yuri Patrício que projeta um encaminhamento específico da promoção de *insights* com relação à ação de investigar, delimitar, sondar e repensar os diferentes papéis das antigas bodegas, das feiras e dos primeiros núcleos urbanos de estabelecimento comerciais como o todo. Já que essas materializações sociais foram a base matriz fundamental para a realização da construção do comércio e concentração das atividades na cidade.

Uma outra análise frente a historiografia do município de São Vicente do Seridó está na monografia de Petrucio Ladjanio Pessoa (2009), que faz um esforço de compreensão das antigas comunidades rurais do município, além disso, evidenciando o papel destas atividades secundárias como o caso do *tropeirismo*, que se deslocavam rumo as terras do brejo para abastecer seus muares de mercadorias essenciais para época, e destas serem também inseridas no comércio local

Contudo, no decorrer do trabalho, temos na maior parte dos casos de deslocamento para o brejo era restrito como uma atividade diretamente relacionada ao desenvolvimento da subsistência da realidade rural; em razão da não disposição de total autonomia de garantia da sua produção domiciliar, sendo uma prática necessária dentro daquele contexto.

Ainda nos fornece Pessoa (2009) no seu estudo, e com um certo destaque de aproximação de discussão dos agentes, quando mencionado como se dava essa dinâmica para o comércio local no município, e mesmo que não trate numa perspectiva da análise dos agentes produtores, podemos notar indiretamente o apontamento de uma certa clareza, mesmo sem uma explicitação da divisão ou transição dos agentes do espaço, que vão diversificando através do reforço ou inclinação para o campo comercial, e posteriormente se volta para a abertura dos caminhos das bases das agentes políticos.

Há de enfatizar que essa mobilização ou alteração da lógica das atividades estão em uma atmosfera que estava envolvida de toda uma sucessão dos processos/eventos históricos os quais perpassaram os distintos movimentos sócio produtivo do estado da Paraíba, e que se alinhara pelas demandas econômicas da escala Nacional (Aranha, 1991). E sem deixar de influenciar na organização das primeiras disposições ocupacionais no/do centro matriz do município que esteve sob o condicionamento influência direta da estrutura produtiva à qual se desenvolvia no período de análise que vem sendo destacado no trabalho.

A própria formação econômica-social-espacial, que reverbera as condições da realização dos meios de existência socioespacial, em decorrência da definição das relações territoriais entre os distintos classes/grupos, as formas materializadas e os estabelecidos com suas funções e suas relações entre os distintos locais ao longo do decorrer da marcha história, que implica em mudanças dos agentes.

Com isso, há uma certa prévia de construção do encaminhamento analítico, explicativo e indicativo que o trabalho se propõe na sua totalidade, isto é, de prosseguir numa esteira de discussão acerca dos diferentes percursos e *materializações/territorializações* dos agentes, que integram a totalidade do movimento de *construção* do município.

Decorrente do fato de haver o destaque para com o primeiro movimento de início da fixação territorial no sítio geográfico, e seguindo até os diferentes sentidos através das distintas organizações essas que foram postas no ambiente em construção. Conforme, as demandas do próprio movimento histórico-formativo, isto é, das etapas de: materializações, substituições, adequações e (re) funcionalizações dos objetos, das práticas/ações e das estruturas-processos dos diferentes períodos técnico-produtivo-sociais (Santos, 2012).

Assim, temos um encaminhamento sintético de como se deu o direcionamento das diferentes etapas nos seus respectivos períodos e de como prossegue a impulsionar, a direcionar e modificar na contemporaneidade da organização socioespacial. No entanto, com outras formas de espacialização das atividades de produção e organização socioespacial, que não necessariamente se vinculam mais com as demandas de períodos de uma demanda nacional-regional baseadas em uma dinâmica produção agrário-exportadora, que implica nos pequenos núcleos urbano interioranos (Andrade, 1997).

Dessarte, após essa localização ou/e levantamento dos principais agentes de produção do espaço do município, em diferentes seus respectivos períodos históricos com suas organizações sócio-territoriais. E dos trabalhos com foco em diferentes perspectivas temáticas da História Local, sendo tais produções acadêmicas realizadas nas últimas duas décadas, e que mostram às diferentes possibilidades de delimitação e apreensão dos agentes de produção espacial.

E assim permitindo o acompanhamento de certas partes das transformações e dos modos das alterações das forma-conteúdos no processo de organização socioespacial do município, que foram e continuam a serem postas na realidade territorial, e cujo vão se afirmando no *continuum* da reprodução histórica processual.

Desdobrando, portanto, em um compromisso epistemológico de pesquisar à escala local a partir dos grupos e atores os quais estiveram nos diferentes contextos, posições e situações da organização socioespacial do município no decorrer do transcurso do espaço-tempo. Assim, não só buscando uma análise do entendimento dos agentes de produção do espaço municipal, das suas formas de organização e materialização do urbano (cidade) e das diferentes ações ou contradições que se

encontram representadas na paisagem e no cotidiano do lugar, mas toda à apreensão da realidade na sua construção no espaço-tempo.

2.3 O Modo e Organização Socioespacial Pré-contato no município de São Vicente do Seridó: Os gêneros de vida, os povos nativos e suas práticas/vivências espaciais

O homem Sertanista é posto nos mais diferentes segmentos de discursos ou de análises dos diferentes períodos históricos da formação territorial e da própria questão da diversidade cultural do Brasil. Contudo, na região Nordeste essa terminologia se torna praticamente a referência única ao se pensar à constituição da ocupação da porção espacial mais interiorana dos *Sertões*, isto é, daquelas áreas de condições mais áridas ou inóspitas, como eram tratadas nas mãos variadas produções ou visões do próprio imaginário espacial que se erguia no período colonial, como o lugar de ásperas dificuldades de subsistência.

Antes mesmo de partir para uma ideia de sertões no sentido do período colonial, como as áreas além de Pernambuco ou todas as terras nas distâncias máximas do litoral, ou mesmo o espaço de ocupação da criação de gado, havia toda uma outra configuração territorial, que não necessariamente estava na conformidade daquilo que posteriormente iria se tornar o Sertão do Nordeste, da Paraíba e das demais repartições regionais. De acordo com Santos (2009), os modos de organização da vida dos povos indígenas no Brasil tiveram variações e limitações quanto o ambiente geográfico, principalmente quanto ao modo de expressão étnica.

Isso implicando na própria formação das primeiras bases da configuração espacial ou das formas de materialização da existência, pois como aponta Andrade (2003), na história de formação territorial do Brasil mesmo que consideramos um ambiente mais aproximado do quadro da natureza, isto é, um espaço indiferenciado, não podemos esquecer que havia uma organização socioespacial, cujo mostrava uma forma de alteração da realidade, porém, não mas mesmas proporções que foram dadas com o avanço do modo de produção europeu, que com sua influência técnica e produtiva, trazem um rápida alteração nas formas antes mais naturais ao espaço.

Embora, não significando uma ótica determinista, isto é, de tratar as formas de organização dos povos pré-contrato, como estivessem determinadas pelos mados da natureza, como fosse algo sem disposição da ação de produção do espaço pelo homem. Indica Santos (1988), o Homem diferente dos demais seres se diferencia através da sua capacidade de produção da sua existência através do trabalho, isto é, não cai em um mecanismo de simples mecanização, como pensara os clássicos analistas das paisagens do século XIX, mas se sobrepõem no sentido de materializar sua existência através dos seus relacionamentos com a natureza, criando uma outra realidade, isto é, o espaço geográfico.

A partir da relação com esse outro de si mesmo, o Homem cria o mundo social/cultural, uma segunda natureza essa que se distancia das condições tipicamente naturais ou dos próprios fenômenos físicos espontâneos (Santos, 1988). Assim, o ideário de um povo primitivo que se encontrava na margem de maior proximidade com a natureza, não é válido, pois suprime o processo de compreensão da análise histórica.

Ora, estamos falando de povos/grupos situados em determinados períodos com uma forma de organização espacialmente materializada e reproduzida historicamente e socialmente, isso através da mediatização dos diferentes processos das suas condições de trabalho (Marx & Engels)

Além de tudo, não se pode tratar essas formas de organização social que estiveram nos sertões da Paraíba ou do Nordeste, como semelhantes as altas civilizações colombinas de divisões político-administrativas de maior complexidade em seu modo de produção, e tampouco com os grupos *tupis* da região litorânea.

A partir do estabelecimento das divisões das funções sociais e dos próprios modos produção histórico-social dos grupos indígenas tapuias, de uma organização ainda pré-agrícola. Ainda podemos enfatizar às distintas contribuições para as posteriores organizações nos Sertões do Nordeste, e tanto nas terras paraibanas que após o período do pós-contato é intensificada a movimentação da ocupação colonial (Santos, 2009).

Nesse sentido, o modo de organização ou mesmo o gênero de vida, como é comumente tratado em muitas análises antropológicas ou mesmo históricogeográficas dos povos tapuias que ali estavam presentes, esteve mais associado com essa condição de uma cultura ou organização social dita mais rudimentar no seu sentido do aparato técnico das formas de ocupação do espaço. De uma aproximação ao meio natural, embora havendo estratégias distintas de subsistir diante do ambiente natural daquele espaço.

De uma área regional de domínio climático semiárido, isto é, de períodos de estiagem regulares, e que de imediato pode associar-se há condições não tão flexíveis para a reprodução das bases da subsistência, mas que não ocasionou obstáculos na ocupação das primeiras organizações, desde os períodos das espacialidades mais remotas dos primários povos pré-históricos, que estiveram em tais terras nos Sertões (Santos, 2009).

Uma maior repercussão é dada no período da fase de transição para período colonial, isto é, a partir que ia se consolidando a nova ordem de produção do espaço através das extensivas atividades das entradas e bandeiras, ocorria o encontro de outras formas de organização.

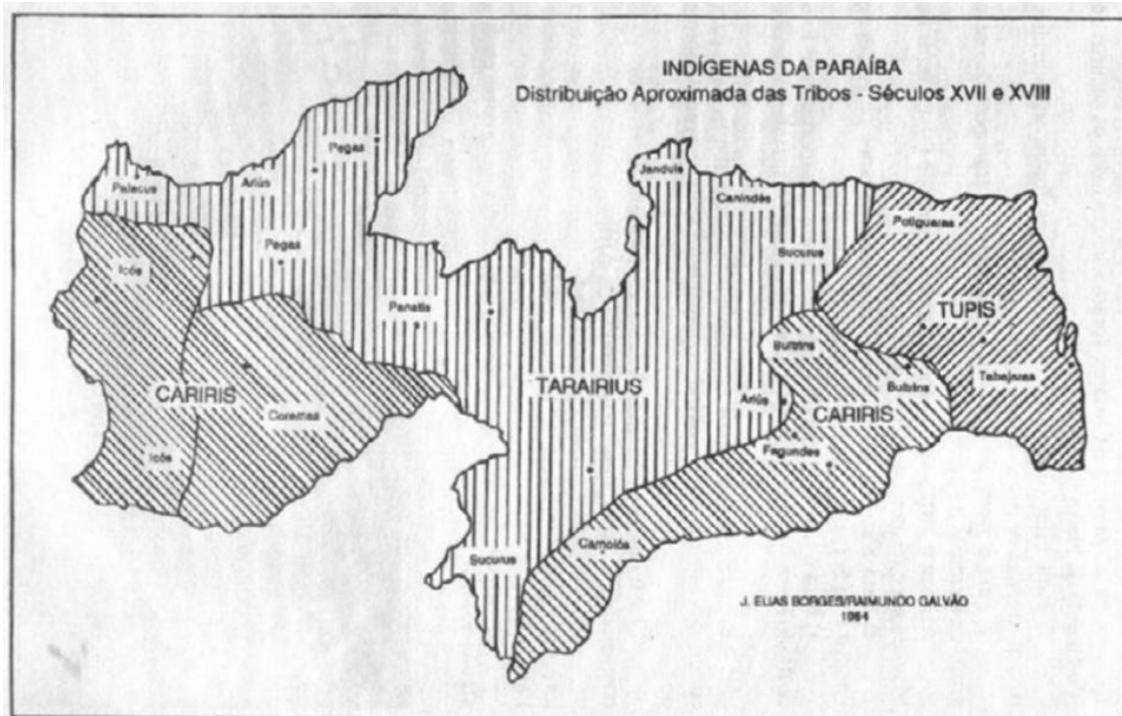
Através desta condição, temos nas terras dos Sertões toda uma disposição de tribos que genericamente como foi mencionado foram atribuídas de tapuias. No caso do Sertão paraibano uma vez devassado pelas ocupações coloniais houve o empreendimento da realização da descrição geral das diferentes tribos que entraram em contato com os colonizadores, sendo esse ato de delimitação das tribos através do uso das crônicas.

O primeiro quadro de distribuição espacial e com maiores detalhes quanto ao entendimento da distribuição territorial de uma certa “análise” de tentativa de demarcar às particularidades das tribos do grupo indígena *dos tapuias na Paraíba*, foram efetuadas recentemente (final do século XX) através das contribuições do pesquisador José Elias Borges Barbosa (1993).

Nas suas pesquisas acerca dos relatos crônicos e do cruzamento de informações das tribos relatadas, efetua uma projeção através de uma análise

histórica, etnográfica e da disposição geografia, uma classificação dos grupos indígenas que ocuparam o território da antiga Capitania da Paraíba do Norte (Figura 1).

Figura 1. Proposta de Distribuição dos Grupos Indígenas da Paraíba nos Séculos XVII-XVIII.



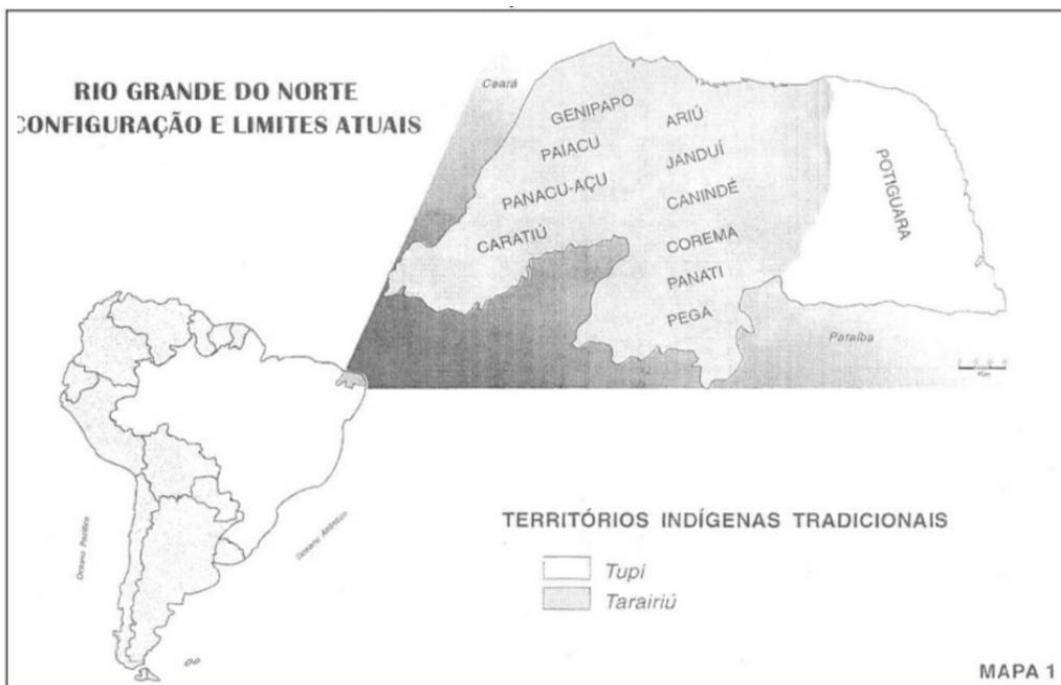
Fonte: ELIAS, José Elias (1993).

Na região alvo de estudo, que o Seridó, percebe-se à presença com maior proximidade dos grupos indígenas das tribos *Janduí* e *Canindé*, embora os primeiros com maior proximidade na área territorial do município de São Vicente do Seridó. Além de ter às influências decorrentes de outras tribos como as dos *Pegas*, que atuam ao ponto mais setentrional do Rio Grande do Norte, mas estando em contanto com a região paraibana.

Esses povos atuaram em toda a região do Seridó, cujo nos apresenta com certa minúcia Lopes (1998), que ao mostrar à distribuição dos principais grupos tribais *Tarairíus* nos antigos sertões da Capitania do Rio Grande, deixando em destaque parte da influência em certas áreas dos domínios mais ao norte da Paraíba, logo

tratando de uma ampla variedade de povos esses que deixaram heranças distintas para os colonos posteriores (Figura).

Figura 2. Grupos Indígenas da Antiga Capitania do Rio Grande do Norte.



Fonte: LOPES, Fátima Martins (1998).

Nessa conjuntura, temos outra linha quando se pensa os *modus vivendis* dessas tribos s como conviviam e consequentemente reproduziam seu modo de existência nas terras posteriormente especializada pelos *seridoenses*, em meio as comuns adversidades do ambiente, temos um verdadeiro conjunto de práticas espaciais que faziam ou compunham o cotidiano dessas comunidades ou mesmo grupos que ocupavam os diferentes locais dos sertões do Seridó.

Os hábitos dos indígenas que viviam na região do Seridó, apresentavam uma modo de existência visto como rudimentar ao estilo europeu, pois eram povos *seminômades*, dependendo dos recursos que estavam na disposição do seu campo de possibilidades de seu período de ocupação (Santos, 2009a).

Não implicando em uma determinação da natureza, pois mesmo na forma dita rudimentar, haviam transformações que se davam pela ação e disposição da produção

daqueles grupos, que materializam suas artefatos/objetos e meios de ações/fluxos, conforme à disposição das condições reais da sua existência. Assim, nas áreas do Seridó através dos relatos dos cronistas, somando com as cartas das entradas/bandeiras juntamente com as descobertas arqueológicas recente, cria-se o mapeamento e demais indicativos histórico e material para projeção da ocorrência de fato organização socioespacial de como era no período antes do movimento de interiorização.

As tribos na região supracitada, tinham segundo Santos (2009), uma forma de organização que não dispunha de construções fixas ou de caráter duradouro nos locais, isto é, de chegar a forma espaços com nível de distanciamento ainda mais acentuados das condições naturais, tendo em parte muitas vezes pouca diferenciação com os demais elementos da paisagem. Isso em razão do próprio do nível de complexidade nas suas relações produção do espaço, que não eram tão sistêmicas ou de com capacidade de maior distanciamento do natural.

Esses grupos não tinham ainda o desenvolvimento de uma agricultura tão aprimorada, com práticas em níveis ainda elementares, sem uma diversidade de meios de cultivos ou de culturas de alimentos; havendo na maior parte do cotidiano prosseguindo com atividades de caça e pesca, sendo a primeira com animais de pequeno porte, quanto à pesca essa era de maneira não tão periódica, ou em muitos momentos em áreas de tanques naturais.

Essas condições decorriam da própria região dos Sertões, pois quanto ao ambiente propriamente no quadro natural das características fisiográficas, não apresenta um habitat com disposição para a presença de animais de grandes portes ou do desenvolvimento de cobertura vegetal típica da zona da mata (2009a). E isso é somado ao domínio rudimentar das técnicas por partes das tribos, logo não se tinha uma produção agrícola mais sistemática ou mesmo com construções complexas em detalhadas.

No tangente ao núcleo regional do Seridó, temos que esse cotidiano se tornou mais evidenciado em pesquisas mais recentes do campo da arqueologia, que em

parte trazem as bases que constituem os modos, os ritos, às práticas e suas diferentes espacialidades e os próprios encaminhamento a da sua supressão.

Num outro ponto, Santos (2009), fala que os grupos indígenas *Tarairiús*, que ocupavam a região do Seridó das antigas capitâncias da Paraíba e Rio Grande do Norte, não tinham uma prática de periodicidade em seus sítios (lugares) de ocupação, que em parte estavam atrelados com a disponibilidade dos recursos, não eram constituídos por um alta contingente populacional, devido às próprias disposições das suas formas de relacionamento com a natureza.

Embora, mesmo que essas descrições tragam um plano explicativo de como eram às práticas espaciais dos *grupos primeiros*, não podemos associar essa visão dentro da antiga visão *possibilista*, do homem como ser da paisagem, mas sim o fato de ser produtor da sua própria realidade de uma outra natureza, isto é, de produzir e reproduzir as condições de existência por meio da intencionalidade do trabalho no espaço (Santos, 2006).

Ainda dentro dessa discussão, há o fato de muitos grupos *Tarairiús*, tinham zonas territoriais demarcadas entre as tribos, ou seja, mesmo que como dizera Andrade (2003), na sua análise do espaço brasileiro na fase da sua *descoberta*", como um espaço indiferenciado; já se tinha a presença e afirmação territorial antes mesmo da entrada portuguesa havia essa visão da delimitação espacial para o desenvolvimento do grupo, conforme suas necessidades, principalmente as de recursos hídricos que eram fundamentais para à reprodução do *modus vivendis* que era desenvolvido pelas tribos.

Em muitas situações havia entre às próprias tribos que constituíram o povo *tarariui* uma série de conflitos territoriais, em razão da busca por maior domínio de áreas estratégicas (domínio hídrico ou de mantimentos). Uma forma de garantia de relativa fixação nos lugares com tais recursos, já que não se tinha um domínio aprimorado de transformação da realidade.

A prática dos conflitos ou tensões territoriais entre as diferentes tribos dos Tapuias, no caso do domínio da região do Seridó, tinham por desdobramento a ausência de recursos alimentares e hídricos, ou simplesmente a divergência nas

relações sociais estabelecidas nos grupos, que se afirmavam por questões religiosas e pela movimentação de intervenção de um grupo na área de domínio do outro.

No entanto, em uma leitura mais pontual desses movimentos territoriais, temos com Santos (2009), deixa claro que essas tensões eram na maior parte por domínio de áreas úmidas, pois ao pensar o espaço do antigo Seridó, poucas eram os pontos de domínios úmidos.

Nesse direcionamento, o fato de haver poucos pontos ou/e locais com disponibilidade hídrica na região do Seridó, nota-se que ao pensar os locais que dessas organizações espaciais, mesmo que na maior parte da frequência do tempo fossem caráter não-periódico, estavam dispostas nas áreas mais íngremes (serras); ou nas estreitezas dos córregos que se mantinham com relativa quantidade, ou mesmo nas áreas de tanques ou afloramentos hídricos - olho d'Água - (Santos, 2009).

Logo, eram nestes locais que se davam o processo de materialização espacial dos “*modos de vida e das relações sociais*” que eram estabelecidas no contexto da reprodução socioespacial e tinha por ancoragem o domínio técnico-produtivo dos grupos tribais aos quais estavam dispostos numa ordem de organização avesso ao que se deu através da perpetuação dos agentes coloniais.

Em uma sintetização da formação socioespacial que foi desenvolvida antes do período de colonização no Seridó paraibano e mesmo na região do atual município de São Vicente do Seridó, podemos trazer que na ótica na evolução do espaço geográfico se tratava de uma organização do meio pré-técnico, que segundo M. Santos (2013), ou seja, o período das organizações humanas, cujo se tinha instrumentos feitos pelos os homens, mas ainda com à ausência de objetos técnicos, isto é, da transformação do meio natural em formas mais artificiais.

Ora, tudo parecia se integrar ainda bem nos elementos da paisagem ainda é “*estado natural*”, não havia tanta diferenciação, sendo esse processo de maior transformação na medida que há novos agentes, demandas e outros meios técnicos. A partir do avanço da interiorização colonial, começa-se uma maior modificação da paisagem, da região e do próprio território como o todo, em um ritmo que coloca em destaque o novo adentramento de outros agentes esses que vão condicionar por ritmo

secular, isto é, a partir do estabelecimento de uma nova ordem de sentido de reprodução espacial na região alterando a própria organização socioespacial daquele período.

Neste cenário cujo se desdobra o estabelecimento nas terras paraibana daquilo que ficou conhecido como **civilização do gado** (na leitura de Capistrano de Abreu se trata do período de ocupação dos sertões pela atividade pecuária), pois praticamente por tempos esse foi o principal motor operante de organização e reprodução das relações sociais nos sertões.

Por adendo, não podemos esquecer, que mesmo havendo esse distanciamento ao *modus vivendis* dos grupos tribais tapuias, não se tratou de um distanciamento tão avulso ou de supressão imediata *quadro de organização geográfico* do meio anterior. Ocorreu à introdução de novas forma-conteúdos, que vão dar suporte para a produção de uma outra realidade socioespacial, marcando as bases da configuração territorial da Paraíba e dos municípios que integram o estado em seu todo.

2.3.1 A Guerra dos Bárbaros na Paraíba: Motivações, estabelecimentos territoriais e os desdobramentos na organização do município

Ao tratar da investigação da ocupação e das **territorialidades** no cenário da interiorização do Seridó colonial na fase do pós-contato com os grupos tribais, na realidade socioespacial da cidade pequena de São Vicente do Seridó, na Paraíba, é de atitude metodológica o enfoque quanto ao planejamento da definição do recorte espaço-temporal de análise. Destaca Santos (1988), o esforço de levantamento da trajetória de transformação de um lugar, evidencia à ocorrência de antecedentes formas de organizações espaciais, cujo se somam no decorrer das sucessões dos eventos históricos, que trazem níveis de heranças materiais em proporções distintas.

Em decorrência das alterações territoriais e organizacionais na cidade ou lugar, deve-se em razão dos instrumentos, das demandas e dinâmicas postas pelos meios de produção na realidade social, que se materializa através das relações sociais com seus distintos agentes e fatores. Nesta perspectiva, na região do antigo Seridó

paraibano, no caso particular do município de São Vicente do Seridó, esse processo se situa no contexto do desdobramento da Guerra dos Bárbaros, no final do século XVII entre os colonos e os grupos indígenas tapuias, que se espalhou nos mais distintos locais da área territorial das terras *Seridoenses* daquele período.

A partir dessa mobilização conflitiva colonial à qual percorre na direção de uma expansão para os ditos Sertões, é efetuado o avanço de toda uma lógica de territorialização das terras ermas antes não ocupadas pelos agentes coloniais, que implica por consequência na formação dos primeiros núcleos com aglomerações coloniais ou mesmo dos povoados e, na definição dos limites da configuração territorial do que é hoje o espaço da Paraíba, porém, com alterações territoriais que perpassam séculos até o presente espaço.

Assim sendo, o caso do município de São Vicente do Seridó se situa em tal cenário, pois mediante as diferentes etapas e formas territoriais que foram sendo adotadas e (re) produzidas na Paraíba após o desfecho da Guerra dos Bárbaros, faz emergir o antigo povoado de Santo Antônio (atual área de distrito da cidade), e que depois abre possibilidades para São Vicente.

Antes de uma discussão das especificidades das práticas espaciais e organizações espaciais, cabe esclarecer previamente uma visão geral acerca deste processo histórico, que marcou *ipso fato* o movimento de expansão, apropriação, ocupação e da efetivação do controle dos domínios espaciais dos Sertões das antigas capitâncias. Esse embate ou poderíamos dizer essa investidura intensiva de **territorialização** (movimento de afirmação territorial frente a uma organização preexistente) frente as **territorialidades** (diferentes formas de territórios organizados) presentes antes do avanço dos agentes coloniais, decorre em específico da própria conjuntura políticoterritorial que se coloca no Brasil de meados do século XVII, com reflexos nos distintos quadros regionais, que se configura nas capitâncias hereditárias do período.

Após o período da invasão/ocupação holandesa ou batava (1624-1654), na região Nordeste do Brasil Colonial, na capitania de Pernambuco na antiga vila de Olinda; sendo nesse período que é dado os primeiros movimentos de deslocamento para os domínios das terras interioranas, ou seja, além das zonas produtoras da

cultura canavieira). A coroa portuguesa, adota uma série de medidas de controle da efetividade territorial, sendo essas decorrentes de uma série de demandas que emergiam:

- O receio de retomada de bases holandeses, que em parte já tinham um conhecimento das terras dos Sertões, poucos exploradas pelos portugueses;
- A necessidade de separação entre as atividades canavieiras dos criatórios de gado, pois espacialmente não se tinha um aproveitamento eficiente da produção pecuária na região da zona da mata;
- A preocupação quanto ao domínio das áreas territoriais anexadas durante o período da União Ibérico, como também da garantia de demarcação e povoamento dos espaços;
- O estabelecimento de novas rotas comerciais, principalmente via à produção pecuarista, que se mostrava um meio alternativa ao declínio da fase do ciclo açucareiro no Brasil, que se soma a aspiração por descobertas de recursos minerais;

Por esses vieses, com o esforço de tal empreendimento, caminha em paralelo com os processos **desterritorialização** (movimento de retirada de uma posse territorial de uma determinada ocupação e/ou organização social) das terras ermas, ou antes representadas, apenas no imaginário espacial do período, pois na medida que é dado o avanço nas porções mais interioranas, abre-se entraves com os grupos indígenas tapuias, que culmina na supracitada Guerra contra os gentios bárbaros, incautos e vis (Puntoni, 2002). Logo, ocorrendo durante quase todo o século XVII diferentes mobilizações essas em todas as capitâncias da colônia, que também mobilizou diferentes agentes no espaço.

Ao buscar pelas transformações decorridas no Seridó paraibano e sua ligação com o município de São Vicente do Seridó, trataremos dos principais desdobramentos dos primeiros embates, tensões, ações e materializações; nas antigas capitâncias do Pernambuco, da Paraíba do Norte, do Ceará e do Rio Grande.

Essas que foram palco dos principais eventos de formação dos núcleos territoriais de povoamento paraibano, pois com essa espacialização se efetivava as bases de construção das organizações territoriais locais e regionais do estado da

Paraíba. E numa análise ainda mais específica temos por delimitação para uma maior base de subsídio quanto ao campo de interesse do estudo o conjunto de eventos, mobilizações e organizações decorrentes da “*Guerra do Açu*”, cujo se desdobrou nos limites entre Paraíba e Rio Grande do Norte.

No período dos últimos dois decênios da fase seiscentista e no transcurso secular do século XVIII nas regiões das Ribeiras do *Piranhas-piancó* (*palco das organizações de intermediação de passagem entre o Agreste e o Sertão*) e Açu-Seridó (região que associamos com maior aproximação para o entendimento da formação do sítio urbano da gênese primaz do município). Nessa circunstância, os embates que se desdobraram neste período, tiveram sua ocorrência a partir das difíceis condições de ocupação por definitivo das áreas que integravam as capitâncias da Paraíba e Rio Grande, com isso, havendo o uso assíduo de expedições burocráticas e de outras formas de bandeiras irregulares, que vinham a serviço das demandas solicitadas pelos capitães que exerciam o controle das capitâncias (Pires, 1990).

Por tal perspectiva, por não haver espaço para uma construção de minuciosos detalhes dos passos e processos dos desdobramentos territoriais das Guerras dos Bárbaros nas capitâncias supracitadas, em especial naquela que é do nosso interesse central – a região da Paraíba. Enfatizamos de forma breve que a partir das expedições nas terras interioranas dos Sertões paraibanos, houve o estabelecimento de diferentes formas de organizações sócio-territoriais, atuando como pontos de substituição ou mesmo supressão das antigas organizações socioespaciais dos grupos tapuias, sendo implementadas: arraiais, ribeiras, freguesias, povoados, vilas e cidades (Taunay, 1936) & (Almeida, 1981).

Por prosseguimento, os primeiros movimentos ocupacionais dos últimos decênios do século XVII, partem da fixação de pontos territoriais em Natal, que se prolongam para a ribeira do Açu (atual cidade no Rio Grande do Norte) e, posteriormente seguem em direção as ribeiras do Seridó, Piranhas-Piancó (na cidade de Pombal) e Jaguaribe (atualmente localizada em Icó no Ceará), além da agregação de várias outros acampamentos de tropas de bandeirantes, como as de organização de *Domingos Jorge Velho* nas proximidades do Rio Piranhas.

Essas que após o final dos conflitos no século XVII atuaram como principais pontos de áreas de povoamento e de estabelecimento dos caminhos e criatórios de gados (atividade comercial de maior dinamismo no período colonial de ocupação). Logo, nesse período na ribeira do Seridó, temos o destaque para tal fase, em que se deu o estabelecimento da Casa de Forte de Cúo (arraial), onde hoje atualmente é a cidade de Caíco-RN, e pela sua posição geográfico e o fato do próprio caminho que seguia o rio, podemos trazer como um ponto em comum de associação com o processo de ocupação do sítio urbano do município, cujo princípio ficara conhecido como povoado de Santo Antônio (Figura 3).

Figura 3. Distrito de Seridó (antigo povoado de Santo Antônio) na atualidade.



Novembro 2024.

Na observação da figura acima, é notável que uma vez estabelecidos os arraiais, rotas ou/e locais de ocupação territorial, nota-se que na representação o destaque quanto a proximidade entre o arraial de Caíco-RN com a região do Seridó paraibano. Havendo a supressão do conflito territorial nos Sertões das capitâncias do Rio Grande e Paraíba, é dada à livre passagem para o estabelecimento dos criatórios pecuaristas que favorecem o estabelecimento de pontos de paradas para os comboios de gado rumo ao abastecimento das vilas do litoral açucareiro, ou mesmo a efetiva formação de povoados e pontos de trocas.

Nesse ínterim, Capistrano de Abreu (1988) ao tratar da ocupação dos caatingais dos Sertões no Nordeste, destaca o quanto à pecuária foi fundamental para o processo de formação dos núcleos de povoamento e redes de comunicação, pois:

[...] o influxo da criação do gado e sua vantagem sobre a agricultura de exportação em um país tão vasto quanto raramente povoados, é a capacidade de vencer distâncias. ‘Os gados [...] não necessitam de quem os carregue; eles são ao que sentem nas longas marchas todo o peso do seu corpo e apenas se necessário que haja quem os encaminhem’. (Abreu, p. 64-65, 1988).

Nessa vertente, Almeida (1981); mostra que passado o período dos embates territoriais entre colonos e os grupos indígenas tapuias, começa-se o processo de povoamento de vários pontos dos Sertões, no caso do antigo Seridó uma ampla leva migratória de grupos populacionais de colonos sem rendimentos, agregados de senhores de fazendas ou mesmo de cristãos novos (grupos de judeus oriundos da Europa, que foram convertidos ao catolicismo) passam a se fixar nas diferentes localidades da região do Seridó.

Embora, havendo particulares nas organizações das ocupações espaciais na região, pois há de rever que nem todas às organizações tiveram os mesmos grupos de agentes; dito isso, é neste contexto que emerge o povoado de Santo Antônio, ou seja, em um cenário que se encontra regido pela pecuária, principalmente como ponto de entreposto de gado.

Essa afirmação é ainda mais esclarecida quando se observa antigos inventários de sesmarias, que trazem indicações para se pensar essas demarcações e, mencionam o sítio/povoado de Santo Antônio (sítio urbano da gênese do atual município). Essa tarefa cabalmente realizada e sistematizada por João de Lyra Tavares (1982), que em esforço hercúleo organiza os arquivos e provinciais das distribuições de datas de terras no contexto territorial da Paraíba do período do século XIX, mas com indicativos de datas de momentos do século de outrora, como primeira observação da organização do antigo povoado, encontramos que:

Anna Maria Thereza, Viúva do falecido Braz de Oliveira Ledo e seus filhos José Ignacio de Oliveira e outros, moradores no termo da Villa do Príncipe, diz que dito marido da supplicante no anno de 1777 comprara a Alexandre Dantas Correia e sua mulher Maria Luerana de Jezuz uma sorte de terras nas cabeceiras do rio Seridó denominada Santo Antonio, que lhe havia tocado por herança e outros seus irmãos, de cuja sorte de terras se empossara o marido da supplicante e ella mesma e seus filhos a trinta e sete annos, o que consta do documento junto e jamais compareceram os irmãos daquelle vendedor e nem a supplicante tem podido descobrir o título primordial daquellas terras, pelo que as quer por sesmaria uma legua pelo mesmo rio do Seridó acima entestando pelo poente com terras da Serra Branca do falecido Antonio de . . . com meia legua de largura para cada lado a entestar pela nascente com terras da data da Canôa de presente de Antonio Pereira da Silva e terras do Cubati de Francisco Pereira de Oliveira, pelo Norte com terras do Tamanduá do capitão João Baptista Guedes e pelo Sul com terras dela supplicante. Foi feita a concessão por André Alves Pereira Ribeiro Cirne e João Bernardo Madeira, governadores interinos (Tavares, p. 514-515 1982,).

Diante do exposto acima, quando se traz para o domínio de associação com os atuais limites do município, percebe-se uma certa aproximação entre o povoado (antes sítio) com as demais áreas que foram datas e terras de sesmarias. Ademais, a partir do processo de conquista dos sertões da Paraíba, em específico quando se fixa de fato no arraial do Piranhas-Piancó há a transferência de domínio para os Oliveira Ledo (final do século XVII) (Macedo, 2004).

Essa influência de domínio por parte dos Oliveiras Ledo, chega na região do Seridó paraibano, e como é bem situada na historiografia, temos que muitos outros povoados foram se desenvolvendo neste período, mesmo que tendo o encaminhamento da organização primária do espaço, ainda num quadro ou condição de ser mais uma propriedade sem grandes destaques para um maior dinamismo.

Num outro trecho encontrado na mesma obra, traz no mesmo contexto histórico e geográfico certas delimitações acerca das distribuições de datas de terras. Em que se pode trazer uma sondagem da demarcação da forma que ia se perfazendo o processo de organização do espaço, embora não propriamente do sítio ou povoado Santo Antônio, mas na data da Canôa (Cubati), que mostra como era feita a solicitação para o uso das terras dos Sertões:

Manoel Pereira de Albuquerque, morador no Seridó, diz que possui um sítio de terras para criar gados chamados Cubati, na ribeira do Seridó e lhe é necessária mais terra e como o dito sítio tem bastante desproveita, pretende por sobras uma data de sesmaria no riacho dos Campinotes, com três leguas de comprido e uma de largo, meia para cada parte do riacho da parte do norte e do poente à nascente até contestar com o Lagamar e o Cotovel'o. Foi feita a concessão, no governo de Jeronymo José de Mello Castro (Tavares, p.374,).

A partir dessa demarcação pontuada no trecho, torna-se pertinente reforçar o quanto o papel do criatório era essencial para o desenvolvimento dos primeiros pontos de organização dos agentes coloniais, principalmente por sítios e seus posteriores povoados. Além de tudo, dependendo das condições dos sítios, e no caso daquelas que estavam pontos de ribeiras, como é o caso da região do Seridó, era propício para a prática do desenvolvimento das atividades agrícolas, ou seja, pontos diversos estavam associados com essa dupla conotação, trazendo a emergência de outras atividades essas que deram abertura para os dinamismos comerciais (Almeida, 1981).

Nessa direção, diante da conjuntura destacada, à medida que o processo de territorialização das terras do Seridó antigo era efetuada mediante os caminhos de passagem de gados e dos pontos de entrepostos de parado/pousio ou abastecimento. Faz com que, todo um dinamismo se eleve no sentido de dar condições para o surgimento dos principais centros urbanos que atualmente integram o território paraibano, mas também de outros espaços nas intermediações, caso esse do povoado de Santo Antônio, que se materializava, organizava e dinamizava em meio a sua dupla funcionalidade.

Desse modo, em estudo de caráter monográfico mais recente, temos uma sondagem histórica e geográfica, feita por Guedes (2006), que ao perfilar o papel dos principais agentes de produção do espaço no período colonial na Paraíba, já mostra que após meados do século XVIII, muitos dos locais de paradas (em áreas de passagens de ribeiras) ou dos sítios/fazendas, que eram destinados para a criação, foram incorporando modificações em níveis de crescimento que fizeram povoados ou mesmo vilas, dependendo das ações e articulações dos agentes nas rotas espaciais (Quadro 5).

Quadro 5. Organização dos Pontos de Estabelecimentos de Fazendas ou Entreponto nas Antigas Ribeiras da Paraíba do Século XVIII.

Principais Ribeiras do Período Colonial na Paraíba	Período de 1700 a 1710	Período de 1711 a 1720	Período de 1721 a 172
Rio Paraíba	06	15	03
Rio Mamanguape	01	10	02
Rio Curimataú	11	13	05
Rio Seridó	06	06	03
Rio Piranhas	21	12	05
Rio do Peixe		02	
Rio Sabugí		01	03
Rio Espinharas		01	01
Rio Araçagi		01	01

Fonte: Adaptação retirada do trabalho de GUEDES, Paulo Henrique Marques de Queiroz, 2006.

Durante todo o século XVIII, mesmo havendo a formação de pontos de parados esses que deram bases para parte dos centros de povoamento urbano da Paraíba, não houveram mudanças significativas na organização espacial cujo até praticamente final do século XIX ainda se tinha atividades calcadas no deslocamento do gado entre o litoral e o sertão, dos pontos de comercialização em feiras de gado, das atividades de escambos, das práticas de subsistência em roças ou das atividades do *tropeirismo* (Goulart, 1961)

No povoado de Santo Antônio, essa dinâmica não foi de modo diferente, pois estava imerso no contexto de tais atividades coloniais, pois ao utilizar de memórias populares, o Sr. Manoel (vulgo seu Mané de Minegídio) de 87 anos, relata em suas memórias algumas das falas do seu avô por parte paterno por volta da década de 1950, que lhe retratava histórias do período dos últimos anos do período oitocentista, porém com essa denominação, mas como sendo um período muito antigo, logo que remonta:

Ah... lembro das falas no meu avô, que já falava da sua vida difícil nessas terras e dos seus ensinamentos sobre diversas lições, mas você sabe bem, quase tudo era voltado para o sítio. Ele falava dos plantios de algodão, dos

tropeiros carregados de mercadorias, das tropas de gados que passavam aqui em São Vicente, ou no mercado (Figura 4) antigo de Santo Antônio (Seridó) antigamente muito cheio... olhe mesmo, aqui não era cidade viu! Tudo era mato meu filho, imagina aí como era se viver nos tempos do meu avô, olhe que na minha época de moço não teve muitas mudanças aqui apenas na fase da separação de Soledade (Fala de Sr. Mané, morador local).

Figura 4. Antigo Mercado Público do Povoado de Santo Antônio (atual Seridó).



Novembro 2024

Desse modo, como aponta Mariz (1994), durante o período oitocentista fora uma fase sem grandes transformações não havendo uma intensa transformação na estrutura da rede urbana ou dos centros urbanos formados no contexto, havendo alterações na organização socioespacial de facto na fase para o século XX. Isso em decorrência das demandas produtivas e do alavanque comercial da fase algodoeira, que reestrutura à produção da forma-conteúdo nos pontos de povoamentos cujo povoado de Santo Antônio e o próprio sítio de São Vicente incorporaram um certo ritmo de crescimento, que vai se desdobrar em outras práticas espaciais, modificando a estrutura da organização socioespacial regional.

Por conseguinte, o cenário da Paraíba ao longo dos séculos XVIII e XIX, estruturou-se basicamente através da pecuária, ademais com poucas alterações na organização da rede urbana, tendo poucos centros urbanos e comerciais efetivos. Ademais, nos primeiros decênios do século XX, teremos uma certa mudança,

principalmente em razão da substituição de parte das formas do período pré-técnico (colonial) para aquelas do domínio técnico cujo vai repercutir de modo diferenciado no território brasileiro (Santos, 2013).

E neste sentido, cujo não há de se dissociar ou excluir o território paraibano nesta análise, pois estamos lhe dando com suas particularidades históricos e espaciais, com seus fixos, fluxos, agentes e das distintas demandas socioespaciais, e que refletiram na própria ordem da formação das configurações regionais, sendo resultando de uma *démarchen contínua*. *Tendo consigo toda uma base dos processos anteriores, logo não estaria de fora nossa própria realidade do Seridó Paraibano, em específico o próprio município de São Vicente do Seridó.*

CAPÍTULO III

TRANSIÇÕES PARA A MORDENIDADE: O FIM DO PERÍODO COLONIAL, NOVOS AGENTES, DEMANDAS TERRITORIAIS E A CONSOLIDAÇÃO POLÍTICO ADMINISTRATIVA NO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DO SERIDÓ, PARAÍBA (1920-2024)

No seguinte eixo teórico-reflexivo e empírica-analítico, parte de um enfoque de discussão voltada à compreensão das mudanças socioespaciais no final do século XIX, adentrando nos desdobramentos posteriores no transcurso do século XX na unidade territorial de São Vicente do Seridó. Busca--se entender e situar as principais modificações no lugar durante o período de emancipação política, administrativa e territorial, dando prosseguimento para a atual organização espacial, trazendo seus contrastes e contradições no lugar.

Contudo, sem se desvincular de uma perspectiva de entendimento, que traga os reflexos das transformações das escalas macrossociais na realidade local, como esses processos foram dando bases e impulsos para a substituição dos antigos fixos e fluxos da organização socioespacial que persistia até o século XIX.

Assim ponderando: a substituição dos agentes (internos e externos) de produção espacial, que levam a modificações territoriais do antigo núcleo colonial/provincial; os caminhos e articulações para a emancipação político-territorial; os diferentes empreendimento para a produção, à extensão e reorganização do espaço urbano do município e as próprias formas de relação do campo-cidade no município e suas alterações mediante novos agentes externos no município.

Ademais, ponderando os meios de reprodução das relações sociais entre os diferentes agentes espaciais, e como essas promoveram distintos reflexos na configuração socioespacial, principalmente na malha urbana.

Deste modo, encaminhando todo um constructo acerca da evolução das formas de organização do socioespacial do município, que mesmo numa perspectiva de ser um espaço opaco (Santos, 2006) no cenário dos eventos emergentes. Sem deixar de integrar na órbita de influência da restruturação da rede urbano e de fluxos do território

paraibano, que através de uma demanda regional e (inter) nacional, promove toda uma reconfiguração espaço-funcional, que atinge em níveis distintos os diferentes lugares (cidades pequenas).

Por meio da inserção de uma outra organização socioprodutiva à qual leva ao próprio movimento de alteração das demandas locais, dando novas possibilidades ou mesmo enfraquecendo as diferenças organizações socioespaciais do local. Nesta conjuntura se insere o município de São Vicente do Seridó, que na atualidade apresenta na sua configuração espacial, transformações que perpassam, desde: a extensão da malha do espaço urbano (cidade), dos atuais agentes de produção e/ou organização espacial, dos contrastes territoriais na relação campo e cidade e das diferentes expressões das forma-conteúdos.

Esse cenário cumulativo que é posto na realidade do município de São Vicente do Seridó, funda-se ao desenrolar dos diferentes contextos de históricos formativos que marcaram o processo de formação territorial do Brasil, em específico no nosso caso, e da unidade territorial da região Nordeste. E no caso da Paraíba esse acompanhamento está inserido no próprio exame histórico da constituição da sua rede urbana, pois o cenário da organização urbana atual do estado é resultante de todo o movimento de produção socioespacial desdoblado desde os marcos de avanços para os sertões no século XVII (Soares, 2012).

Desse modo, no transcorrer dos tópicos que prossegue é de menção cabível, que todo o processo de sua construção do exercício reflexivo e dos suas análises concretas do movimento de transformação da realidade socioespacial do município estão ancorados, desde: à análise de fontes históricas e bibliografia que parte da escala de análise do trabalho, além das aproximações com à história local, que se soma com os procedimentos de pesquisas por fontes orais, testemunhos e memórias da cidade e sistemáticos estudos de casos, pois de busca apreender a atualidade das distintas territorialidades e expressões da organização socioespacial, principalmente quando se trata de pensar a relação campo-cidade e das demais práticas e tendências espaciais emergentes.

3.1 Os Últimos Percursos no Final do Século XIX: Uma Transição na busca de novas ações, interconexões e territorializações

A Paraíba até o final do século XIX não apresentava grandes transformações em seu espaço, seja nas áreas das suas principais cidades/vilas comerciais, nas suas divisões regiões e na própria rede urbana, não havia uma densidade técnica e muito menos atividades de grandes ritmos.

Ora, diante do processo de territorialização com os movimentos de interiorização dos *Sertões* através das demandas da criação de gado e da necessidade de se ter um maior controle do territorial daquelas porções antes pouco exploradas ou efetivamente ocupadas; praticamente não alterou a estrutura sócioprodutiva, pois todo o percurso do final do século XVIII e o andamento dado durante o prosseguir do século XIX, não houve grandes mudanças na capitania (posteriormente província e depois estado federado).

Contudo, havendo momentos ou fases do período do século XIX, em que houve um certo equilíbrio na balança comercial, segundo Horácio de Almeida (1978), expõe que em meados do século XIX na Paraíba havia ainda uma produtividade ainda equilibrada em nível internacional. Ao se voltar para o desenvolvimento interno era por demais primário, e com uma organização de atraso marcante no território, principalmente ao pontuar os núcleos urbanos e as atividades existentes e o modo que eram estabelecidas.

Em um outro extremo Albuquerque (2003), efetuando uma leitura espacial de Campina Grande, mostra que neste mesmo período houve o fortalecimento da cidade no âmbito do comércio, porém, permanecendo em uma estrutura ou organização era ainda rudimentar; mas que detinha de uma polaridade de econômica nas demais regiões arredores.

No tangente ao pensar o núcleo do Seridó Paraibano essa dimensão ainda mais é contrastante, pois os povoados que se constituíram através das trilhas e entrepostos de gado estabelecidos ainda se encontram inseridas em meios de rudimentar ou de atrasada organização. De acordo com Medeiros Filho (1981), quando organizou em uma de suas obras o inventário das principais famílias do antigo Seridó, acaba por mostrar que durante parte do século XIX não havia uma efetiva mudança na

organização dessa região ainda presa pelos moldes de produção colonial, isto é, das grandes posses de sesmarias de posse de poucas famílias em contraste com uma grande massa sem posses.

Nessa perspectiva, praticamente durante o período da década de 1930, não houve alterações dos agentes de produção do espaço, em decorrência da própria estrutura de organização socioespacial que estava implantada: produção rudimentar; centralização das posses da terra; redes de transporte e comunicação precárias; fluxos em ritmos lentos, instabilidade produtiva; baixa densidade populacional; preponderância da estrutura espacial rural, o mal-arranjo político territorial e reprodução das relações sócio-produtivas baseadas na estrutura econômica fundiária.

O município de São Vicente, nesse contexto, ainda apenas com a presença do povoado de Santo Antônio (Seridó), com determinadas ocupações de sitiantes e criatórios na área atual da sede administrativa, praticamente não vai ter mudanças efetivas, pois as bases dos agentes permanecem pouquíssima inalterada. Na leitura de obras como a de Almeida (1978) e Mariz (1994), e mesmo trazendo dados tabulares de balanços estatísticos, nota-se que ao projetar para uma análise para os centros mais locais (povoados), pouco era notada uma mudança célere na organização do lugar, das atividades e dinâmicas dos agentes sociais.

O período marcado até meados do século XX vai ser mais uma fase de transição de transformação dos principais centros econômicos, chegando de modo repassado e pontual na região Nordeste e ainda mais nas áreas daqueles estados que apresentavam um certo decréscimo na sua organização de produção socioespacial (Santos, 2008). Com isso, em ritmos morosos teremos uma verdadeira ou mais nítida mudanças nos povoados locais, principalmente aqueles mais afastados da centralidade das cidades comerciais essas consolidadas, desde o final do século XIX.

Ao situar São Vicente do Seridó, em análise do trabalho de Pessoa (2009), mostra que mesmo naquele contexto pouco se tinha um avanço efetivo nas atividades, sendo marcado ainda por uma dupla atividade central o *tropeirismo doméstico* e o *modo de organização de vida sitiante*, isso bem evidente do povoado de Santos Antônio (Seridó). Enquanto São Vicente, ainda não passava de um sítio esse sem o dinamismo posto no sítio urbano matriz de origem do município, e a quanto

recorremos para a memória da cidade, o Sr. Manoel (87 anos), expõe lembranças de falas do seu avô ao detalhar que se escutava às seguintes falas:

É... Eu lembro bem quando meu avô falava de São Vicente antes era um grande sítio, não tinha casa juntas não e nem estradas... Tudo isso era da família dos *Vicentes* que eram antigos moradores daqui, criavam gados ou faziam roças de colheitas... Era tudo vaqueiro aquele povo, depois quando eu já estava frangote, aí São Vicente começou crescer, mas a época ajudou muito quase tudo mudou depois que chegou o algodão ou agave, não é que não existia antes, mas quando foi para o mercado mesmo, aí todo mundo queria plantar.

Por esse contexto, percebe-se esse tempo lento que permaneceu no município, em que nem mesmo ainda era pensado São Vicente como um povoado com possibilidade de se sobressair a Seridó, isto é, havendo uma espécie de consciência estagnação econômica e da própria ordem de organização sócio-territorial. De acordo com Dantas (1994), o andamento por uma mudança efetiva da estrutura socioespacial da Paraíba é dado no contexto da imersão do *duplo ciclo produtivo do algodão e do agave* na região do Seridó e Carimátau (entre outras porções regionais da Paraíba e demais estados do Nordeste).

Nesse período do pós-década de 1930 e do avanço da produção dupla do algodão e do sisal, principalmente do segundo que é prolongado por um tempo maior até a década de 1980, não permite se mudar parte da organização socioespacial anterior, mas oportuniza o surgimento de outros agentes e de práticas espaciais, essas que foram fundamentais, em razão de que maior parte do avanço da formação do município e do próprio crescimento da mancha urbana, decorre da inserção nesse contexto.

Nas pontuações de Lira Neto (2019), durante maior parte do século XX a produção algodoeira das atividades baseadas no mercado da fibra na Paraíba, não apenas trouxe mudanças locais, mas promoveu toda uma reconfiguração territorial, pois centros com um certo domínio centralizam essas novas atividades e nos demais

outras demandas são postas que implica em substituição de ritmos anteriores ou da sua adaptação com os novos.

À vista disso, no caso presente na realidade do município e nas áreas de São Vicente e Seridó, quando analisamos fragmentos da memória da cidade ou do processo de organização socioespacial, nota-se uma dupla dinâmica mantida, pois mesmo com a chegada de outra atividade produtiva, não houve de *facto* toda uma restruturação das atividades econômicas anteriores.

Neste mesmo período é dado o avanço do processo de especulação por áreas produtivas para tais fibras, pois a alta demanda no mercado eleva esse interesse intenso por vastas de extensões de terra, entretanto, no povoado de Santo Antônio, encontra-se com algumas dificuldades, pois segundo os relatos de parte dos entrevistados no local do povoado o terreno não era tão viável para de colocar vastos campos e nas áreas melhores estavam muito distantes das estradas principais.

Promovendo o crescimento gradativo da ocupação da área do povoado de São Vicente, ou seja, em decorrência do anseio pela produção do agave e algodão, porém, não se pode deixar se ressaltar que antes mesmo do avanço dessas atividades já havia uma dinâmica comercial essa formada através do estabelecimento por *Tropeiros* de encontros periódicos para aquisição e escambo de mercadorias, logo havendo o estabelecimento da feira livre.

Diante de tal contexto é dado o encaminhamento de articulação de anexação do município por parte os agentes políticos do município de Soledade (antiga *Ibiapinópolis*), pois na época a cidade exercia um papel importante na região, principalmente pelo seu ponto de rota comercial, que atuava como canal de ligação para as terras adentro do Sertão (Aranha, 1991). Assim culminando na transformação do antigo povoado de Santo Antônio em uma área distrital de Soledade (no final da década de 1940), e praticamente não ocorrendo grandes transformações socioespaciais, mas havendo todo o fortalecimento dos agentes econômicos e políticos locais

3.2 Uma análise da expansão política-territorial-e-administrativa (1960-2020): Agentes, agências e a reprodução da organização socioespacial do município

Na compreensão da história de uma formação de um dado local, pode-se traçar diferentes pontos de partida ou diversos meios de validação teórica, no campo história se tinha a via da narração fabulosa, da descrição parcial ou da organização serial (Reis, 2000). A apreensão do movimento de constituição de formação de um lugar, no caso o município de São Vicente do Seridó e dos seus agentes de produção do espaço, precisa situar esse movimento de tempo, espaço e sociedade. Assim, partindo de uma visão imediata da história local, temos sua reprodução do seguinte modo.

No dia 22 de dezembro 1961, o antigo povoado de Santo Antônio e naquele período era distrito de Soledade com seu topônimo de Seridó, consegue o feito da realização da sua emancipação política, através da lei 2.660. A partir deste decreto se torna o centro político-administrativo do município, e tendo uma certa influência e definição dos seus grupos políticos.

No referente contexto, o Governador Pedro Moreno Gondim, (1914-2005) através de decreto estadual e na intermediação do deputado estadual Gerônicio Estanislau Nóbrega (Presidente da Assembleia Legislativa da Paraíba), deslocou-se até o recém-emancipado município (Seridó), como meio de garantir à nomeação de Cláudio José de Farias, como o primeiro prefeito provisório da história política do município (1961-1962), ficando no cargo por 06 meses, até a realização de eleições livres.

O Indicativo do nome de Manoel Cordeiro de Lima (Manoel Chicó), é projetado como o primeiro prefeito eleito por voto popular no município. Em 18 de Janeiro de 1962, o povoado o Chico, se torna distrito de Seridó, e tempos depois em 09 de janeiro de 1968, São Vicente do Seridó passa a sede administrativa do município.

Diante do exposto, partimos por uma outra perspectiva, isto é, de uma visão sintética das realizações das ações política-administrativas que foram empreendidas no período de emancipação, seguindo aos dois primeiros decênios do atual período histórico (entre os anos 2000-2024). Logo, sem deixar de destacar às transformações socioespaciais que são fundamentais para essa compreensão do avanço da malha urbana e das próprias alterações dos agentes de produção do espaço, pois do

contrário estariamos focando em uma análise de cunho mais centrado na visão sociológica.

3.2.1 O comércio, a centralização e o poder político: Oligarquias locais e a guinada no crescimento da cidade (1960-2020)

O papel do comércio da organização e afirmação da emancipação territorial do município foi de extrema importância. Ora, como bem pontuado em análises anteriores através de trabalhos como de Pessoa (2009), Alcântara (2008), Gonçalves (2014) etc; não só exerceu o papel de centralização, mas também teve sua importância no fomento da influência da formação dos agentes políticos.

Sem deixar de mencionar que no decurso do período de 1930-1960; essa afirmação do município, não é só ampliada ou fortalecida pela demanda local; há também a influência da construção do pacto federativo Brasil ao longo destas décadas, e que implica em sucessivas reorganizações territoriais, essas fundamentais nas afirmações das identidades espaciais e tanto na consolidação da unidade territorial (Moraes, 2005).

O município de São Vicente do Seridó, uma vez emancipado política e territorialmente, prossegue com as suas primeiras ações de medida efetiva através das articulações exercidas pelas oligarquias dos Cordeiros, Gouveias e Bertos (famílias de maior posse de capital), que uma vez postas no domínio de organização da cidade, definem o andamento para o crescimento do município.

Assim, o primeiro nome destes agentes está na persona de Manoel Cordeiro de Lima (1930-2015), comerciante de família tradicional dos cordeiros ou popularmente Chicós, que tinha o seu capital e/ou influência herdada das posses de Zé Chicó (antigo tropeiro e nome principal no comércio do agave e algodão). Nesse sentido, partindo das bases de alicerce no domínio comercial antes mesmo de São Vicente ter um relativo crescimento nas proximidades da área, Manoel Cordeiro, tinha uma bodega no *sítio pedra d'água* que realizava a compra de materiais primas básicas, como o algodão e sisal, dos produtores locais e mesmo dos municípios arredores, exercendo influência na constituição do domínio econômico na área e ao mesmo tempo se definia o domínio dos agentes da época.

Na década de 1950-1960, temos uma aproximação ainda maior dos centros comércio do município com os mercados de Campina Grande, em razão da crescente

demandas das fibras do algodão e agave, sendo intermediada por atores locais. No decorrer desse processo o município passa a ter uma aproximação com outros agentes, sendo estes externos, como às empresas *Sanbra* e *Airton Clayton* cujas *atuaram na dinâmica de crescimento do município* ao longo de todo o período de apogeu, decréscimo e gradativa retomada da produção de fibra.

Nesse condição, diante da necessidade que emancipação e no contexto de uma maior participação das oligarquias na região do município o fato de ter como representante político do território municipal um membro da oligarquia da família Chicó, decorre da articulação das famílias tradicionais como Gouveia (comerciantes de Juazeirinho) e Berto (donos de vastas terras na área do sítio Pedra d'Água dos Bertos, próximo do município de Soledade), e se candidata as eleições de 1962, embora naquele momento eleito como prefeito de Seridó (posteriormente virando de São Vicente, em razão da articulação da mudança do centro administrativo).

Nessa circunstância, Gouveias (tendo por referência Manoel Patrício de Gouveia) e Cordeiros (na pessoa de *Mané Chicó*), exercem o domínio político municipal por longos 16 anos, havendo apenas alternância de dois mandados entre os respectivos atores. Com isso, efetuando diferentes mudanças para o lugar, seja no sentido das próprias práticas espaciais e nas forma-conteúdos da malha territorial cidade, pois a partir da memória social e da cidade se associa muito esse período com o andamento da formação de um “*ambiente mais próximo de uma paisagem da cidade*”.

Nesse sentido, partindo das principais realizações administrativas no município no decorrer o decorrer dos mandatos de Manoel Cordeiro de Lima (1962-1965 e 1969-1972) e Manoel Patrício de Gouveia (1966-1968 e 1973-1976), tendo em vista, os seus reflexos na organização e crescimento da cidade de São Vicente. A partir da tomada de um conjunto de ações pelos agentes políticos e outros que se agregavam nessa mobilização de “*impulso de afirmação de uma unidade municipal*”, essas *articulações se tornaram comum neste período* no território paraibano,

Nos marcos políticos iniciais de constituição do município, temos as seguintes ações que ou práticas que *atuaram na base de formação e avanço da malha urbana*:

- A construção da sede administrativa (1962) no período da emancipação do distrito de Seridó, uma forma de destaque para centralização do poder

municipal, pois quando se volta para as memórias dos populares que vivenciaram esse processo, falam dessa necessária afirmação de haver “o espaço da prefeitura”, entanto, mesmo nesse cenário o poder maior de centralidade estava de atividades estava no povoado de São Vicente (Figura 5);

Figura 5. Primeira Sede Administrativa do Município no Antigo Povoado de Santo Antônio (Seridó).



Novembro 2024.

- A construção do chafariz público em Seridó, em resposta a demanda por abastecimento na época, pois não havia infraestrutura no lugar com capacidade de canalização (1962);
- A construção do mercado público em São Vicente do Seridó, sendo um principal objeto da ampliação dos fluxos comerciais e do incentivo de ocupação do recém sítio urbano estabelecido, sendo na época uma área distrito de Seridó (1963);
- A construção do cemitério público em São Vicente do Seridó, que atuou como um impulso de materialização de outros objetos, principalmente nas áreas arredores (1964), (Figura 6).

Figura 6. Cemitério Municipal no Período da Década de 1970.



Fonte: https://www.instagram.com/p/BveXV_VnP0c/?igsh=NGI2Z3k2YW00ZHI2. Acesso em: 31 nov. 2024.

- A perfuração do poço/chafariz nas proximidades do distrito de São Vicente do Seridó, sendo assim, um meio de encaminhamento de centralização das atividades do local (1965);
- Estabelecimento de construções de grupos escolares “nas áreas rurais” de São Vicente, como o Antônio Lourenço da Silva no sítio Fortuna (1965) e o Presidente Juscelino, no Alagamar dos Paulinos (1969);
- A aquisição das terras para a construção da barragem dos *Sidrônios*. (1969)
- A construção da primeira maternidade hospitalar Manoel Berto, sendo uma demanda no período em razão do aumento populacional que vinha ocorrendo na cidade (1972);
- Revitalização dos tanques de pedra e do barreiro (1967);
- Construção do Colégio municipal Cícero dos Anjos (1967);
- Projeção do primeiro matadouro público na área central da cidade, (1968); além da elaboração e efetivação do campo de futebol Manoel Patrício de Gouveia no mesmo ano;

- Elaboração da lavanderia pública e revitalização ambiental da lagoa, que se encontrava em processo de degradação, com o avanço de construções no centro da cidade (1973);
- Construção da primeira cadeia pública em São Vicente do Seridó (1975);

Por continuidade, após essa primeira fase de organização das mudanças socioespaciais na área de município, temos uma certa alteração ou uma dita “*ruptura*”, quando se recorre nas análises das memórias presentes nos trabalhos da história local, parte dos entrevistados retratam esse período do como uma quebra do domínio de quase duas décadas dos primeiros atores da administração do município, a partir da presença da administração de Severino Cordeiro Martins no pedido de 1977-1982

Nas tessituras de Candau (2011), afirma que dependendo dos marcos ou eventos históricos de um local faz com que a memória possa permanecer presente na coletividade da população ou em um determinado grupo, mesmo que no presente essa memória não seja tão forte.

Na análise socioespacial, praticamente se deu o processo de reprodução da região reprodutora (Corrêa, 2000), praticamente há alguns incrementos na organização política e administrativa territorial; no entanto, essas práticas trazem certas inovações, mas ainda assim, não havendo grandes mudanças de efetivar de fato uma organização semelhante aos núcleos que tinham um crescimento territorial do perímetro urbano no contexto do avanço comercial.

Nesse andamento, ainda pode-se destacar o fato das permanências das oligarquias locais, ou seja, havendo apenas mudanças dos autores, mas o sentido do domínio socioespacial prevalece dos agentes oligárquicos.

- A construção da sede da prefeitura Severino Cordeiro Martins (1977), em razão da própria transferência do centro de administração territorial de Seridó para São Vicente.
- Implementação de posto telefônico (Telpa) em São Vicente do Seridó no final da década de 1970, uma demanda que emergia diante da necessidade de comunicação e troca de informações.

- A construção do Colégio padre Estanislau Afonso, sendo atualmente o colégio Cicero dos Anjos (1982), cujo ocupa parte dos objetos da área ou praça central da cidade.
- A realização da pavimentação de várias ruas, especialmente a rua Nova Brasília, ou seja, por se tratar de uma das principais ruas principais do centro urbano que se formava, tinha-se a própria necessidade de modernizar o centro da cidade.
- Ampliação/aquisição de eletrificação rural e urbana do município no período.)

Nesta fase de organização, centra-se mais nos principais objetos/fixos que foram implementadas durante o período desta dita “*renovação dos agentes políticos*”. No entanto, não podemos esquecer que dentre essas ações foram essenciais para se pensar o processo de centralização da área central da atual sede administrativa do município; não podemos deixar de mencionar que os demais agentes estavam neste cenário, pois ainda se restava atividades do âmbito rural e da própria organização da produção do agave e das práticas sitiantes e comerciais (Alcântara, 2008)

Em prosseguimento dessa posição do encandeamento do avanço progressivo do desenvolvimento do município, quando se transita para o período da década de 1990, podemos praticamente enfatizar que até o período de transição para os anos 2000 a dinâmico ainda se centra no agenciamento das oligarquias locais entre Cordeiros, Gouveias e demais grupos familiares. Entretanto, na medida da análise enfatizamos o processo de mudança da ordem de reprodução da realidade socioespacial local e o *adentramento* de outros agentes, principalmente em razão do esfacelamento da produção da monocultura da fibra do agave.

Por esse sentido, diante desses acontecimentos de transformações *socioespaciais* na realidade local através dos principais agentes, no final da década de 1980 até o decorrer do final do decênio de 1990, essa manutenção das relações entre os grupos oligárquicos locais.

Nesse sentido, durante a atuação de um dos atores dos Gouveias, Damião Zelo (1989-1992- 1997-2000- 2001-2004), exerceu durante praticamente quatro mandatos ações que favoreceram alterações e modificações na área central da cidade, além de incentivar os processos de substituição das rugosidades do antigo povoado e outras materializações.

De acordo com Santos (2006), o lugar marcado pela presença de objetos ou fixos de períodos de menor desenvolvimento técnico, dificultam em parte o processo de transformação do espaço. Assim havendo a necessária mobilização dos agentes de produção na implementação dos novos fixos e fluxos.

Embora, esse apontamento pode ser de modo célere ou com processos mais lentos ou gradativos, ou seja, a depender da realidade socioespacial ou das demandas que são postos no local, pois não há uma homogeneidade padrão.

- A construção da Escola Damião Zelo de Gouveia (1991), (Figuras 7 e 8), sendo uma obra que serviu de atuação como forma de maior dinamizar a transferência de estudantes para a cidade. Na mesma localidade à aquisição de casas populares da rua Martinho Pedro de Alcântara (1991), sendo uma extensão da construção da escola Damião Zelo, pois na medida que há o estabelecimento de tal núcleo educacional se começa a ocupação por populares da zona rural e outros trabalhadores informais.

Figuras 7 e 8. A Escola Damião Zelo de Gouveia e as Casas de Conjunto na Atualidade.



Novembro de 2024.

- A aquisição de casas populares na rua Modesto José (1992), pois era uma área da cidade cujo estava na proximidade com o centro, mas ainda com caráter extremamente rústico ou rural, sendo assim, precisando incorporar elementos da cidade.
- A extensão espacial do cemitério Frei Pascoal Becker (1992), pois na medida que aumentava o número de habitantes em específico na área central de São Vicente, começa se criar essa demanda em tal espaço.
- A construção da praça Frei Damião na rua Modesto José (1991); e posteriormente à realização da reforma da praça central e construção do monumento São Vicente Ferrer e de Seridó (1997-2000). Atualmente se encontre bastante modificada e com perca de maior parte das formas do período, embora na área distrital há uma maior conservação dos aspectos formais.

Além de haver essa construção de um conteúdo de certa *lugaridade* do teor religioso no lugar, isso em razão das práticas e símbolos postos, que vão com o passar do tempo criando ou fomentando uma identificação e associação do sentido com os símbolos materializados (Rosendhal & Corrêa, 1999).

- A construção através da intermediação do agente público do Governo do Estado do Ginásio Poliesportivo Danizio de Souza Gouveia (1998), estando na área central da cidade, exercendo as mais variadas funções no transcorrer das quase três décadas, principalmente na promoção de eventos no município (Figura 9).

Figura 9. Ginásio Esportivo na Área Central do Perímetro Urbano de São Vicente do Seridó.



Novembro de 2024.

- A pavimentação de várias ruas no período dos mandatos, em específico nas áreas mais centrais, pois havia a necessidade de destaque para a modernização da área core da cidade, como forma de trazer esse teor de uma São Vicente “*mais urbana*”, pois na medida que a cidade entrava na nova rede urbana que se configurava, de acordo com as demandas postas no cenário socioespacial do período, temos não apenas o processo de irradiação de alteração da malha de deslocamento do estadual e regional (Aranha, 1991).
- A ampliação da eletrificação rural e urbana, pois quando se compara com as ações dos agentes anteriores ainda era um aspecto restrito na parte central malha urbana e nos sítios rurais mais próximo; logo, neste período, temos a tendência de ampliar o conteúdo da área central ou/e das demandas externas emergentes para as demais locais que integram a configuração territorial do espaço como o todo.

Nessa perspectiva, não podemos de destacar algumas das ações que foram exercidas por um dos atores participantes deste intercâmbio dos agentes oligárquicos dos Cordeiro e Gouveias. Após o primeiro mandato de Damião Zelo, temos destaque das realizações administrativas de Juaci Cordeiro de Souza (1993-1996). Esse que exerceu papel na modificação das estradas de fluxos da cidade, em parte ampliou a logística de acessibilidade do local, sem deixar de destacar o movimento de expansão

da malha urbana e da migração ou modificação do modo de vida rural, logo temos por principais ações de modificação da cidade e da própria disposição dos objetos e fluxos no município.

- A Abertura da Avenida Senador Ruí Carneiro, da PB 177. (1994); essa obra foi de extrema importância, pois se trata da principal rua de acesso para a cidade, principalmente por se tratar dos fluxos de mercadorias que são trazidas para o município, em que amplia a dinâmica socioeconômica local (Figura 10).

Figura 10. A Avenida Senador Rui Carneiro na Atualidade.



Dezembro de 2024.

A outra funcionalidade desta obra foi em estabelecer com mais coesão à interconexão com outras locais da cidade e tanto os demais com proximidade no município, sem contar das demais induções de outras agentes, pois se começa crescer o número de casas e estabelecimentos.

- A construção de 25 casas populares na Avenida Senador Rui Carneiro (atualmente ao lado da Câmara de vereadores). No mesmo período da abertura da avenida, logo sendo mais uma extensão das práticas espaciais de ampliação do crescimento da malha urbana (Figuras 11, 12 e 13)

Figuras 11, 12 & 13. Primeiro Conjunto de Casas e Novas Construções na Extensão da Avenida Rui Carneiro.



Dezembro de 2024.

- A pavimentação de calçamento de várias ruas de Seridó, pois ainda se tinha uma estrutura praticamente centrada em estradas de terra na maior parte do perímetro urbano que integra o distrito, sendo um meio também de incentivo da valorização da terra ou mesmo de crescimento. Além da construção de outras obras que trouxeram em parte beneficiamento no campo da saúde pública do distrito.

Nessa conjuntura, após esse cenário de apresentação das mobilizações dos agentes políticos e demais formas de práticas espaciais dos agentes emergentes e outras que permaneciam de períodos anteriores, podemos ainda situar basicamente o alicerce das tendências de crescimento de São Vicente do Seridó nas últimas duas décadas.

Ao trazer essa análise das tendências, temos suas dinâmicas marcadas mediante: o monopólio político da oligarquia dos Bertos em consonância com a associação do papel de políticas externas (Estaduais e Federais), os novos fluxos migratórios, as organizações de outros setores comerciais na cidade, o processo de maior valorização da terra urbana, à mudança da funcionalidade da área central e recentemente o adentramento de agentes multinacionais, além da convergência de práticas espaciais de períodos anteriores.

Por continuidade, adentrando o período de 2005 até atualidade, temos um papel de destaque quando se fala dos agentes da oligarquia política, pois como demarcado os Bertos na representação de *Francisco Alves da Silva: Chico Berto*, no período de 2005-2008 e 2009-2012. Sem deixar de pontuar a continuidade da influência de tal grupo ao renovar e articular o domínio por mais 16 anos no município, seja por mais dois mandatos na representação de Maria Graciete do Nascimento Dantas (2012-2016-2017-2020), e posteriormente até atualidade com Erivam dos Anjos Leonardo (2021-2024 & 2025-).

Contudo, lembrando que essa mobilização da análise dos agentes políticos do município, não se faz sem deixar de destacar nessas ações, práticas e articulações os demais agentes emergentes nos entrelaces dos eventos na trama histórico contextual e da sua expressidade concreta/material – espacial.

- Extensão de redes de eletrificação rural e urbana no município no período do mandato, principalmente nas áreas de menor proximidade com o centro.
- Efetuação da pavimentação de várias ruas no período do seu mandato, como o caso da rua do colégio do Segundo Grau (atual Damião Zelo de Gouveia); essa mesma lógica de foco nas áreas mais distintas da cidade.
- Extensão da construção de casas populares na rua José Cordeiro Neto, além da complementação da realização do conjunto Aquários (situado no percurso mais à frente da Câmara Municipal). A justificativa desse empreendimento na

época por parte da gestão, foi uma forma de garantir o sentido de expansão da malha urbana da cidade, pois mesmo havendo a abertura da avenida era preciso direcionar ocupações para esse local (Figuras 14, 15, 16 e 17).

Figuras 14, 15, 16 e 17. Casas do Conjunto Aquários na Avenida S. Rui Carneiro nas Proximidades da Entrada da Cidade.



Novembro de 2024.

- A construção parcial da Creche Pacciny Miller (2010), atuando como meio de atração para expansão de construções de casas, além da própria construção de estabelecimentos PSF's na zona rural do Alto do Umbuzeiro construção do PSF da localidade de Santa Maria, no período de 2011.
- Na área central da cidade (nas proximidades da prefeitura), o estabelecimento de um PSF José Marcos Luís de Sousa (2011), sendo um meio de tamponar resquícios da antiga São Vicente nos moldes rurais, pois neste local há a existência do conjunto de formações geológicas de tanques naturais, que por tempos foram meios de abastecimento local (Figuras 18, 19, 20 e 21).

Figuras 18, 19, 20 e 21 UBS José Marcos Luís de Sousa e Demais Construções na Praça Central.



Dezembro de 2024.

No prosseguimento, por principais práticas ou/e transformações *socioespaciais* efetuadas pelos agentes políticos e demais atores/grupos no período de 2012-2016 e 2016-2020; desdobram-se nas seguintes materializações:

- A construção da UBS Antônia Vicente de Alcântara na cidade de São Vicente do Seridó.
- A construção do PSF José Marcos Luiz de Sousa em São Vicente do Seridó.
- Ampliação e conclusão da UBS na localidade do Alto do Umbuzeiro.
- Na interconexão com o Governo da Paraíba para a construção da Barragem de cacimbinha.
- A construção da Escola Maria Alzira Xavier em São Vicente do Seridó, sendo construída em uma área segregada da cidade, juntamente com a realização da nova Escola do Estado de Tempo Integral Cicero dos Anjos, na sede administrativa do município (Figuras 22 e 23).

Figuras 22 e 33. Escolas Alzira Xavier e ECIT Cicero dos Anjos nas Proximidades da Entrada da Cidade.





Dezembro de 2024.

A partir do término da construção de tais edificações em tal zona da cidade, temos o avanço da guinada frente ao processo de valorização daquela área, no entanto, ainda sendo um espaço de baixa valorização do solo do perímetro urbano, quando se compara com as demais áreas de maior proximidade com o centro.

- A conclusão da Creche Pacinny Miller em São Vicente do Seridó, localizada na rua prefeito Inácio Claudino (uma das principais ruas da área central), sendo uma obra que atuou na substitui o antigo campo da cidade, e deu margem para o aumento ocupacional por populares ao construírem mais edifícios.
- A realização do desenvolvimento do projeto de modo parcial do Estádio o Gonzagão, nas proximidades da entrada da cidade São Vicente.
- Aquisição de máquinas pesadas como uma Patrol, uma Retroescavadeira, uma pá carregadeira, uma caçamba, carro pipa, ônibus escolares, ambulâncias, entre outros.
- A realização de etapas de pavimentação em paralelepípedos nas várias ruas da cidade, dando prosseguimento nas ações de valorização dos espaços sem “os elementos” da área central.

As principais práticas e transformações socioespaciais dos agentes políticos e outros grupos sociais, no período que sucede os movimentos das ações anteriores (2021-2024):

- A Efetuação de diversas reformas em escolas na zona rural e urbana, sendo uma demanda pertinente em decorrência das políticas de integralização da educação, além da notável população que ocupa a zona rural do município, sem contar com o processo de construção de escolas em várias comunidades rurais.
- A pavimentação asfáltica de diversas ruas da cidade de São Vicente do Seridó, em parceria do Governo do Estado da Paraíba, gerando um movimento de valorização, expansão e construção de obras no perímetro que houve o asfaltamento, fora o aceleramento das substituições das antigas formas da cidade.
- A Renovação da iluminação pública na cidade de São Vicente do Seridó, pois muitas das ruas ou áreas que foram expandindo, encontravam-se sem iluminação. Além da tentativa de divisão e demarcação do arruamento adequado. Essa mobilização por parte dos agentes públicos, em princípio se deve devido crescimento avulso para novas áreas por parte de agentes internos da cidade ou das demais áreas circunvizinhas.
- A Realização de pavimentação de toda área central do perímetro urbano do município e São Vicente do Seridó; que ao mesmo tempo releva um maior aumento da valorização do m² na área central e da substituição das antigas formas do centro.
- A Intensificação do serviço de recuperação de várias estradas vicinais da zona rural; em muitas das comunidades rurais do município no período chuvoso impossibilitam o deslocamento dos moradores para a cidade.
- A perfuração de poços artesanais em várias localidades da zona rural, pois ainda não há um processo de adensamento das obras de canalização de água potável em todo o território do município.

- A conclusão das obras do estádio de futebol o Gonzagão em São Vicente do Seridó, em que ao mesmo tempo faz promover um gradativo processo de construção de casas nessa proximidade (**Figuras 24, 25, 26 e 27**).

Figuras 24, 25, 26 e 27. Construção e Expansões de Casas nas Proximidades do Campo Público “O Gonzagão”.



Fonte: Arquivo Pessoal do Autor, 2024.

Através da efetuação implementação da obra da gestão municipal, em tal período, abre-se para uma nova dinâmica essa de construção de casas que já vinha

ocorrendo de modo mais lento, ganhasse uma proporção maior no lugar, cujo faz surgir uma outra tendência que é do gradativo encaminhamento da valorização da área, sem deixar de contar o gradativo crescimento de construções nos arredores

- Aquisição de ambulâncias e ônibus escolares através da mediação do Governo Federal, uma demanda crescente em razão do aumento da população e mesmo de públicos de outros municípios; principalmente com a ampliação do número de alunos graduandos no ensino superior por volta do ano de 2010, logo havendo a necessidade de organização da logística de deslocamento pendular para o polo de Campina Grande, pois é onde se situa os principais polos universitários, tecnológicos ou de formação técnica.

Deste modo, em meio aos diferentes cenários analisados das ações, adoções, modificações e reproduções por parte dos agentes políticos e demais atores que integram o territorial municipal, nota-se uma série de alterações quando ao lugar nas suas forma-conteúdos e nas próprias modificações no lugar, no entanto, mantendo toda uma manutenção quanto aos poderes e domínios territoriais das antigas oligarquias locais, mesmo que o cenário contemporâneo traga outros agentes e diferentes práticas espaciais.

3.3 A atual São Vicente do Seridó: Novos Agentes, territorialidades, relação campo e cidade e tendências de crescimento

Empreender uma análise da atual conjuntura ou configuração socioespacial de uma determinada localidade/cidade, independente do critério da sua definição por dimensão: pequena, média ou grande; empenha à realização de uma atividade de articulação com os processos de transformação da realidade em seu dado contexto histórico e territorial. Do contrário fomenta para situações de abstração, sem ligação com o social, cujo facilmente podem ser contrapostas quando se adentrar no chão dos acontecimentos reais que estão nos lugares.

Na circunstância da análise do município paraibano de São Vicente do Seridó, ou mesmo da cidade pequena e dos seus agentes de produção territorial, é de fundamental importância à efetuação de um processo de apreensão sem

desvinculação dos processos anteriores, dos novos mecanismos de produção do espaço, das heranças e permanências e seus impasses e contrastes. Assim, observase que diante da realização do entendimento da transformação do território do município, da região produtora e da própria cidade uma série de transformações são destacadas.

Embora, no decorrer das análises não se pretende efetuar ou pouco menos trazer uma seriação desses acontecimentos, isto é, da realização da simplificação dos destaques e posições dos agentes atuais e das suas agências (no sentido de atividades, papéis e materializações).

Na verdade, hoje se tem uma maior diversidade na organização da realidade municipal, não descartamos os agentes políticos que tiveram papéis fundamentais no processo de desenvolvimento da mancha urbana e dos espaços ou áreas de direcionamentos. A partir das demandas da rede urbana apresentadas e postas desde o período da década de 1990, cria-se outros horizontes e entradas de funcionalidades nos diferentes lugares (cidades) da Paraíba, principalmente nos polos de influência socioeconômica histórica que influem nos demais locais.

O modo de reprodução socioespacial das cidades pequenas incorpora essas demandas, pois como bem salientou fresca (2010), o marco da globalização e das reconfigurações das redes urbanas, trazem novos contrastes nesses espaços tão generalizados nas pesquisas urbanas, seja ao se pensar as atividades que penetram nos locais, os seus novos ritmos, suas demandas e todas às consequências que são postas.

Nesse sentido, o entendimento dos atuais agentes, das tendências de expansão e das contradições territoriais em São Vicente do Seridó, parte desse esforço, mas sem se desprender de questões que são de pertinência ainda nos estudos urbanos e geográficos nas análises das cidades, principalmente no contexto regional brasileiro, isto é, da diferenciação espacial e da inserção em meio ao processo de globalização nas diversas realidades socioespaciais (Santos & Silveira, 2008).

Assim sendo, remetendo para a importância de manter ativo os questionamentos acerca dos processos de reprodução da realidade socioespacial.

Em que faz remeter mos seguintes pontos, desde: da relação campo-cidade/ruralurbano, do papel da cidade em relação ao contexto intermunicipal e regional, das mudanças *intraurbanas* na centralidade da cidade pequena, das funções e papéis dos novos agentes e práticas espaciais, da inserção das empresas transnacionais na realidade local, das tendências de expansão urbana da cidade e das formas de articulação dos agentes no processo de avanço do espaço da malha territorial da cidade.

Esses pontos entre outros deliberados na medida do desenvolvimento das análises posteriores são de importância crucial, pois não trazem apenas o entendimento das transformações concretas ou funcionais do lugar, porém, tanto dos agentes, das ações, das atividades/demandas e do quadro de contradições que são postas no processo de reprodução da realidade socioespacial. Ora, como já mostrava Corrêa (1989), não há como entender o processo de produção do espaço, sem trazer para o campo da análise e os seus agentes, do mesmo modo essa inquietação deve presidir as etapas dos estudos urbanos na Geografia.

Além de tudo, essa delimitação dos pontos de reflexão para o empreendimento analítico do presente, evidencia o ponto fulcral ao traçar percursos metodológicos nas pesquisas que se voltam para o quadro de produção do espaço nas realidades espaciais das cidades pequenas no contexto do Nordeste brasileiro da pertinente relação de apreensão da produção socioespacial através da interconexão do campocidade e do contexto da inserção na produção regional. De acordo Alentejano (2003), a relação campo-cidade na realidade territorial do Brasil, ainda carece de aprofundamentos, pois a complexidade das formas de complementariedade destas duas dimensões, mostram diferentes contrastes espaciais nas mais escalas de análise do espaço.

Esse compromisso, encontra-se postulado em análises ou indicações de questões nos estudos urbanos no período da década 1980-1990. Direção essa indicada por Santos (2013), em suas investigações sobre as limitações das pesquisas locais na dita Geografia Urbana, tendo em vista, que os problemas dos centros locais estão nas análises parciais, sem ponderar os níveis das organizações internas e dos quadros das organizações internas.

Essas organizações ou redução da escala nesses centros locais, mostra esses contrastes entre o campo e a cidade; ainda mais na realidade do Nordeste, pois Maia (2010), mostra que o rural e o urbano nas pequenas cidades nordestinas apresentam conteúdos aos quais não estão necessariamente bem delimitados nas pesquisas urbanas na Geografia brasileira. Isso em razão da forte presença de um intercâmbio ou interação que se interpelam de tal forma que são o ponto de impulso do fomento da configuração da dinâmica de reprodução realidades locais.

Desse modo, não se pode pensar nos mesmos padrões dos agentes ou dinâmicas produtivas dos tempos da região produtiva, isto é, do apogeu da produção do mercado do algodão, mas outras atividades são postas, principalmente após o final da década de 1990, cujo movimento de aproximação e transformação do campo com relação à cidade se intensificam, principalmente por haver outras demandas postas nas antigas áreas rurais ou mesmo ações de desestruturações dos antigos modos.

Por conseguinte, dificilmente o rural foi suprimido nas realidades locais do Brasil, logo pouco seria pensável de imaginar esse mesmo cenário nas cidades pequenas da Paraíba (perpassadas por um dinamismo capaz de trazer e estabelecer uma desvinculação do ambiente rural), ou seja, mesmo com o avanço de outros fluxos, demandas e dinamismos, percebe-se que o campo está extremamente vinculado com o processo de reprodução da realidade socioespacial destes espaços.

3.3.1 A relação campo-cidade na configuração socioespacial de uma cidade pequena na Paraíba

O entendimento da relação campo-cidade nos últimos três decênios, incorporou uma série de reavaliações em suas pesquisas, e principalmente nos diversos campos das ciências humanas, não mais se parte da consideração amparada nos modelos ou manuais dos estudos do rural e o urbano anteriores ao processo de urbanização brasileira e do processo de reestruturação da rede urbana no final da década de 1990 (Santos, 1993)

Do mesmo modo, quando tratamos da ênfase na realidade local do município de São Vicente do Seridó-PB, essa discussão ou revisão é necessária. Uma vez posta em questão essa investigação ou problematização, não apenas implica na realização

do feito de uma análise estreitamente local, mas também da ótica regional e de como são organizados esses centros locais que integram a unidade de estadual paraibana.

Ora, a releitura da dialética do relacionamento campo-cidade traz consigo uma interpelação quanto aos próprios agentes espaciais e das disposições das organizações das forma-conteúdos (Sposito, 2006); e ainda mais quando se trata da análise em espaços locais. Nestes tendo por disposição particular a marcante presença dos elementos rurais na dinâmica de funcionamento da cidade.

Essa característica, não apenas está em destaque nos espaços das cidades pequenas paraibanas, mas mesmo nos centros de influência urbana regional (Campina Grande, João Pessoa, Patos etc.). Na verdade, como destaca Endlich (2006), a pertinência de elementos “*típicos do campo*” é uma realidade que perpassa os mais variados centros urbanos da rede urbana brasileira.

Na mesma direção Santos (2006), fala que mesmo nas grandes metrópoles, quando se pretende entender os processos internos e externos destes núcleos, não se pode fazer, sem uma análise que empreenda à relação com o campo. Embora, para se apreender essa dinâmica requer a atenção para os novos enlaces da atual complexidade socioespacial.

Na escala dos estudos locais, efetuado na Paraíba, um exemplo curioso é até mesmo de minuciosa análise é o feito por Maia (2000), trazendo a capital João Pessoa nessa discussão, em que analisa através da dimensão intraurbana, da principalmente no foco de método utilizando a cotidianidade para mostrar o quanto na capital há a presença propriamente do campo, isso nos mais diversos *enclaves e espacialidades*.

Por esse sentido, ao partir da disposição da materialidade da cidade de São Vicente do Seridó, temos esses movimentos permeado pela aparência de não haver essa ligação isso numa primeira vista, mas a partir do momento que se volta para o acompanhar das relações cotidianas, adentra-se na essência de reprodução da realidade socioespacial, a partir da análise da sua forma, função, processo e estrutura (Santos, 2012).

Nesse viés, para essa compreensão estabelecemos algumas questões que enfatizam essa releitura da relação campo-cidade no município em análise. Isso em específico no sentido de trazer o foco de interligação da interface dos objetos, dos conteúdos e dos agentes que integram o dinamismo da reprodução da realidade local.

Por este ponto, temos por destaque os seguintes pontos que trazem esse movimento de apreensão deste dinamismo na realidade local:

- Na área central da cidade é pertinente a predominância da presença do conteúdo urbano ou rural? Diante das transformações ocorridas após o período da década de 1990 há o deslocamento do conteúdo do campesino?
- De que maneira é expressa a relação campo-cidade na área do perímetro urbano do município?
- Há possível de estabelecer uma delimitação entre as dimensões do campo e da cidade no município, ou seja, de uma espécie de *zona periurbana*?
- No contexto das novas relações e interações entre campo e cidade, como são expressas às dimensões das *ruralidades* e *urbanidades* na dinâmica de reprodução da realidade local?

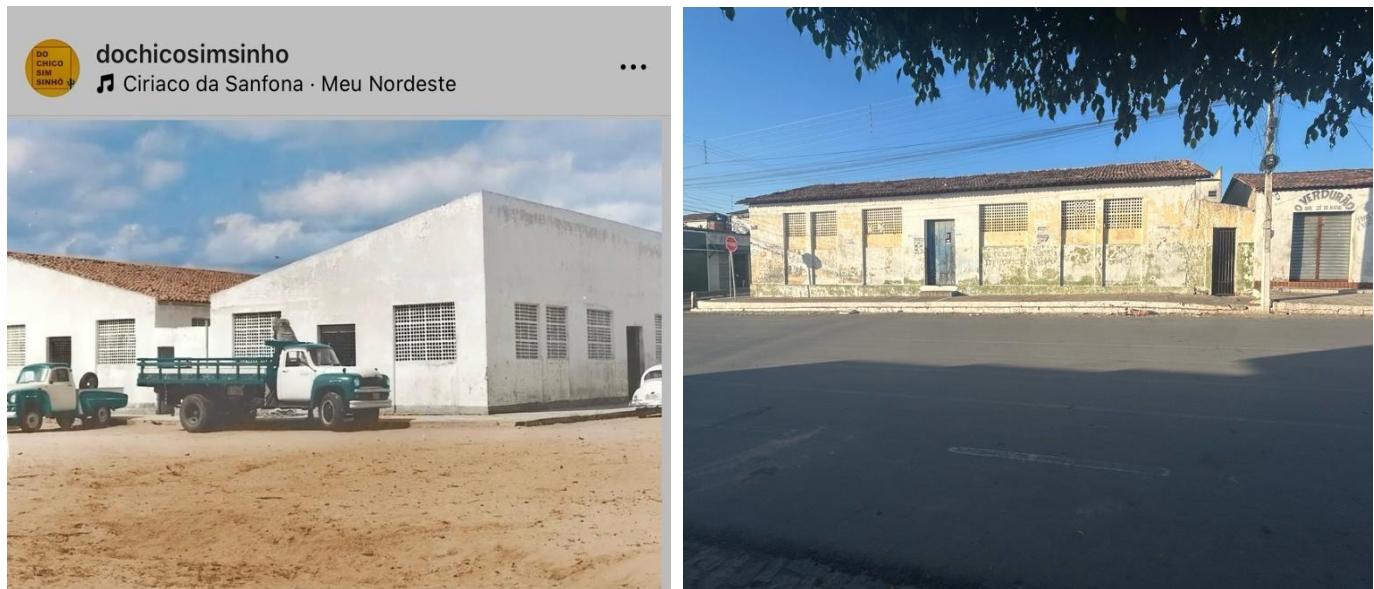
Nessa conjuntura, quando partimos da análise do *lócus* da cidade, no sentido de uma vez que entendida, conforme Beaujeu-Garnier (1997, p.11), como espaço de ocorrência da presença “concentração de homens, de necessidades, de possibilidades de toda a espécie [...], com uma capacidade de organização e transmissão, é ao mesmo tempo sujeito e objeto”. Na configuração territorial e nas zonas de expansão da mancha do perímetro urbano do município, temos por ênfase um meio impregnado e perpassado por objetos, atividades e tensões, que se remetem ao típico movimento daqueles espaços campesinos, isso trazendo por revisão essa dimensão do campo-cidade e do rural-urbano.

Dando o encaminhamento por análise de cada uma das questões indicadas acima, prosseguimos realizando uma discussão trazendo os destaque mais pontuais para o entendimento do lugar (cidade) no cenário atual socioespacial. Na falta de fontes (concretas) no período das décadas de formação e emancipação do município, partimos de uma revisão do uso da memória e da análise das forma-conteúdos no campo e cidade na realidade local.

Na análise do conteúdo da área central da cidade, pode-se de imediato não associar com um lugar de plena disposição de características de um espaço rural, como era pertinente no período de emancipação da cidade, que se começava modelar o espaço da área central. Esse ponto de discussão, pode ser exemplificado quando

se verifica em um plano comparativo a mudança de forma-contéudo do mercado público e das demais construções que integram os arredores da construção, isso num cenário de contraste e os períodos da década de 1970 e na atualidade (Figuras 28 & 29).

Figuras 28 e 29. Comparativo do Mercado Público no Período de 1960-2024.



Fonte:

[Uma vez analisada essa dualidade temporal e material expressa nos elementos das duas paisagens acima em seus contextos, podemos notar que na primeira praticamente o local estava em uma dinâmica típica do campo, sem grandes modificações no lugar, quando se orienta na segunda imagem, nota-se um distanciamento, mesmo que havendo à conservação das antigas formas da cidade, mas não tendo uma nítida presença do campo.](https://www.instagram.com/p/C4v22oUPIYe/?igsh=MXJpNmU2Z2w3bnl4Yw==.Acessos em: 31 nov.2024; novembro de 2024.</p>
</div>
<div data-bbox=)

Adentrando no estudo *in loco*, temos o processo de marcação maior dos elementos do campo na cidade, principalmente quando se vai entrando nas áreas arredores como na própria dinâmica de conteúdo, por exemplo, próximo do mercado se tem vários espaços na lagoa central que trazem essa ruralidade na cidade pequena com redutos de terrenos voltados para a plantação de capim, atividade de pesca inadequada e a criação irregular de animais (Figuras 30 e 31).

Figuras 30 e 31. Lagoa Central nas Proximidades do Mercado Público.



Novembro de 2024.

Associando-se a minuciosa pesquisa feita por Maia (2000), em João Pessoa, ao tratar das dinâmicas, traduções e costumes rurais que permanecem e resistem no espaço urbano da cidade, e que não se encontram em muitos momentos tão evidentes no acontecer imediato do cotidiano de reprodução da cidade.

Numa outra visão um pouco mais acima da rua do mercado, podemos situar na rua “*Pedro Xavier das Neves*” essa presença do campo “*não evidente*” no acontecer imediato do cotidiano (Figuras 32 e 33). Nesse sentido, nota-se o uso de terrenos sem um uso efetivo (em razão da tática de valorização do valor pelos proprietários), tendo seu uso como pastagem para caprinos ou mesmo equinos de moradores da rua, sem deixar de lado que na praça pública presente no mesmo espaço tem esse mesmo uso por parte de moradores que ainda exercem essa prática de tentativa de replicação do modo rural mesmo em ambiente urbano.

Figuras 32 e 33. Resquícios e Manutenção das Ruralidades na Rua Pedro Xavier das Neves.



Dezembro de 2024.

Na somativa para essa análise, ainda temos no relato obtido pelo morador Sr. Juventino de 92 anos, em que reside na rua prefeito Inácio Claudino (por trás da Pedro Xavier das Neves, fala da mudança da paisagem no local:

Aqui antes não era desse jeito com “muitas casas e todo esse asfalto”, tinha hoje onde era essa oficina na Pedro Xavier um curral de gado, falo isso de ser mais de 20 anos atrás, depois que foi crescendo o número de casas, e olhe que cheguei aqui em São Vicente muito bem antes, bem dizer acompanhei essas ruas tudo crescer, hoje a gente ver que tudo vem mudando rápido... Ainda a pessoa chega a ver bichos nas casas de gente que mora por aqui mesmo, e como você ver também nas próprias ruas ainda vemos animais soltos.

Um outro local que apresenta uma marcante presença das ruralidades nos objetos que integram o espaço do perímetro urbano da cidade pequena, é a área da antiga área da comunidade rural do Jericó, pois atualmente se insere a mancha territorial urbana, em decorrência das mudanças decorrentes de loteamentos e aberturas de vias. Além das demais construções que foram sendo empreendidas no local, não impedindo de pontuar elementos que remetem ao meio rural, seja com maior evidência ou por vias não tão diretas.

Na entrada da área que corresponde a antiga comunidade rural, temos de imediato a presença de um antigo casarão nos moldes rurais, além de alocar um curral

ao lado (como funcionamento de criatório ativo), mas estando cercado por várias casas estabelecimentos de serviços. Havendo também propriedades cercadas em arame e estarcas, sendo o comum uso produtivo para plantio (no inverno) e criatório, seja por parte dos donos antigos proprietários, ou pela via do arrendamento da terra realiza pelos herdeiros das terras (Figuras 35, 36, 37 e 38).

Figuras 34, 35, 36 e 37. Modificações das Ruralidades na Comunidade Jericó.





Fonte: Arquivo Pessoal, 2024

Não deixando de ressaltar que maior parte dos casos essas áreas estão passando por uma *refuncionalização*, isto é, aos poucos se tornam alvo de realização de especulação decorrente da valorização do solo, devido o gradativo incentivo ou requerimento da expansão de lotes para construções de casas ou outros equipamentos comuns ao modo urbano (Carlos, 2020). Os mais variados agentes locais e externos participam desse processo, em que vai suprimindo aqueles de menor participação ou poderia de transformação/resistência na cidade pequena, como é o caso de pequenos agricultores/criadores, comerciantes, feirantes e os demais socialmente excluídos (não possuem moradia ou com ocupação precária).

Outra localidade de destaque para essa dinâmica que vem sendo discutida acima, está na rua Martinho Pedro de Alcântara (no colégio Damião Zero), que se expõem não apenas as ruralidades, mas de tal modo que se aproxima bastante de uma espécie de encrave de resistência em meio ao pleno avanço de mudança de conteúdo e atividades na terra. No entanto, revelando práticas do campesinas e diferenças socioeconômicas de ocupação do local, pois desde o ato de asfaltamento, loteamento de grande parte das propriedades, abertura de ruas e recentemente a pavimentação.

Essas ações e suas materializações ampliam o aceleramento da modificação da paisagem e da funcionalidade do entorno, ou seja, promovendo alterações estruturais nos antigos objetos do lugar, e que em concomitâncias incentivam outras práticas/funcionalidades (Santos, 1988). E, mesmo nessa guinada, não impede da existência de certos enclaves e/ou resistências dos elementos comuns às atividades rurais que predominavam em décadas anteriores, como se encontra exposto nas figuras 39, 40, 41 e 42 a seguir:

Figuras 38, 39, 40 e 41. Permanências e Rupturas do Rural na rua do Colégio Damião Zelo de Gouveia.





Dezembro de 2024.

Desta forma, não há uma ideia de rural ou campo a parte da cidade de modo dissociado e com seus limites espaciais separáveis e impenetráveis, ou seja, na atualidade é desdobrada uma outra forma organização territorial, que se reproduz através de uma dinâmica de permanência-supressão-interdependência-resistência. Conforme indica Endlich (2006), partir de uma visão descontextualizada, sem analisar a historicidade dos fatos e seus processos, parece estático demais. Essa afirmação, rompe de maneira cirúrgica com o viés adotado pela simples distinção, pois ao partir da discontinuidade dicotômica, não é capaz de relevar a natureza da relação dialética do urbano-rural, como vem sendo demonstrado nas análises do caso de São Vicente do Seridó.

3.3.2 Novos agentes de produção dos espaços: demandas locais, intermunicipais e transnacionais

O entendimento das mudanças dos agentes de produção do espaço de um local, geralmente associado com os núcleos urbanos, partem da análise histórica e geográfica, pois seguem as demandas postas pelo contexto *socioprodutivo* da configuração territorial regional/nacional ou mesmo internacional. Essa discussão se

volta ao assunto da questão da centralidade, pois com o tempo na medida que se dão às sucessões dos eventos, temos transformações socioespaciais, essas que refletem no Centro da cidade, desde à sua centralização, descentralização ou recentralização (Santos, 2006,) & (Souza, 2020).

Na cidade pequena de São Vicente do Seridó, mostra-se com esse panorama, pois na medida que se deu o processo de modificação da rede urbana paraibana e do próprio centro urbano da cidade, que ao longo dos anos vêm se tornando ainda mais uma área comercial, e expressar à penetração de novas demandas verticais ao local, principalmente quando se volta para um comparativo ao núcleo urbano antes do período dos anos 2000 (Mapa 5).

Mapa 5. Distribuição dos Estabelecimentos Comerciais no Centro.



Fonte: Adaptado dos dados do IBGE 2022 & Google Earth.

Esse processo de modificação traz consigo reconfigurações territoriais (expansão da malha urbana), resistências (permanências de atividades do período da produção do agave ou tipicamente do campo, fora outros embates com territórios à margem) e reinterpretações (essas necessárias, pois novos agentes surgem no município com outras práticas espaciais e diferentes modos/estratégias de reprodução das suas ações).

E por meio da análise das dinâmicas campo e cidade, das mudanças na forma e conteúdo, objetos e atividades, fixos e fluxos e (des) territorialidades na cidade pequena de São Vicente do Seridó, em um panorama das últimos duas décadas para se entender o processo de reprodução da realidade socioespacial local e sua relação com os demais espaços. É de fundamental destacar como é atualmente as demandas socioespaciais que integram propriamente o sentido reprodutivo da configuração territorial e de como os agentes se articulam na constituição do lugar.

Nessa perspectiva, Santos (2013), já indicativa que ao se voltar para pesquisas nas escolas locais não há mais o foco propriamente como era dado no tempo das “*cidades dos notáveis*”, isto é, dos grupos imediatos reconhecidos na cotidianidade das relações sociais, seja o padre, o padeiro, o pedreiro, o comerciante etc. Nem mesmo aparentemente naqueles locais tidos como isolados há virtualidades que mantém o contato direto ou indireto com outros núcleos e agentes.

É nesse ponto que o conhecimento dos atuais agentes do município de São Vicente é de basilar importância; ora não estamos mais no nicho ou meio que todos sabiam a funcionalidade da divisão funcional do trabalho dos moradores. Essa dinâmica quando se centrava em um centro pouco dinamismo no domínio do seu território com pouca influência externa e com os seus agentes praticamente restritos ao lugar.

Atualmente são postas uma série de demandas, interesses e escalas que modificam o processo de reprodução da realidade local, ou seja, sendo mais um encontro de formas preexistentes com demandas latentes, uma ralação que vem se tornando intensa mesmo nos cenários dos pequenos núcleos urbanos (Santos, 2013).

Por esse sentido, quando se volta para esse entendimento do cotidiano do lugar, notamos essa mudança, pois não se tem mais apenas a razão local, mas outras

razões que vão se intercruzando e, criando todo um jogo de relações e contradições essas que perpassam o processo de reprodução da realidade socioespacial e territorial do município. Assim, partimos na direção da análise dos papéis dos atuais agentes na realidade municipal, e de como esses realizam suas práticas espaciais e das suas repercussões na territorialização no espaço municipal, de acordo com as demandas e interesses postos pelos diferentes agenciamentos (interesses) que estão dispostos nos espaços urbanos e rurais.

Nesse contexto, quando se voltamos para uma vista para um dos principais agentes que articularam o processo de construção do território municipal (agentes políticos), temos na atualidade certas mudanças nas suas ações, pois não necessariamente se volta mais ao mecanismo de reprodução da região produtora do período da produção da monocultura do algodão e agave (Moreira & Targino, 1997).

Essas alterações se somam com distintas modificações nas suas ações, que atendem interesses e conveniências particulares, demandadas pelos atores e grupos que o integram, ou daqueles que mantém uma proximidade com tal agência.

Ademais, mesmo que os antigos grupos oligárquicos continuem a se manter na intercalação do poder na realidade socioespacial, nas ações das últimas duas gestões e das demais atividades realizadas nas gestões anteriores, temos determinadas mudanças na organização do território. A princípio no panorama político da primeira década dos anos 2000, que não ocorria mais ações centradas apenas na agricultura da monocultura por excelência e dominância, como antes era fomentado.

As ações políticas estavam ligados com as políticas nacionais do período, com destaque para o PAC, que na época repercutiu com relativa dinâmica na região Nordeste do país, pois muitas das obras de infraestruturas deram aberturas para os centros antes estagnados (Patrício, 2014). Nesse sentido, no município as obras do PAC se deram por aquisição de maquinário, atuando na abertura de novas estradas ou nos incentivos de encaminhamentos de novas construções, logo temos uma gradativa atuação na alteração das formas da área central.

Os grupos políticos se voltam para atuar na modificação do espaço central como meio de trazer uma outra dinâmica ou mesmo que no aspecto visível. Assim, na

área correspondente ao sítio urbano, temos uma série de atuações de mudanças na paisagem e funcionalidade do lugar.

Na implementação de obras públicas, como o caso da construção de garagens, estabelecimentos comerciais, quiosques públicos, que foram utilizados (lanchonetes e bares, construção de UBS, escolas e o asfaltamento das áreas antes de pastagem. Assim, substituindo as amenidades naturais (o caso da formação de tanques, cacimbas e pastagens) por formas mais artificiais (Figuras 42, 43, 44 e 45).

Figuras 42, 43, 44 e 45. A Praça Central e Suas Modificações Funcionais e Estruturais.



Novembro de 2024.

Ao mesmo tempo promovendo um outro condicionante, que é o da valorização do valor da terra na área central através da ação dos agentes políticos, pois é de comum ação na realização do centro da cidade tais ações que proporcionam práticas ou transformações por parte de outros agentes (Carlos, 2020). Nessa direção, não apenas se restringindo propriamente na área central, mas havendo outras ações como construções de conjunto populares ou outros equipamentos públicos (escolas, postos, praças etc), em áreas que integram a margem de transição do perímetro urbano e o rural.

Por meio deste suporte, faz com que ocorra a mobilização dos mais variados agentes, seja *funcionários públicos ou privados, comerciantes e imobiliários locais, proprietários de terras e seus herdeiros, além da especulação de investimento externo (pequenos empresários ou mesmo grupos transnacionais)*

Tal mobilização dos distintos agentes na cidade pequena vai tendo toda uma maior complexidade, na medida que, se tem toda a base de justaposição dos múltiplos interesses e demandas, transformando o processo de reprodução e expansão da organização socioespacial, e tendo toda uma incorporação de feições distintas (objetos geográficos), essas diferenciadas pelas particularidades do poder de transformação do lugar que é exercido pelos agentes de produção do espaço (Santos, 1988).

Na relação estabelecida entre os funcionários públicos e privados, nota-se que na maior parte daqueles que tem emprego público ou residem em antigas ruas do perímetro urbano ou na maior parte dos casos se estabelecem nas proximidades das áreas de transição com o campo. E, dependendo da função/cargo público a diferenciação das construções das moradias é nítida, caso esse é na rua “Martinho Pedro de Alcântara” (por trás da prefeitura municipal em direção ao Colégio Damião Zelo de Gouveia), tendo a maior parte das casas, imóveis ou terrenos em pousio de valorização, sendo de posse do quadro dos professores do município (Figuras 46, 47 e 48).

Figuras 46, 47 e 48. Expansão de Construções por Parte de Funcionários Públicos na Rua Martinho Pedro de Alcântara.



Dezembro de 2024.

Uma outra análise na esteira de reforçar essa discussão, foi ao se centrar na extensão da avenida/rua Prefeito Inácio Claudino, no sentido de direção a “*comunidade rural pedra d’água das flores*” uma área do município que praticamente no período de aproximadamente de uma década anterior era voltada para cultivo da terra agricultura itinerária/sazonal, criatório e pela vaidade especulativa de valorização do local. Logo, trazendo para a realidade atual da dinâmica da cidade pequena essa área tem toda uma ocupação exercida em prol da expansão da malha urbana, tendo por relativo predomínio uma ocupação por funcionários públicos em geral, além da ação dos herdeiros fundiários que também atuam nessas construções ou no mais comum realizam empreendimentos de loteamentos contínuos (Figuras 49, 50, 51 e 52).

Figuras 49, 50, 51 e 52. Avanço do perímetro Urbano em Direção a Comunidade Rural “*Pedra d’Água das Flores*”.



Dezembro de 2024.

Nesta dinâmica, quando se centra para os agentes privados vão estabelecendo posições e domínios de influência nas áreas urbanas (antigos ou novos setores da malha urbana). Isso, conforme, os diferentes quadros de favorecimento de atividades que são incorporadas na realidade local; seja na via de influência da ação do poder público ou mesmo pelo impulso/direcionamento desenvolvido mediante o quadro de reestruturação e das diferentes áreas do município. O caso dos comerciantes locais, principalmente aqueles mais antigos que tendem a ampliar o domínio de influência com estabelecimentos no centro.

Nessa somativa ainda se tem o papel das ações dos proprietários imobiliários, esses agentes tem sua atuação ou formação através das ações dos herdeiros fundiários que passam a se desvincular das tradições das atividades típicas do cultivo da terra, partindo para a atuação no campo da repartição de lotes e a mudança do sentido e atribuição de valor da terra, uma vez integrada de forma mais nítida na mancha urbana da cidade, fomenta-se o valor de troca (Corrêa, 1989).

Na esteira dessa reflexão outro grupo se agrega na dinâmica destes agentes, é o fato do papel moradores que residem em outras localidades cidades/estados que adquirem/investem em terrenos ou bens imobiliários na expectativa de uma forma de retorno de rentabilidade na via de especulação no médio/longo prazo.

Nesse direcionamento, estes promovem não apenas a valoração do metro quadrado nas áreas que antes eram todas voltadas para atividades do campo, porém, também passam a exercer o poder de domínio de imóveis no centro da cidade, ou seja, compram e os deixam por tempos sem função ativa/efetiva para ampliar à sua valorização nos diferentes segmentos que acompanhando o ritmo de mudança da funcionalidade da área central (Figuras 53, 54, 55 e 56).

Figuras 53, 54, 55 e 56. Valorização de Antigos Imóveis Comerciais e Residências no Centro da Cidade.





Dezembro de 2024.

Além do mais, uma outra atividade por parte dos agentes do comércio local, principalmente no setor alimentício e vestuário, é da tendência de expandir seus investimentos para os espaços de transição (franja urbana). A partir da criação de áreas de lazer que são alugadas para eventos ou mesmo construção de chácaras particulares, sendo utilizadas para passar o final de semana (Figuras 57 e 58).

Figuras 57 e 58. Construção de Áreas de Lazer pelos Comerciantes Locais nas Zonas *Periurbanas* da Cidade



Novembro de 2024.

Essas construções ou espaços de amenidades artificiais que se incorporam nas zonas de transição do perímetro urbano ou em certos casos no próprio espaço rural; e isso marcando o processo gradativo de expansão da mancha urbana, além de reforçar uma outra perspectiva da relação campo-cidade que se desenvolve no município. Na análise teórica empreendida por Marques (2003 b), verifica que na atualidade o campo não apenas intensifica sua interdependência com a cidade, entretanto, incorporar funções e formas que são tipicamente integrantes do espaço urbano.

Por outro lado, em meio a essa série de atividades, relações e articulações dos mais variados agentes nos diferentes espaços da cidade, temos o *adentramento* de outros agentes privados provenientes de localidades municípios limítrofes. Esses com atividades temporários (como o caso dos feirantes) e outros permanentes que investem no setor comercial e de prestação de serviços.

O conjunto destes fixos se distribuem em: padarias, farmácias (em elevado crescimento), espaços de estética, lojas de óculos ou serviços oftalmológicos, clínicas particulares e lojas de roupas, de serviços de suporte técnico de celulares e de oficinas (Figuras 59, 60, 61 e 62). Os objetos novos se arraigam no centro da cidade ou mesmo

nas áreas que gradativamente passam a fazer parte do perímetro urbano, reforçando a intercalação das demandas e interesses dos diferentes agentes.

Figuras 59, 60, 61 e 62. Ampliação dos Estabelecimentos Comerciais na Área Central da Cidade.



Novembro de 2024.

Nesse mesmo cenário, uma outra organização é introduzida na dinâmica do lugar, em tal intensidade que trouxe modificações no espaço municipal, ou seja, o fato

do papel das empresas transnacionais chinesas, em específico do setor das energias renováveis (éolica e solar), que nos últimos dois anos passam a adentrar na realidade local dos municípios que integram a região do Seridó Paraibano, e proporcionando mudanças significativas no campo e na cidade.

De acordo com Santos (2006), a razão local é suplantada diante do poder de influência das grandes empresas multinacionais, em decorrência da finalidade de captação de recursos e aumento da lucratividade.

No mesmo compasso que os agentes econômicos transnacionais se instalaram nas realidades municipais, cria-se também uma série de transformações quanto ao sentido da reprodução da realidade socioespacial, principalmente na afirmação das novas territorialidades (Santos, 2008). A princípio em São Vicente do Seridó, observase com maior frequência ou notoriedade a atuação destes novos agentes nos últimos dois anos, em maior projeção em 2024, pois é quando se inicia a maior concentração da presença chinesa no território municipal, com o movimento de *despossessão* das áreas rurais com capacidade de geração de energia éolica.

Essa *despossessão* decorre através das vias normativas por contratos de arrendamento das propriedades rurais, porém, Traldi (2019), em sua tese de doutorado, mostra o quanto essa articulação por tais agentes é um modo tácito ou mesmo não expresso de desterritorialização frente aos agentes locais de tais propriedades em benefício das demandas globais.

Na situação do município de São Vicente do Seridó, esse mecanismo afeta pequenos proprietários rurais ou mesmo acabam por despertar os interesses dos latifundiários (representados pelas antigas oligarquias rurais) que dispõem de grandes propriedades com capacidade de geração de energia éolica (a princípio é a principal demanda de instalação de energia sustentável, mas havendo projeções para parques solares ou unidades mistas).

No município a atuação e articulação do agenciamento transnacional na realidade territorial local, é dada pela *China Three Gorges Corporation* (CTG), cujo no Brasil dispõe da filial de nome CTG Brasil, atuando com intensidade na implantação de parques eólicos. Assim, dispondo na região do Seridó de uma atuação extensiva em vários dos municípios que integram o quadro regional, estando com maiores

avanços os parques de Santa Luzia e de maneira mais recente em Pedra Lavrada e Nova Palmeira, já em São Vicente do Seridó está ainda no início de implementação das bases das torres (Figuras 63, 64, 65 e 66).

Figuras 63, 64, 65 e 66. Instalação de Torres Eólicas nos Limites de Pedra Lavrada e Seridó.



Dezembro de 2024.

Ademais, não apenas o fato da ocupação de áreas do município e da desapropriação induzida entre outras questões são condicionadas através da ação de tais agentes transnacionais. Outras problemáticas são desdobradas nos espaços locais, pois a nova lógica que distorce o funcionamento anterior da realidade territorial do lugar (Santos, 2006).

Na área da cidade, nota-se essas alterações, principalmente no que toca ao rápido aumento dos valores de aluguéis, em decorrência da presença de mão de obra na cidade para atuar na construção dos parques, fora um certo dinamismo no comércio local, que mesmo antes da presença dos agentes transnacionais já tinha um certo crescimento, mas agora toma propulsão relativamente maior.

Ora, antes se havia um valor acessível para se alugar uma dada moradia ou estabelecimento, atualmente se eleva esse valor em quatro vezes ou mais. Isso gerando um monopólio temporário dos imóveis locais, deixando os moradores da cidade pequena, muitas vezes sem condições para alugar uma moradia, tendendo a recorrer para as áreas mais afastadas e precárias, ou mesmo realizar construções rápidas, sem um estrutura ideal.

Outro modo de maior afirmação da garantia da presença das empresas transnacionais está na articulação com o poder público da gestão municipal, isto é, através dos trâmites de negociação da tributação na garantia de manutenção de exploração e captação dos recursos do espaço. Essa ação praticamente não se volta para trazer reparos ou retornos para a realidade local que é alvo de tais agentes transnacionais, ou seja, muitas das empresas junto ao poder público estabelecem acordos que atendem por margem à população, sem benzeses efetivas para garantir do lugar a longo prazo, mesmo com a saída das empresas.

No contexto brasileiro, o posicionamento normativo das empresas multinacionais nas realidades locais parte por medidas de curto prazo, essas que trazem o ilusório sentido de benefício a realidade local, mas sem deixar claro o desdobramento do longo prazo (Santos, 2020). Cria-se uma esfera de apaziguamento/beneficiamento por tempo limitado na duração de permanência da empresa no território, uma vez os recursos utilizados ou desenvolvidas às atividades previstas pelas empresas, essas partem para outros centros de interesses, mantendo as distorções territoriais (Harvey, 1996).

No município essas ações paliativas por parte dos agentes transnacionais em articulação com o poder público, expressam-se através de “*projetos sociais*”, com diferentes públicos alvos, em específico com maior articulação no ambiente escolar e na assistência social. Na escola se tem o projeto “*futebol de rua*” e no serviço social o “*musicou*” fora formações de palestras de teatro, inovações tecnológicas e doações; o primeiro com o desenvolvimento de práticas de futebol para crianças da comunidade escolar e o segundo aulas de canto e instrumentos para a comunidade como o todo (Figuras 67, 68, 69 e 70).

Figuras 66, 67, 68 e 70. Projetos Educacionais e Sociais da CTG Brasil na Comunidade Escolar da Damião Zelo de Gouveia.



Novembro de 2024.

Aparentemente se tem uma noção positiva com esses projetos, mas são ações paliativas, que se mantém até o fim da implantação das torres eólicas no município. Além de tudo, prossegue com ações de palestras com foco na dimensão do discurso da “*sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável*” e da deseja assídua por representantes das empresas pelos benéficos de tais fontes de energéticas, enfatizando os riscos da sociedade se não houver essa transição energética.

A questão ambiental na atualidade é um pivô central na justificativa do papel das empresas transnacionais nos mais diversos lugares, sendo uma alternativa urgente (Oliveira,). Mas realidades ociais o discurso dos benefícios se lastras através destas ações, entretanto, não se tratando em momento alguma dos desdobramentos negativos ao longo prazo na realidade local e aos seus habitantes.

No município é vivenciado no cotidiano essa expectativa ou afirmação do benefício das empresas no território, pois na visão de muitos grupos (comerciantes, agricultores e trabalhadores) a presença das empresas é de extrema relevância, fora o próprio incentivo por parte dos agentes políticos. Assim, não apenas se tem uma ação isolado da CTG Brasil no município, no entanto, temos desdoblado no espaço de uma articulação que mobiliza e agrupa os drenais agentes que integram a realidade socioespacial municipal.

À luz de todo esse empreendimento descritivo e reflexivo, cujo foi realizado no presente tópico, expõe toda uma transformação dos complexos processos de produção do espaço do município, em específico na relação campo-cidade. Além disso, mostrando novos agentes, seus interesses e suas diferentes *territorialidades* nos variados setores, tendo em vista, os movimentos de concretização das suas ações que são expressos nas forma-contéudos que compõe a configuração territorial da cidade pequena.

3.4 Tendência de expansão “*do quadro urbano*” da cidade pequena: Dos contrastes e contradições nas forma-contéudos

Dando por continuidade à análise da atual configuração territorial da cidade pequena do município de São Vicente do Seridó, tendo em vista, os múltiplos processos que condicionam a reprodução da realidade socioespacial local através dos diferentes agentes de produção do lugar, com suas práticas, demandas e

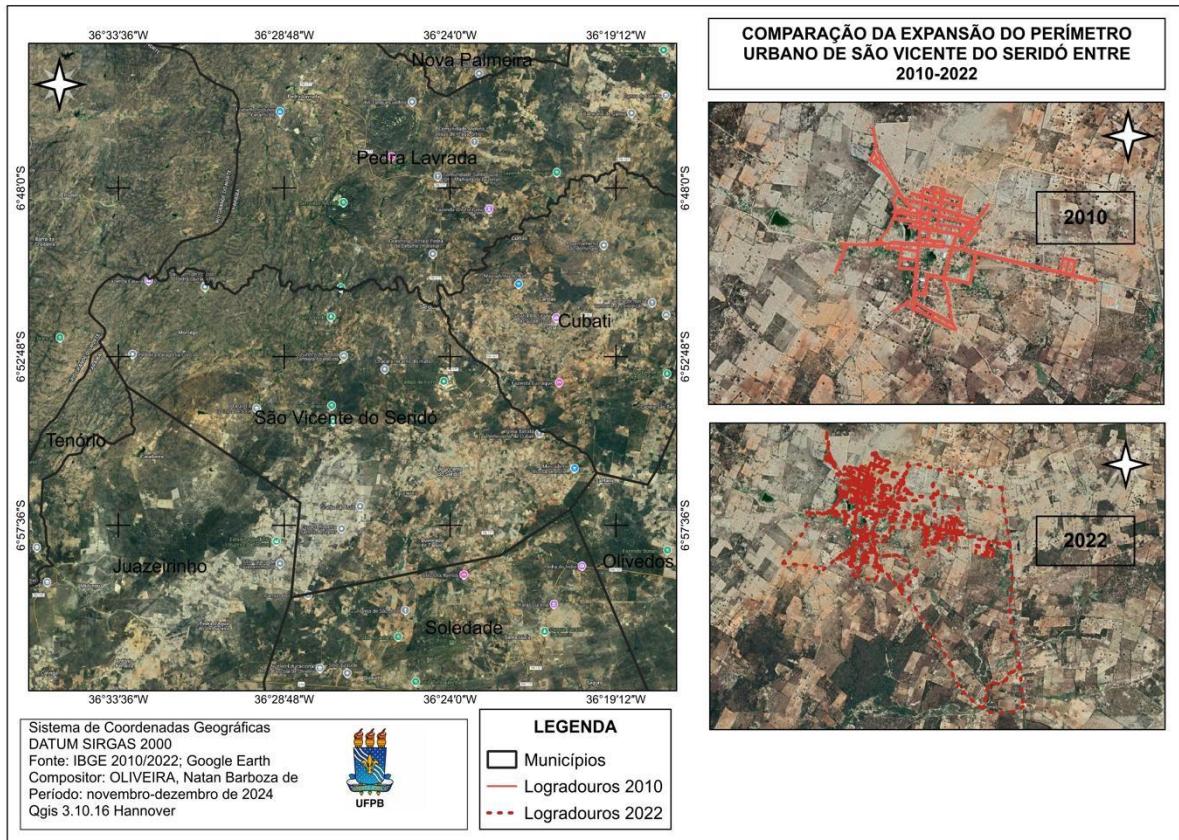
contradições. Nesse sentido, realizada tal etapa do tratamento investigativo e discursivo, partimos para outra etapa de compreensão da (*re*) produção da realidade socioespacial.

Etapa essa centrada na delimitação das áreas ou zonas de tendência de crescimento da malha urbana e de uma certa apreensão quanto ao movimento de materialização da espacialização dos agentes. Logo, não apenas reforçando a discussão sobre os agentes, mas trazendo os possíveis caminhos para outras questões de pesquisa.

A partir da realização produção da representação cartográfica (Mapa 6), temos uma exposição panorâmica de aproximadamente quinze anos (2010-2024) do movimento de crescimento da malha urbana da cidade pequena, cujo é capaz de mostrar diferentes perspectivas na análise espacial. É notável um avanço considerável quanto ao tamanho da área territorial da cidade, principalmente nos setores ou áreas que praticamente estavam inseridos na distribuição do censo de 2010 como parte integrante da zona rural.

De modo geral, temos que áreas antes que estavam em certa aparência consideradas como integradas no setor territorial rural do município, agora passa nos últimos quinze anos foram se aproximando do limite da zona da franja urbana da cidade ou mesmo se tornando parte integrante, ou seja, não houve uma estagnação, mas se mostrar que há diferentes formas ou sentidos de ações que são postas nas variadas zonas próximas da malha urbana.

Mapa 6. Comparativo do Crescimento do Perímetro Urbano do Município no Intervalo de 2010-2022.



Fonte: Adaptado da Base de Dados do IBGE 2010/2022 & Google Earth.

Essa expansão evidente na malha territorial da cidade, não decorre de uma certa naturalidade da “*cidade crescer em si*”, porém, dentro do quadro de análises e reflexões desenvolvidas, temos uma série de mecanismos ou processos que não se resumem ao cenário da realidade local da organização do espaço municipal – bem na nossa análise anterior quanto aos agentes novos no espaço da cidade pequena e mesmo na configuração territorial como o todo.

Essas mudanças dos agentes/atores, das demandas (internas ou externas), das relações campo-cidade e das induções ou movimentações de ocupação dos locais mais distantes da área central da cidade (franja urbana). E tais ocupações voltados para os *locais não-centrais* são condicionados na maior parte através dos próprios dinamismos internos, porém, dando abertura para outras ações e especulações quanto a tendência de valorização do solo, principalmente quando se tem o incentivo indireto ou direto de determinados grupos de agentes.

Ora, aquelas áreas ou zonas nas margens do perímetro urbano, cujo antes em pousio aparentemente com uma paisagem de cenário bucólico ou mesmo com atividades nítidas do campo, encontram-se nesse estado, em decorrência do tempo de acompanhamento das demandas de produção local e regional ou mesmo pelas próprias ações dos agentes, pois como mencionado em discussões anteriores muitos partem da postura de valorização.

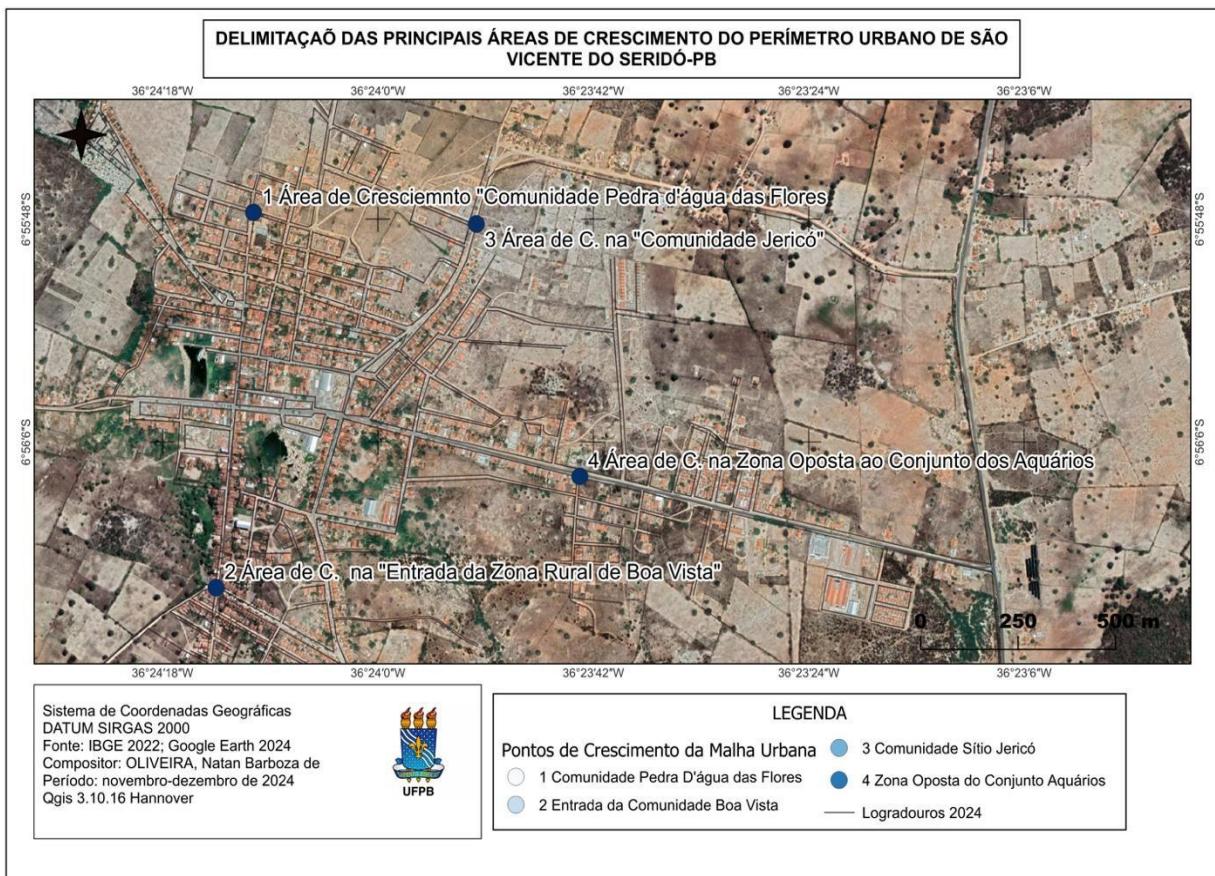
Por esse sentido, uma vez destacada essa mudança quanto ao crescimento da malha urbana e da consequente expansão para área antes perpassadas por atividades tipicamente rurais, partiremos neste momento na análise das principais zonas de crescimento da cidade, num esforço que conjuga não apenas a apresentação formal (objetos) ou das suas funções, porém, o método focaliza também no processo de reprodução da realidade e dos próprios elementos do espaço, em um sentido de trazer um acompanhamento centrado na análise da totalidade (Santos, 1985).

Assim sendo, poderíamos tentar uma visualização de todos os pontos de direção de crescimento da malha urbana da cidade pequena, no entanto, em decorrência da necessidade de um maior tempo para tal exercício, partimos pela via da elaboração cartográfica; cujo demarca quatro principais zonas ou áreas com proeminência de avanço do perímetro urbano.

Essa escolha não suprime ou deixa defasada a intenção de tal compreensão da tendência de crescimento, pois em tais zonas são observadas uma maior concentração da materialização de novos (a) objetos (fixos), atividades (fluxos) e das modificações das forma-contéudos que trazem outros sentidos, representações e valores para os lugares.

Logo, não se trata da elaboração de simulação quanto ao movimento de expansão, porém, por meio do associação da análise da imagem de satélite em paralelo com o estudo de campo (Mapa 7); se desenvolve as bases de compreensão dos movimentos de expansão territorial que vem ocorrendo em tais zonas do perímetro urbano da cidade pequena.

Mapa 7. Delimitação das Principais Zonas de Crescimento do Perímetro Urbano em São Vicente do Seridó.



Fonte: Adaptado da Base de Dados do IBGE 2022 & Google Earth 2024.

Na observação da exposição da representação cartográfica acima, partimos em direção ao ato de analisar cada uma das áreas espaciais de expansão da mancha urbana. Assim sendo, no primeiro ponto destaque “*Comunidade Rural Pedra d’Água das Flores*”, cujo tem particularmente sua definição como área de extensão da rua Prefeito Inácio Claudino. Isso pelo fato histórico de ser uma das primeiras ruas da cidade, e tendo atualmente o destaque na concentração de estabelecimentos e residências.

Além de tudo, por essa mancha ser uma das principais avenidas que cortam e orientam a área central da cidade, exerce também a abertura de novas ruas na área direção da antiga comunidade rural. Esse processo tem praticamente tem sua maior representação na paisagem e tanto na dinâmica local nos últimos dez anos.

Em decorrência de se tratar de uma área integrada por antigas posses proprietários fundiários e, na medida que a atividade campesina tradicional vem perdendo sua capacidade de autonomia e reprodução diante do avanço tecnológico e produtivo, cujo acelera o processo de incorporação dos modos da cidade ou mesmo da supressão das antigas práticas (Com os primeiros loteamentos se abre os caminhos para o deslocamento de construção de casas e estabelecimentos para outros tipos de serviços e atividades, com diferenças mediante as ações dos diferentes agentes no lugar (Figuras 71, 72, 73 e 74).

Figuras 71, 72, 73 e 74. Extensão da Malha Urbana na Comunidade Pedra D'Água das Flores.



Dezembro de 2024.

Na visualização da área ou local como o todo, podemos destacar nas imagens às práticas espaciais dos mais variados agentes, tendo em vista, a atuação desde: *funcionários públicos, trabalhadores privados, herdeiros fundiários, grupos religiosos e mesmo atores externos* que passam a exercer aquisições de lotes e de extensos terrenos na perspectiva de valorização ou de futuros investimentos.

Uma particularidade no crescimento da área do perímetro urbano, temos que se deu através do papel do domínio dos agentes religiosos, pois com a implementação de mais uma capela da igreja católica, cria-se a abertura para o processo de expansão. Ademais, uma vez às práticas espaciais direcionadas para determinadas áreas de um dado espaço se abre oportunidade para o desenvolvimento ou efetuação de outras *espacialidades* que vão dando base para a organização espacial (Corrêa, 2000).

No segundo ponto que se desdobra uma outra extensão territorial é na área de direção a entrada da comunidade rural do sítio Boa Vista, além do mais, segue como uma extensão da avenida prefeito Inácio Claudino, porém, com o desvio no sentido de tal comunidade rural. Quando se observa a dinâmica do local, temos que não necessariamente um padrão de casas estabelecidos e muito menos um domínio dos agentes públicos ou de comerciantes.

O avanço é efetuado através da maior parte dos agentes socialmente excluídos, que foram construídas suas casas nas intermediações, porém, com o aumento da demanda por terrenos, novamente temos o papel dos proprietários fundiários, esses que passam a lotear e ampliar o processo de venda de terrenos. Ora, como reforça Villaça (2001), que na criação ou surgimento de outras centralidades há necessidade de agentes, ações e demandas (voluntárias ou involuntárias).

No caso presente não se tratar do surgimento de uma outra centralidade, com isso, podemos trazer um nível de associação com a organização que vem se desenvolvendo na cidade pequena, pois com ação dos agentes sem grandes condições para uma aquisição nos terrenos mais centrais passam a ocupar áreas de menores valores, que no mesmo compasso promovem aberturas de práticas espaciais

por parte de outros agentes e demandas que não eram previstas antes para tal local (Figuras 75, 76, 77 e 78).

Figuras 75, 76, 77 e 78. Modificação da Antiga Estrada de Acesso à Comunidade Boa Vista em Prol do Avanço da Mancha Urbana.



Dezembro de 2024.

No complemento de tal discussão, uma outra característica semelhante a área anterior está no fato de haver o papel dos agentes religiosos, em específico das ordens protestantes, somando-se com uma prematuridade de ocupação comercial de alguns países estabelecimentos de prestação de serviços.

Essas atividades ganham espaço aos poucos na respectiva área, pois ainda não se tem uma coesão mais concreta de incorporação intensa como se reproduz no centro, pois ainda se na paisagem uma aspecto rural, mesmo com abertura de estradas, construções de casas, e mesmo incentivo da gestão municipal ao asfaltar ruas próximas ou delinear traçados das ruas, como meio de trazer uma nova valorização da localização (Figuras 79 e 80).

Figuras 79 e 80. Ruas ou Construções de Indução de Crescimento no Sentido da Comunidade Rural de Boa Vista.



Dezembro de 2024.

Na continuidade, quando partimos na verificação da dinâmica de crescimento da cidade, na terceira área ou zona de expansão, verifica-se uma ação não só dos proprietários fundiários ou dos funcionários públicos/comerciantes, como é marcante nas organizações espaciais das demais zonas analisadas.

Há toda uma influência de agentes privados que investem na construção de conjunto de casas e tanto da realização de aquisição de loteamentos, como meio de ação de garantia da valorização do *valor de troca* nos terrenos que praticamente tinham um uso até recentemente centrado no valor de uso – atividade campesinas que eram desenvolvidas ao longo dos períodos de inverno (Figuras 81 e 82).

Figuras 81 e 82. Expansão da Cidade na Comunidade do Sítio Jericó.



Dezembro de 2024.

Nos últimos tempos se tem uma participação dos agentes públicos, como o caso da gestão municipal ao estabelecer a construção de uma nova escola juntamente com maior planificação das estradas, que se soma com a recente aquisição de uma área por parte do Governo Estadual para realizar à construção da sede da CAGEPA. Conforme Santos (2013), essa participação dos agentes públicos ou políticos atuam no estabelecimento de extensores urbanos, isto é, de construções que vão induzindo o avanço de crescimento do espaço urbano (Figuras 83 e 84).

Figuras 83 e 84. Construção de Escola e Nova Sede da CAGEPA na Comunidade do “Sítio Jericó”.



Dezembro de 2024.

Por prosseguimento, quanto ao último ponto delimitado através da representação cartográfica, que atuou de base para a análise dos principais pontos de referência de expansão da malha urbana, temos sua difusão no lado direito do percurso expandindo na década de 1990, que corresponde a extensão da avenida Rui Carneiro, porém, tendo uma particularidade, pois o avanço da ocupação e materialização neste local, além de promover à ampliação do perímetro urbano, também proporcionou aberturas para novas vias de ligação, como a que vai de encontro ao logradouro do colégio municipal Damião Zelo de Gouveia ou mesmo a de direção ao conjunto urbano da comunidade Paraisópolis (na entrada da cidade).

Na rua “*Leonardo Garcia da Silva*” (eixo principal da área de extensão), já se tem um adensamento pontual de construções, mas em sua maioria se casas, essas com níveis de estruturas distintas, pois há a convergência de diferentes agentes neste espaço. A princípio, temos o avanço de ocupação da área se dar como nos demais locais analisados, tendo em vista, o loteamento realizado e dando abertura para o *adentramento* de outros agentes (Figuras 87, 88, 89 e 90).

Figuras 85, 86, 87 e 88. Crescimento Urbano na rua “*Leonardo Garcia da Silva* nas Proximidades da Avenida Senador Rui Carneiro.



Dezembro de 2024.

Na observação das imagens acima, podemos afirmar que no primeiro momento os agentes de ocupação desta áreas foram aqueles com menores condições de aquisição de terrenos nas áreas centrais, porém, com o tempo pequenos comerciantes começaram investir nestas áreas, principalmente ao adquirir terrenos para estabelecimentos; fora isso é mais recente também a participação de funcionários públicos, que vem construindo casas, somando-se com ações de aquisição para valorização, como muitos comerciantes realizam com terrenos ou casas em fase de construções, deixadas para valoração de valor.

Os agentes públicos, não atuaram com participação direta, porém, recentemente efetuaram as delimitações do enquadramento das ruas para haver o processo de amplificação das instalações de serviços de energia elétrica (ENERGISA) e tanto de abastecimento de água (CAGEPA). Atualmente é notada uma maior valorização dos terrenos na área, pois na medida que há o adensamento dos fixos (construções), cria-se a abertura outros fluxos, esses que não são oriundos por vezes unicamente da área interna, como também de outras áreas externas ao lugar (Santos, 1988).

Desta forma, numa vista panorâmica das principais zonas ou áreas de extensão territorial do perímetro urbano do município, é de notável presença uma série de atividades e práticas socioespaciais que são desenvolvidas nestes locais, tendo em vista, o movimento de crescimento com certa aproximação na sua origem, principalmente ao se tratar de áreas que integram antigas propriedades de donos terras locais ou pela ação dos herdeiros na repartição e loteamento, cujo dependendo das proximidades com certas ruas ou avenidas ou mesmo influências externas, temos ritmos adensamento distintos nos quatro locais.

Além do mais, também é de extrema relevância que esses movimentos de crescimento e incorporação das áreas de franja urbana para o perímetro urbano de fato da cidade, mostram outros focos de análises, resistências e contradições, por exemplo, da permanência ainda de elementos típicos do campo, pois muitas das ruas que vão surgindo no ordenamento da casas não seguem um padrão de ritmo uniforme, tendo áreas que se mantém ainda com funções da sua realidade anterior ou mesmo novas ações como de especulação de terrenos ou vendas de imóveis.

Em resumo, o empreendimento da análise das tendências de expansão da mancha urbana, não percorre por um caminho de estabelecimento fechado e delimitado que essas quatro áreas são o foco de crescimento da cidade. O espaço é dinâmico e seus agentes também, e pode haver outros fatores e demandas postas na realidade socioespacial do município, podendo acelerar, desacelerar ou mesmo ampliar para outras áreas esse movimento de expansão do perímetro urbano.

Logo, não estamos prevendo o futuro da expansão do lugar, pois como bem deixou claro Milton Santos (1988), o ato de entrever o futuro da transformação de um dado lugar (cidade), não se faz com total precisão, pois o real está em totalização, isto

é, aberto a possibilidades distintas essas que modificam forma, conteúdo e estruturada do todo em sua totalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na trilha de fechamento ou na verdade de sistematização das considerações que podem e precisam ser mencionados quanto ao sentido de construções e desenvolvimento da respectiva pesquisa que se materializa nesta dissertação, temos antes de tudo um trabalho com esforço hercúleo (como se pode notar em toda sua estruturação) de trazer *releituras*, reinterpretações e *ressignificações* para o desenvolvimento dos estudos urbanos no campo da ciência geográfica, além da própria noção de desenvolvimento de pesquisas na realidade urbano-regional do estado da Paraíba .

Ora, mesmo havendo diversos estudos ou pesquisas acerca identidade espacial e da rede urbana da Paraíba e na própria unidade regional do Nordeste, podemos observar que nem sempre ou dificilmente trazem os enfoques de acompanhamento do desenvolvimento histórico-territorial dos lugares (aqui neste caso cidades); e quando se trata das cidades pequenas ou destes “*centros locais*”, ainda se torna mais rarefeito os estudos com enfoque no acompanhamento de uma natureza dialética dos acontecimentos, eventos, processos e configurações *socioespaciais*.

Em uma via de análise que não se reduz unicamente em um dado critério isolado, pois mesmo havendo os riscos no desenvolvimento de tal periodização no caso do objeto de estudo em questão; houve o esforço de um acompanhamento dos processos em seu contexto regional e local, não se tratando unicamente de uma história local ou de uma vista dos acontecimentos pela ótica descritiva serial. Assim, diante do empreendimento realizado no trabalho, temos para essa compreensão o estabelecimento do diálogo entre os campos da Geografia e da História, num esforço de uma leitura complementar, sem trazer uma valorização excessiva da historicidade, mas situando historicamente os processos territoriais.

Por outro lado, no decorrer da pesquisa, podemos também trazer uma releitura quando a importância da delimitação da revisão ao entendimento da dinâmica do campo e a cidade; pois aparentemente ainda se tem uma visão restrita ou de pouco aprofundamento acerca destas questões, pois quando se menciona rural e urbano ou campo e cidade, parece que se trata de uma condição ainda vista na ótica bifurcada,

caso esse que não evidenciado quando trazemos para a ótica da realidade do município, mesmo que o foco do trabalho não fosse especificamente essa relação, porém, tratar da constituição ou formação do município e dos agentes espaciais de produção, não há como não tratar desta relação.

Nos últimos dois anos se tem ainda mais maiores transformações quando essa relação campo-cidade, pois com a entrada de empresas transnacionais nas áreas ditas “*predominantes rurais*” para a implementação de torres eólicas ou mesmo parques solares (a primeira em um crescimento acelerado); amplia o deslocamento para cidade por parte de muitos moradores, além de elevar os custos de aluguéis locais (chegada de mão de obra) e a própria dinâmicas dos serviços locais, ou seja, cenários e práticas espaciais vão se modificando com mais celeridade, mostrando perspectivas e reconfigurações distintas das anteriores.

Ainda no encaminhamento das contribuições da pesquisa, podemos mencionar que a temática da análise ou apreensão dos agentes de produção do espaço na ótica das cidades pequenas, expõem todo um cenário de amplas complexidades, pois dependendo dos períodos de análise delimitados, teremos por implicância diferentes: organizações/configurações territoriais, fixos e fluxos, práticas e modos, técnicas e atividades e relações internas e externas; que refletem na própria estruturação da realidade socioespacial, como bem foi empregado ao longo dos períodos analisados no decorrer do desenvolvimento da dissertação.

Por mais destaque quanto ao papel da pesquisa, podemos enfatizar o sua importância no próprio planejamento urbano da cidade, pois quando se pretende trazer ou destacar (sem desprezar as dinâmicas de ocupação/materialização) das práticas espaciais nas principais zonas ou áreas de tendência de expansão do perímetro urbano; oportuniza não apenas entender as direções de crescimento da cidade, mas também os distintos modos que essa tendência vem dando concretizado nas *relações socioespaciais* do cotidiano no lugar.

No sentido de não trazer uma visão de crítica superficial ou apelativa quanto ao atual cenário da configuração espacial, e de como o crescimento vem se dando no contexto presente. No entanto, mostramos que nas últimas duas décadas, temos na cidade pequena um alargamento considerável da mancha urbana, cujo se atrela com uma série de fatores não apenas locais, mas que estão relacionados com demandas

ou especulações externas, principalmente através de investimentos por parte de agentes comerciantes ou de grupos certos “*promotores imobiliários*” que tendem não atuar na perspectiva de aquisição de terrenos das áreas centrais ou mais rugosas (antigas formas) da cidade, como meio de valorização dos espaços, e isso eleva a descentralização para as áreas de transição (franja urbana).

Nessa direção, cabe aos agentes públicos (gestão municipal) se atentar com relação aos rumos ou formas que vem se dando esse crescimento no município, além de entender a própria dinâmica dos agentes, mesmo que em certas situações tenda a favorecer determinados grupos. Assim sendo, uma outra contribuição que se mostra no trabalho está na sua importância para o entendimento da história local, mesmo não fazendo uso do método ou das bases epistemológicas de tal tendência historiográfica, temos o exercício de um diálogo que traz essa conexão com a escala de análise da cidade pequena, porém, deixamos claro que não se tem pretensão de trazer ***uma história oficial para o município.***

E, por não se pretender nenhuma perspectiva de história oficial ou mesmo de uma análise socioespacial fechada, que faz o esforço do acompanhamento dialético, mas no final se posiciona como um resultado por acabado; trazemos outras possibilidades de pesquisas no cenário ou na escala da realidade do município paraibano São Vicente do Seridó.

Isto na via de reforço da compreensão: das questões socioambientais que são desdobradas no decorrer dos períodos; o aprofundamento acerca da mudança de funcionalidade do centro e da consequente valorização do solo urbano; da movimentação dos agentes religiosos e suas influências nestas novas áreas da cidade; da expansão dos elementos, dinâmicas e heranças das Ruralidades no cotidiano urbano; do detalhamento quanto a participação dos novos agentes de produção na centralidade da cidade, principalmente na aquisição de imóveis e terrenos; da reestruturação do campo com a intervenção das empresas transnacionais, que coloca novos desafios com relação ao futuro do modo de campesino; das relações intermunicipais nas atividades socioeconômicas.

Um caso curioso é o da manutenção das feiras livres e das atividades de investimento comercial na cidade; das paralelas *territorialidades* (religiosas, criminais, culturais etc.) desenvolvidas em ruas ou locais das comunidades do município, em

são mesmo naquelas áreas materializadas pelos grupos socialmente excluídos; dos estudos quando as tentativas de implementação de monumentos ao longo da história formativo; do mapeamento de áreas de ocupação irregular e de risco etc.

Por síntese, com a pesquisa como todo, podemos deixar em evidência a necessidade de expansão acerca dos estudos urbanos na escala das cidades pequenas, não apenas no sentido de analisar por meio de dados espaciais o todo da organização do espaço, porém, partir também do entendimento histórico-territorial de formação destes lugares. Na medida que se tem uma redução de escala (intraurbano), e se passa a articular com o macro urbano, podemos direcionar para análises que não se desviam do acompanhamento dialético da realidade, e tampouco é reduzido ao ***localismo ou generalizações macroesclares***.

Deste modo, quando se trata da formação da cidade ou do próprio município de São Vicente do Seridó, na Paraíba; deixamos por encaminhamento uma abertura de se promover estudos urbanos regionais ou de revisões das pesquisas locais quanto aos critérios e métodos que são postos nestas realidades locais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCÂNTARA, Marcos Sales de. **MEMÓRIA DOS VIVENTES. A HISTÓRIA DAS TRÊS FASES DO SISAL EM SÃO VICENTE DO SERIDÓ-PB (1950-1990).**

Monografia. Universidade Estadual do Vale do Acaraú-UVA. Campina Grande, 2008.

ABREU, Capistrano de. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil.** Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

ALMEIDA. Elpídio de. **História de Campina Grande.** 2.ed. João Pessoa. Editora Universitária\UFPB, 1978.

ALMEIDA. Horácio de. **História da Paraíba.** João Pessoa. Editora Universitária\UFPB, 1978.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Terra e Homem do Nordeste.** 4. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A Formação territorial e econômica do Brasil.** Recife: FJN, Editora Massangana, 2003.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A Questão do Território no Brasil.** 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 2004.

ARANHA, Gervásio Batista. **Campina Grande no espaço econômico regional:** estradas de Ferro, tropeiros e empório comercial algodoeiro (1907-1957). Dissertação de Mestrado em Sociologia Rural, UFPB, mimeo, 1991.

AB' SABER, Aziz. **Os Domínios de Natureza no Brasil – Potencialidades Paisagísticas.** 2. ed. Ateliê Editorial: 2003.

ALENTEJANO, P. R. R. As relações campo-cidade no Brasil do século XXI. **Terra Livre.** São Paulo, ano 18, v. 2, n.21, p.25-39, jul/dez. 2003.

BORGES, José Elias. Índios paraibanos – classificação preliminar. In: MELO, José Octávio de Arruda; RODRIGUES, Gonzaga (Org.) **Paraíba**: conquista, patrimônio e povo. – Por uma seleção de autores. 2. ed. João Pessoa: GRAFSET, 1993. p. 21-42.

BUENO, Eduardo. Brasil: uma história: cinco séculos de um país em construção. 2. ed. São Paulo: Leya, 2020.

BEAUJEU-GARNIER, J. **Geografia Urbana**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**. [Trad. Arlene Caetano] 4. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1983.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A CIDADE**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2020.

CANDAU, Jöel. **MEMÓRIA E IDENTIDADE**. São Paulo: Contexto, 2011.

CARLOS, Ana Fani Alessandri, Marcelo Lopes de Souza, Maria Encarnação Beltrão Sopito (Org). **A Produção do espaço urbano**: agentes e Processos, escalas e desafios. 1.ed. São Paulo: Contexto, 2012

CORRÊA, Roberto Lobato. AS PEQUENAS CIDADES NA CONFLUÊNCIA DO URBANO E DO RURAL. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, Nº 30, p. 05 - 12, 2011.

CORRÊA, R. L. Globalização e reestruturação da rede urbana: uma nota sobre as pequenas cidades. **Território**. Rio de Janeiro: LAGET/UFRJ, ano 4, n.6, jan. jun., 1999, p. 43-54.

CORRÊA, Roberto Lobato. **ESTUDOS SOBRE A REDE URBANA**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo, Ática, 1989.

CORRÊA, Roberto Lobato. **SOBRE AGENTES SOCIAIS, ESCALA E PRODUÇÃO**

DO ESPAÇO: TEXTO PARA DISCUSSÃO. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri, SOUZA, Marcelo Lopes de Souza & SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org). A Produção do espaço urbano: agentes e Processos, escalas e desafios. 1.ed. São Paulo: Contexto, 2012.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e Organização Espacial.** 7. ed. São Paulo: Editora Ática, Série Princípios, 2003.

CARLOS, A. F. A. **Espaço e Indústria.** 7. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção do conhecimento:** metodologia científica no caminho de Habermas. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

DANTAS, Leiliam Cruz. **Complexo agroindustrial de sisal:** Da integração à desestruturação integrada, o caso brascordia na microrregião do Curimataú paraibano. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Economia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1994.

ENDLICH, A. M. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades no noroeste do Paraná.** Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2006 (Tese de doutorado em Geografia).

ENDLICH, A. M. **Perspectivas sobre o urbano e o rural.** In: SPOSITO, M. (Org.) 2006. Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo, Expressão Popular, 11-31.

FRESCA, Tânia Maria. CENTROS LOCAIS E PEQUENAS CIDADES: diferenças necessárias. **Mercator – Revista de Geografia da UFC**, vol. 9, n. 20, septiembre/diciembre, 2010, pp. 75-81.

FRESCA, Tânia Maria. Em Defesa do Estudo das Cidades Pequenas no Ensino de Geografia. **Geografia**, Londrina, v. 10, n. 1, p. 27-34, jan./jun. 2001

FURTADO, Celso. **O longo amanhecer: reflexões** sobre a formação do Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, Evaldo. **Momentos campinenses e outros momentos.** Joao Pessoa: A União, 1977.

GOUBERT, Pierre. **História Local.** Trad. Marta M. Lago. Revista Arrabaldes, nº 1, maio/agosto, 1988.

GONÇALVES, José Hélio Cordeiro. **Patrícios e Cordeiros:** A construção de um capital político no município de São Vicente do Seridó-PB (1961-1982). Campina Grande, 2014.

GOULART, Jose Alípio. **Tropas e Tropeiros Na Formação do Brasil.** Rio de Janeiro: Conquista, 1961. Vol.4.

GUEDES, P. H. Q. **A colonização do Sertão da Paraíba: agentes produtores do espaço e contatos interétnicos:** 1650-1730. 2006. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Faculdade de Geografia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

HARVEY, D. 1996. Condição pós-moderna. São Paulo, Edições Loyola.

JOFFILY, I. **Notas sobre a Parahyba.** Brasília: Thesaurus, 1977.

HERCKMANS, E. **Descrição geral da capitania da Paraíba.** João Pessoa: A União, 1982.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução urbana.** Belo Horizonte: Editora da UFGM, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **MARXISMO: UMA BREVE INTRODUÇÃO.** 1º. ed. Porto Alegre/RS: L&M, 2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIMA, Marcos Galdino. **O governo das almas:** a expansão colonial no país dos Tapuias – 1651-1798. Tese de Doutorado em História. Leiden, Holanda: Leiden University, 2004.

LOPES, Fátima Martins. **Índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte.** Mossoró: Fundação Vingt-in Rosado, IHGRN, 2003 (coleção Mossoroense. Série C; V. 1379).

MAIA, Doralice Sátyro. CIDADES MÉDIAS E PEQUENAS DO NORDESTE: CONFERÊNCIA DE ABERTUR. In: HENRIQUE, W.; LOPES, D. F. (Org). **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudo de caso.** 1. ed. Salvador: SEI, 2010.

MOREIRA, Emília; TARGINO; Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba.** João Pessoa: Universitária, 1997.

MOREIRA, Ruy. **O que é Geografia.** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

MARQUES, M. I.M. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**, SP, Ano 18, nº 19, p. 95-112, jul./dez. 2003a.

MARQUES, T. S. Dinâmicas territoriais e as relações urbano-rurais. **Revista da Faculdade de Letras –Geografia**, 1 Serie, Vol. XIX, Porto, p. 507-521, 2003b

MAANEN, John, Van. Reclaiming qualitative methods for organizational research: a preface. **Science Quarterly**, v. 24, n. 4, dez, 1979, p. 520-526.

MORAES, A. C. R. MEIO AMBIENTE E CIÊNCIAS HUMANAS. 4. ed. São Paulo: Annablume, 2005.

MORAES, A. C. R. O sertão: um “outro” geográfico. In: **Cadernos de Literatura Brasileira. “Euclides da Cunha”**. Rio de Janeiro: Instituto Moreira Salles, 2002.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. Velhas famílias do Seridó. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1981.

MARIZ, Celso. **Apanhados históricos da Paraíba.** 3. ed. facsimilar. João Pessoa: CEC/SEC/ A União, (Col. “Biblioteca Paraibana”, vol. VIII), 1994.

MAIA, Doralice Sátyro. **Tempos lentos na cidade:** permanências e transformações dos costumes rurais na cidade de João Pessoa-PB. 2000. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. Acesso em 20 dez. 2024.

MAIA, Doralice Sátyro. Desvendando o campo na cidade: Notas metodológicas. **GeoTextos**, vol. 6, n. 2, dez. 2010.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx.** 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NEVES, José Luís. PESQUISA QUALITATIVA – CARACTERÍSTICAS, USOS E POSSIBILIDADES. **CADERNO DE PESQUISAS EM ADMINISTRAÇÃO.** São Paulo. V.1, n. 3, 1996.

LEPSCH, Igo Fernando. **19 lições de pedologia [Prefácio].** 19 lições de pedologia. São Paulo: Oficina de Textos, 2021. Acesso em: 01 jan. 2025

OLANDA, Elson Rodrigues. As pequenas cidades e o vislumbrar do urbano pouco conhecido pela geografia. **Ateliê Geográfico**, Goiânia-GO v. 2, n. 4 , agos/2008, p.183-191.

PESSOA, Petrucio Ladjanio. Tropeiros ou roceiros? Estudo de uma comunidade rural em São Vicente do Serido – PB (1923-1933). Campina Grande: S/e, 2009.

PINTO, Irineu Ferreira. **Datas e notas para a História da Paraíba.** V. 01. João Pessoa: Editora Uni- versitária – UFPB, 1977.

POMPA, Cristina. **Religião como Tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil Colonial.** São Paulo: EDUSC, 2003.

PUNTOMI, P. **A Guerra dos Bárbaros.** Povos indígenas e a colonização do sertão Nordeste do Brasil. 1650/1720. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

PESAVENTO, S. J. **Esta história que chamam micro**. In: GUAZZELLI, C. A. B.; et al. (Org.). Questões de teoria e metodologia da história. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000.

PATRÍCIO, Alberto Sidney Borges. **Um estudo sobre a implementação do programa de aceleramento do crescimento (PAC) no estado da Paraíba**. Monografia (Graduação em Tecnologia em Gestão Pública) – UFPB/CCSA. João Pessoa, Paraíba, 2014.

ROSS, J. L. S. (org.) **Geografia do Brasil**. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2009.

ROSENDHAL, Z. CORRÊA, R. (Org.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

REIS, José Carlos. **Escola dos Annales – a inovação em História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

RAMINELLI, Ronald. **Imagens da colonização**: a representação do índio de Caminha a Vieira. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1996

SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2013.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do Homem**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, M. **O trabalho do geógrafo no terceiro Mundo**. 5. ed. Edusp, 2013.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 1988.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2013.

SANTOS, M. As cidades locais no Terceiro mundo: o caso da América Latina.

In: _____. **Sociedade e espaço**: Petrópolis: Vozes, 1979. p. 69-75.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4.

ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SOUZA, N. R. L.; XAVIER, R. A. A importância dos? lajedos? na paisagem geomorfológica do Cariri Paraibano. In: Archimedes Perez Filho; Raul Reis Amorim. (Org.). Os desafios da Geografia Física na fronteira do conhecimento. 1ed.Campinas, São Paulo: UNICAMP, 2017, v. 1, p. 6561-6566.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. NOVAS REDES URBANAS: CIDADES MÉDIAS E PEQUENAS NO PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO. **GEOGRAFIA**, Rio Claro, v. 35, n. 1, p. 51-62, jan./abr. 2010

SPOSITO, Maria. B. E. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Contexto, 2020.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Cidades Médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana. In: ____ (Org). **Cidades Médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 233 – 255.

SPOSITO, M. **A questão cidade-campo:perspectivas a partir da cidade**. In: SPOSITO M. (Org.). Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo, Expressão Popular, 2006, p. 111-130.

SOARES, Maria Simone M.; MOURA FILHA, Maria Berthilde de B.L. Historiografia e Documentação: considerações sobre o sertão de Piranhas da capitania da Paraíba setecentista. In: **Seminário Ibero-americano Arquitetura e Documentação**, II, 2011, Belo Horizonte. Anais. Belo Horizonte: UFMG, 2011. CD-ROM.

SARMENTO, Chistiane Finizola. **Povoação, freguesia e vila na Paraíba colonial: Pombal de Sousa, 1697-1800**. 2007. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

SANTOS, Juvandi de Souza. **Ocupação Humana, Caatinga, Paleoambientes e Mudanças Ambientais nos Sertões Nordestinos.** João Pessoa: JRC, 2009a.

SEIXAS, W. N. **O Velho Arraial de Piranhas (Pombal).** João Pessoa: Gráfica a Imprensa, 1962.

SOARES, Maria Simone Moraes. **Formação da Rede Urbana do Sertão de Piranhas e Piancó da Capitania da Paraíba Setecentista.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Departamento de Arquitetura e Urbanismo de Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2012.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

SANTOS, Juvandi de Souza. **Práticas funerárias e cultura material nos Sertões da Paraíba: A Necrópole Sítio Pinturas I, em São João do Tigre.** Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Arqueologia. Recife, 2009b

TRALDI, Mariana. **Acumulação por despossessão:** a privatização dos ventos para a produção de energia eólica no semiárido brasileiro. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Campinas, Centro de Geociências. Campinas, São Paulo, 2019.

TAUNAY, Afonso de Escragnolle. A Guerra dos Bárbaros. **Revista do Arquivo Municipal,** São Paulo, 1936.

VILLAÇA, F. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, C; SCHIFFER, S. R (Org). **O processo de urbanização no Brasil.** 1. ed. São Paulo: Edusp, 1999. p. 172- 248.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intraurbano no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel, 2001;

VAINFAS, Ronaldo. **A heresia dos índios:** catolicismo e rebeldia no Brasil colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

WOLF, Erick. **A Sociedades Camponesas.** 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

WANDERLEY, M. de Nazareth B. **Urbanização e ruralidade: relações entre a pequena cidade e o mundo rural: estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco.** Disponível em:
<http://www.fundaj.gov.br/observanordeste/obed001f.html>. Acesso em: 10 maio de 2010.

APÊNDICES A

Roteiro das entrevistas semiestruturadas realizadas com moradores locais do município

Razão social: Desenvolvimento de Pesquisa Científica

Objetivo da aplicação: Compreensão do processo de formação do espaço urbano de São Vicente do Seridó, considerando à alteração dos agentes de produção espaciais no espaço-tempo.

Período das entrevistas: Entre março até junho do ano de 2024.

Tema: FORMAÇÃO E AGENTES DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DO SERIDÓ-PB

DISTRIBUIÇÃO POR PERÍODOS DE TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS DO MUNICÍPIO

BLOCO 1: Ocupação e territorialização do sítio geográfico de Seridó: Atividades econômicas, agentes de produção, processos político-sociais e econômicos;

BLOCO 2: Da organização político-territorial no período do algodão (1900-1960);

BLOCO 3: Emancipação política e os novos encaminhamentos para e na organização territorial do município (1960-2000);

BLOCO 4: Novas tendências/virtualidades no tempo e na configuração espacoterritorial presente (2000-2020);

APÊNDICES B

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Entrevistado:

Idade:

Ano de nascimento:

Local de nascimento:

Sexo:

Residente:

Bloco 1:

Pergunta 1. O local onde hoje compreende o distrito de Seridó, teve sua formação por qual (s) influência (s)?

Pergunta 2. Qual (s) atividade (s) tiveram maior destaque ou importância para favorecer a organização do antigo povoado e posterior município de Seridó?

Pergunta 3. Quais os grupos ou famílias que exerceram mais influências nas terras de Seridó? E exerciam quais papéis nas terras?

Pergunta 4. De que forma se dava à rotina das atividades em Seridó? Como era as relações entre as parcelas da população mais pobre e aquelas de "*condição*"?

Pergunta 5. No ano da emancipação político-territorial das dependências do município Soledade, quais foram os meios ou condições que permitiram esse feito?

Pergunta 6. Por quais razões/motivos Seridó perdeu a sua participação de um centro econômico e urbano do município?

Pergunta 7. Após a transferência da sede da prefeitura para São Vicente, houve políticas ou investimentos para o seu crescimento da “nova cidade”?

Bloco 2:

Pergunta 1. Quando começou a produção de algodão no município e qual foi o período de maior produção?

Pergunta 2. No auge da produção do algodão quem era os grupos que mais produzia a fibra?

Pergunta 3. No período da produção algodoeira, o cultivo era feito também em São Vicente?

Pergunta 4. Em que áreas do município se dava a maior produção de algodão? E quais eram os grupos que influenciavam/controlavam esses locais?

Pergunta 5. No período da produção do algodão houve crescimento maior de Seridó ou de São Vicente?

Pergunta 6. Quais os principais nomes ou famílias no período do apogeu do algodão? E estes chegaram a realizar construções no município?

Pergunta 7. Nesta fase da produção econômica do município tinha estabelecimentos de empresas de Campina? Ou a produção era feita e transportada por aqueles que tinham mais poder econômico?

Bloco 3:

Pergunta 1. Após o processo de emancipação política administrativa do município qual era a atividade produtiva predominante? E onde essa atividade estava concentrada?

Pergunta 2. Quais eram as famílias ou grupos com maior poder econômico neste período e esses estavam ligados a política?

Pergunta 3. Por quais motivos os dois primeiros prefeitos tiveram os seus mandatos alternados entre 4 eleições? E como isso afetou no crescimento de São Vicente?

Pergunta 4. Quais foram os primeiros feitos/obras dos primeiros prefeitos durante o seu mandato?

Pergunta 5. Nesse período os investimentos de obras públicas se davam mais no antigo povoamento de Seridó ou mais em São Vicente?

Pergunta 6. Havia outras atividades ou grupos (pessoas), que influenciaram no crescimento de São Vicente?

Pergunta 7. O Sr. (a), poderia comentar sobre os principais feitos e ações dos demais prefeitos do município até o final da década de 1990?

Pergunta 8. Depois da influência das duas principais famílias de poder econômico e político, o Sr. (a) ver diferenças na atual política ou ainda tem heranças antigas?

Bloco 4: Questão 1. Hoje, como você comprehende a organização do espaço da cidade? Está mais desenvolvido? Precisa de melhorias?

Questão 2. No seu entendimento, qual situação ainda se encontra muito precária no espaço urbano de São Vicente?

Questão 3. Como você ver o crescimento da cidade? Está se expandindo de forma mais rápido?

Questão 4. Na sua observação quais são ás direções que a cidade vem crescendo de forma mais rápida?

Questão 5. Na sua opinião na atualidade quem está atuando nessa expansão ou crescimento do espaço urbano do município?

Questão 6. Atualmente a prefeitura pela gestão municipal, atua na realização de obras que ajudam na expansão da cidade?

Questão 7. Na sua opinião você acha que a população da cidade tende a ultrapassar à rural? E quais os meios atrativos que levaram a isso?

Questão 8. Você percebe a presença de investimentos por pessoas/grupos de outros localidades no espaço urbano?

Questão 9. A parcela da população que detém de capital está investindo no espaço da cidade? Se sim, quais os principais locais que estão sendo esses investimentos?

APÊNDICES C

MODELO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA (NÃO APLICADA) – AGENTES E PONTOS DE EXPANSÃO DA MALHA URBANA

Entrevistado:

Idade:

Local de nascimento:

Sexo:

Profissão:

Logradouro/rua:

Questão 1. Qual foi à razão ou fator que lhe motivou a construir nessa área da cidade? Houve uma indicação ou algum incentivo?

Questão 2. Na sua observação quais são os agentes/público que vem investindo nessa área da cidade? Você enxerga alguma razão para isso?

Questão 3. Hoje, você enxerga algum incentivo por parte dos agentes públicos no fortalecimento da expansão ou crescimento dessas áreas da cidade? Se sim, quais seriam essas ações?

Questão 4. Na atualidade você nota uma maior valorização em relação ao valor do terreno nessa área ou ainda é algo com pouco crescimento?

Questão 5. Na sua visão, já é possível notar algum problemática na forma de construção das casas ou imóveis desse local? Ou mesmo na forma de descarte de resíduos sólidos no local?

Questão 6. Quais ações de imediato você nota que são necessárias para fortalecer ainda mais o processo de expansão dessa área urbana?